Arquitetura e Continuidade:
análise da atividade dos Arquitetos Sem Fronteiras em Moçambique

Bárbara Sofia Coelho Miranda

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura sob a orientação do Professor Doutor Álvaro António Gomes Domingues e coorientação da Professora Doutora Lígia Paula Simões Esteves Nunes Pereira da Silva apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

FAUP| 2020

A presente dissertação foi redigida segundo o novo acordo ortográfico.
As citações e expressões transcritas foram sujeitas a uma tradução livre, realizada pela autora.
As citações escritas com o antigo acordo ortográfico ou de origem brasileira, mantêm a sua forma primitiva.

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial a todos os arquitetos que trabalham voluntariamente na habitabilidade enquanto um direito universal a ser atingido. Porque sem eles, esta dissertação não seria possível.

Ao professor Álvaro e à professora Lígia, pelas conversas, conselhos e infinita disponibilidade.
Ao professor Álvaro, pela forma de ver o mundo de vários ângulos.
À professora Lígia pela forma bonita como vê a arquitetura.

Aos ASF International, Dinamarca e Catalunha pelo seu exemplar trabalho e pela cooperação imensa neste trabalho.
Ao Johan Mottelson, à Maria Grande, à Jéssica Lage e à Kátia Sousa pela disponibilidade de serem entrevistados e todo o apoio oferecido.

Aos amigos que me encheram os dias dos últimos meses com motivação, esperança e apaziguamento.

À Áustria pelo presente mais valioso de todos.

Aos meus pais pelo verdadeiro significado de casa.
Pelo amor incondicional, por acreditarem em mim como ninguém, pelo exemplo exímio de viver.

Sorte a minha de vos carregar a todos no meu caminho.
Obrigada.

RESUMO

A Arquitetura desenvolvida por ONGs enfrenta nos dias de hoje uma constância e diversidade imensas, dado o fenómeno de globalização que vivemos. Se há um/dois séculos atrás, os países ditos desenvolvidos estavam presentes nos países do Sul Global enquanto colonizadores, hoje em dia essa presença mantém-se de formas distintas, particularmente no apoio e financiamento a organizações não governamentais em vários domínios, entre eles, o da habitação.
Apesar de a habitação ser considerada um direito fundamental na sua forma de casa digna, atualmente não abrange cerca de 880 milhões de pessoas em todo o mundo. A África Subsaariana por sua vez, é uma das regiões que contribuí com um dos maiores números de habitantes em assentamentos informais, a par também da pobreza generalizada.

Este trabalho investiga uma das formas de voluntariado para a construção de um ambiente urbano mais justo nessas situações. Após um enquadramento geral da problemática urbana em África, far-se-á o ponto de situação do lugar que estas práticas ocupam na Arquitetura Contemporânea, explorando conteúdos e terminologias produzidas pela literatura da especialidade. Estes conceitos – pobreza, direito à cidade, estado, ONGs, participação e a autoconstrução – serão a base essencial à análise de um conjunto de projetos que servirão de amostra a este estudo.
Dada a natureza variada deste tipo de iniciativas em contextos políticos, geográficos e institucionais, analisar-se-á a atividade dos Arquitetos Sem Fronteiras em Moçambique na tentativa da extração de denominadores comuns que permitam a realização de uma análise global da prática da atividade das ONGs no âmbito da arquitetura.

Ao longo desta dissertação, serão analisados os projetos realizados pelos ASF Dinamarca e pelos ASF Catalunha em Moçambique; os seus processos serão interpretados à luz dos conceitos previamente enunciados. Desta análise, deduzir-se-ão as (des)*continuidades* existentes entre os atores destas intervenções e por fim refletir-se-á sobre o papel social do arquiteto – *agente de mudança*, assim como, o papel académico das faculdades – em parte, formatadoras do pensamento dos futuros *agentes de mudança*.

Palavras Chave: ONGs, Papel do Estado, Assentamentos Informais, Participação, Comunidade

ABSTRACT

The architecture developed by NGOs faces nowadays a lot of constancy and diversity, given the globalization phenomenon that we're living. If one or two centuries ago, the so-called developed countries were present in the countries of the Global South as colonizers, nowadays this presence remains in the form of non-governmental initiatives.

Although housing is considered a fundamental right in its form of dignified house, it currently does not cover about 880 million people worldwide. Sub-Saharan Africa, in turn, is one of the regions that has contributed with one of the largest numbers of people living in informal settlements, as well as widespread poverty.

This dissertation investigates one of the forms of volunteering to provide a fairer urban setting in these situations. After a general framework of the African urban problem, a state point of the place that these practices occupy in Contemporary Architecture is made, exploring contents and terminologies produced by the specialized literature. These concepts - poverty, right to the city, State, NGOs, participation and self-construction - will be the essential basis for the analysis of a set of projects that will serve as a sample for this study.

Given the varied nature of such initiatives in political, geographical and institutional contexts, the activity of Architects Without Borders in Mozambique will be analyzed in an attempt to extract common denominators to enable a global analysis of the architectural practices by NGOs. Through this dissertation, projects carried out by ASF Denmark and ASF Catalonia in Mozambique will be analyzed; their processes will be interpreted in the light of the concepts previously outlined. From this analysis, the (dis)continuities between the actors of these interventions will be deduced and, lastly, a reflection about the social role of the architect - *agent of change* as well as the academic role of the universities - partly shaping the thinking of the future *change agents*.

Key Words: NGOs, State's Role, Informal Settlements, Participation, Comunity, Participação

ABSTRACT

Die Arbeit von NGOs im Architekturbereich ist heutzutage nicht mehr weg zu denken. Aufgrund der Globalisierung hat sich der Einfluss von europäischen Ländern in den letzten zwei Jahrhundert in Entwicklungsländern sehr verändert. Ehemalige Kolonien werden vermehrt durch NGOs unterstützt. Obwohl das Recht auf Wohnen ein Grundrecht ist, leben aktuell ca. 880 Millionen Menschen in provisorischen Unterkünften.
Das Subsahara Gebiet in Afrika, ist eine jener Region in der die meisten Menschen in informellen Siedlungen und Armut leben.

Diese Masterarbeit untersucht den Einfluss von NGOs den urbanen Bereich fairer zu gestalten. Nach einem generellen Überblick über die aktuelle Situation in Afrika, wird der Einfluss der zeitgenössischen Architektur untersucht. Dabei werden die Ergebnisse durch Fachliteratur untermauert.
Die Punkte – Armut, Recht auf eine Stadt, Einfluss der Regierung, NGOs, Beteiligung und Eigenbau - werden die Kernpunkte der Untersuchung darstellen.

Aus der großen Anzahl an Projekten im politischen, geographischen und organisationsinternen Kontext, wurden die Arbeiten von Architekten Ohne Grenzen in Mosambik ausgewählt. Projekte von ASF Denmark und ASF Catalonia wurden genauer analysiert. Die Gemeinsamkeiten, der zuvor genannten Organisationen, werden durch dieser Untersuchungen hervorgehoben.
Aus den Ergebnis dieser Analyse gehen die (Un-) Stetigkeiten aller Beteiligten hervor. Am Ende dieser Arbeit wurde noch die soziale Rolle des Architekten / der Architektin, des agent of change und der Einfluss der Universitäten, welche die Denkweise der neuen Generation von Architekten und Architektinnen beeinflussen, betrachtet.

Key Words: NGOs, Einfluss der Regierung, Informelle Siedlungen, Beteiligung, Gemeinschaft

People have the power
The power to dream, to rule
To wrestle the earth from fools
But it's decreed the people rule

Patti Smith

Índice

Lista de Siglas e Acrónimos | 13

Prefácio | 15

Introdução | 18
Justificação do tema e objetivos
Metodologia

Apresentação | 23

Estado da Arte
O Contexto Africano

Revisão da Literatura | 34

A Pobreza
O Direito à Cidade
O Estado
As ONGs
A Participação

Casos de estudo | 58

O Contexto Urbano Moçambicano | 61

ASF | 68
ASF International
ASF Catalunha
ASF Dinamarca

83| **Os Projetos**
Análise Geral
Habitação
Urbanismo/Infraestruturas
DUAT
Saúde
Educação
Igualdade de Género

103| **(Des)Continuidades**
A (des)Continuidade entre o Estado e as ONGs
A (des)Continuidade entre Estado e a Comunidade
A (des)Continuidade entre as ONGs e a Comunidade
A (des)Continuidade entre as ONGs e os seus projetos
A (des)Continuidade entre as ONGs e outras ONGs

114| **Conclusão**

103| *Posfácio*

122| **Anexos**
Lista dos Projetos dos ASF
Fichas de Identidade
Entrevistas

171| **Bibliografia**

176| **Índice de Imagens**

Lista de Siglas e Acrónimos

ACCD	Agència Catalana de Cooperació al Desenvolupament
ASF	Arquitectura Sem Fronteiras / Arquitetos Sem Fronteiras (pt, esp, fr)
AUG	Arkitekter Uden Grænser
CMM	Conselho Municipal de Maputo
DNH	Direcção Nacional de Habitação
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
FFH	Fundo de Fomento de Habitação
FRELIMO	Frente de Libertação Moçambicana
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travesti, Transexuais e Transgéneros.
LT	Lei de Terras
OCB	Organização Comunitária de Base
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PROMAPUTO	Programa de Desenvolvimento Municipal de Maputo
SDG	Sustainable Development Goals
UN	United Nations
UN-HABITAT	United Nations Human Settlement -program
UNICEF	United Nations Children's Fund
WSUP	Water and Sanitation tor the Urban Poor

Prefácio

"If you ask a potential architecture student why they want to study architecture, the most common response is along the lines: "I want to design buildings and make the world a better place." (…) Architects start out instinctually optimistic, and even if this hope is tempered and frustrated over time by the barriers that have to be overcome, the initial motivation of betterment still remains."[1]

Cresci a saltitar pelo mundo.
Desde que nasci que os meus pais me levam no bolso para qualquer lado onde vão. Seja na aldeia do lado ou no país mais longínquo, aprendi a observar as formas de viver entre tempos e lugares diferentes. Hoje, sei que sou feita disso. Gosto de estar em movimento permanente e canso-me de olhar todos os dias pela mesma janela.
Viajar torna-me mais atenta e mais perspicaz sobre mim e sobre os outros. É nas palavras estrangeiras e nos seus gestos que questiono os meus. O mundo é uma casa tão grande e todos o sabemos habitar de maneiras tão distintas e bonitas.
À medida que na minha ainda curta vida, vou somando quilómetros nas solas dos sapatos pelas ruas abastadas de Viena ou pelas ruas em tijolo de Arequipa, vou-me sempre deparando com cenários que me viram do avesso. Vidas vividas na injustiça de ser mulher, fomes que nunca cessam, abrigos que nunca serão casas, doenças que nunca partem. Inquietações que surgem certamente do fervilhar da juventude e que creio que à medida do tempo se dissolvem nos pensamentos longínquos da maioria dos transeuntes.
Para mim ser arquiteto, é ser do outro e para o outro.
É pertencer a um domínio tão vasto e multidisciplinar, que torna o edifício um palco tão pequeno para atuar. O processo de urbanização é para mim algo maior – um produto social e dinâmico composto de tantas outras disciplinas e que acarreta consigo todas as contradições inerentes à sociedade, como o poder ou o capital.
Um dia, a meio de uma das típicas entregas para a faculdade onde todos os temas possíveis e imaginários já tinham sido conversados pelo excesso de horas, estava eu a trabalhar com mais alguns colegas, quando lhes decidi perguntar na minha inocência, de que maneira é que gostariam de mudar o mundo. Fiquei surpresa com a resposta, ninguém pensava nisso e riram-se do meu desejo estratosférico. Eu que achei que esta vontade era inerente a qualquer ser humano e principalmente a qualquer futuro arquiteto.
Hoje penso da mesma maneira. Acredito que a arquitetura é uma grande ferramenta para a mudança global, ainda que muitas vezes não seja óbvia aos olhos dos governos ou futuros (e até presentes) arquitetos. A arquitetura de hoje é vista enquanto tratamento estético ou paliativo que através de pequenas intervenções embelezadoras se escondem problemas de cariz estrutural.
Os distúrbios urbanos são isolados e resolvidos num contexto fechado sem corelações externas e a atitude máxima age sobre o passado, enquanto retificador de erros. Contudo creio que a arquitetura deverá ser implícita sempre que possível a um futuro[2] promissor, enquanto retificador de erros vindouros.

---

[1] TILL, Jeremy. (2011) Spatial Agency: Other Ways of doing Architecture. Londres, Nova Iorque. Routledge, p37
[2] "a essência da arquitetura é sempre propor o horizonte de futuro" in MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. (2011) Arquitectura e Política. São Paulo Gustavo Gili, p15

Sei que sou uma privilegiada na vida até então, e o mundo faz questão de vincar isso, principalmente, quando troco o meu conforto de casa pela mochila às costas. Que este privilégio na forma desta humilde dissertação, contribua enquanto alerta de que para além dos problemas das cidades ocidentais, existem inúmeras cidades onde ter habitação digna não abrange sequer a maioria das pessoas. Trabalhemos para a mudança.

Arquitetura, que bonita é a profissão de fazer casas para os sonhos do mundo inteiro.

Introdução

Justificação do tema e objetivos

A presente dissertação, dado o contexto de globalização que atualmente se vive, surge com o intuito de elaborar um ponto de situação da atividade das ONGs no campo da arquitetura. Nos dias que correm, o voluntariado tem ganho uma escala nunca antes alcançada e são cada vez mais os projetos arquitetónicos realizados neste âmbito. Por conseguinte, é necessária e urgente uma avaliação crítica destes processos, que equacione a sua viabilidade, para que sejam tomadas medidas em prol do sucesso destas iniciativas.

O título *Arquitetura e Continuidade* surge de dois momentos essenciais: em primeiro lugar, na necessidade de interrogação sobre o encadeamento destes mesmos projetos, uma vez que a abordagem que lhes é feita cinge-se maioritariamente ao momento presente da elaboração do projeto; e em segundo lugar, na necessidade de afirmação de que a arquitetura não se extingue no edifício. Prolonga-se no espaço e no tempo. E só quando serve o seu propósito e é então habitada, se pode chamar arquitetura.
Deste modo, *continuidade* surge como termo que prolonga e perpetua o resultado arquitetónico no espaço – nas suas 3 dimensões adjacentes, mas também na "incontrolada passagem do tempo, sobre a qual, não obstante, somos chamados a intervir"[3].

O subtítulo *Análise da Atividade dos Arquitetos Sem Fronteiras em Moçambique,* define como caso de estudo, a atividade da ASF em Moçambique. No intuito desta dissertação, é de extrema importância que esta amostra seja balizada em termos geográficos e institucionais, de modo a aumentar a probabilidade da existência de denominadores comuns, uma vez que a natureza deste tipo de projetos é tão espontânea e diversa em contextos, dificultando assim a extração de conclusões coletivas.
O critério da escolha geográfica, deve-se a 3 fatores: numa primeira fase, será importante referir que a África Subsaariana é o contexto de maior pobreza e de maior percentagem populacional a habitar em assentamentos informais, desta maneira, torna-se urgente melhorar as condições de habitabilidade neste enquadramento geográfico. Numa segunda fase, será importante relembrar a situação de todo o Sul Global, hemisfério este onde os regimes colonialistas ocorreram em massa e onde o idioma predominante é a língua portuguesa. Fruto da colonização, encontra-se também a relação de proximidade entre Portugal e Moçambique. A ligação destas duas nações, para além das influências culturais ou idiomáticas levou também a um grande domínio português no desenho urbano da sua ex-colónia[4]. Numa última fase, o fator emocional, dadas as recentes catástrofes naturais[5] que abalaram Moçambique e o consequente desastre urbano onde, as fracas condições de habitabilidade se agravaram ainda mais e onde se torna imperativo intervir.

---

[3] TUÑÓN, Emilio (2016) Aires Mateus: en el corazón del tiempo. El Croquis n186. Madrid. Croquis Editorial, p9
[4] Moçambique alcançou a independência de Portugal a 25 de Julho de 1975
[5] Ciclone Idai (4 de março de 2019 – 21 de março de 2019) e Ciclone Kenneth (21 de abril de 2019 – 29 de abril de 2019)

Explicado o contexto geográfico, resta justificar a seleção da ASF enquanto atores deste tipo de intervenção. As principais razões de escolha desta organização específica, recaem sobre seu caráter internacional, sobre o seu vasto portfólio espalhado pelos cinco continentes e pelo exemplo de arquitetura participativa que são; também pela sua longevidade e estrutura sólida que servem de carta de recomendação para quem os procura. Esta organização prima pela independência das suas organizações; pelo trabalho autónomo, embora agindo sob a mesma carta de princípios, gerando daí projetos diversificados, construídos com linhas de pensamento e maneiras de atuar distintas.

Através de um parecer crítico relativo ao conjunto de iniciativas realizadas pela ASF em Moçambique, entender-se-ão as relações dos seus projetos com diversos atores tais como: as comunidades, o Estado, outras instituições parceiras assim como a sua relação com o tempo – entenda-se, a fase pós construção dos projetos, onde é feito o corte do cordão umbilical com o arquiteto.
O objetivo desta análise, apesar de se confinar a um campo de investigação restrito, pretende escrutinar a situação arquitetónica desenvolvida por ONGs no panorama arquitetónico e político atuais, através da extração de possíveis denominadores comuns que permitam enquadrar a conjuntura destas ações e não apenas os projetos isolados.

Metodologia e estrutura

A presente dissertação conta com variadas fontes de informação, entre elas uma bibliografia referente aos temas clássicos que a autoconstrução aborda, tais como: a participação, o papel do Estado nas políticas urbanas e de redistribuição social da renda; documentação facultada pela ONU que permite sobretudo enquadrar o panorama da informalidade no mundo e em especial foco na África Subsaariana; informação disponível nos vários *websites* referentes à ASF e aos seus projetos. Uma vez que este estudo não contou com investigação e observação no próprio local, e por isso não foi possível o contacto com os beneficiários dos projetos, foi benéfico o contacto direto estabelecido com as próprias instituições e outras pessoas envolvidas no tema.
Foram realizadas quatro entrevistas[6] em dois contextos diferentes. As duas primeiras entrevistas foram à ASF Catalunha e à ASF Dinamarca, no âmbito de melhor entender a sua atividade em Moçambique e as restantes foram a duas arquitetas moçambicanas, ambas estudiosas do panorama urbano do seu país. A arquiteta Jéssica Lage conta com investigação realizada no âmbito da habitabilidade básica e a arquiteta Kátia Sousa com investigação realizada no campo da densificação urbana de Maputo. Estas entrevistas permitiram analisar a atividade da ASF da perspetiva dos responsáveis dos projetos mas também da perspetiva de arquitetos locais independentes e por isso imparciais.

[6] As entrevistas encontram-se nos anexos, página x

A estrutura apresenta dois registos distintos e divide-se em quatro partes principais.
No prefácio e posfácio é utilizado um registo na primeira pessoa, que permite diferenciar o discurso do resto da investigação. Nestes dois momentos chave do trabalho, o inicial visa à explanação das reflexões e motivações pessoais à cerca desta temática e o momento final visa à exposição da experiência e convicções sobre a ética da profissão da arquitetura e a importância do seu ensino enquanto gerador de atores de mudança.

Apresentação| A primeira parte do estudo diz respeito ao enquadramento da temática principal, onde se faz um estado da arte sobre a atividade desenvolvida por ONGs no âmbito da arquitetura e consequente literatura associada. Examina-se o conceito de *arquitetura social*, e consideram-se exemplos da arquitetura contemporânea no âmbito da melhoria das condições de vida das populações necessitadas dos países em desenvolvimento.
Seguidamente é feito um enquadramento da África Subsaariana, onde são evidenciadas as problemáticas desta região que tornam o seu urbanismo um objeto tão urgente.

Revisão Da Literatura| Nesta fase, são analisados, à luz de bibliografia pertinente, conceitos que foram surgindo à medida da análise dos casos de estudo. Todos os conceitos aqui desenvolvidos são comuns à totalidade dos projetos estudados. Esta breve revisão literária serve de base à compreensão dos casos de estudo que se seguem e enuncia as principais perspetivas teóricas existentes sobre o tema.

Casos De Estudo| Aqui, aborda-se primeiramente o contexto urbano Moçambicano após a sua independência, numa tentativa de entender globalmente o modo como as políticas urbanas implementadas, a agenda mundial urbana e a atividade da ASF se relacionam cronologicamente. Seguidamente, a ASF assume o foco numa retrospetiva sobre a organização e funcionamento institucional e a particularização das organizações que trabalham em Moçambique, nomeadamente a ASF Dinamarca e Catalunha. Neste contexto, segue-se uma análise dos projetos que são analisados segundo a sua área de atuação e posteriormente a análise de alguns exemplos individualmente. Após a elucidação prática da atividade da ASF em Moçambique, a mesma é confrontada com a teoria narrada no capítulo anterior, na tentativa de subtrair os divisores comuns e de localizar as (des)*continuidades* existentes.

Conclusão| Na parte final da dissertação, pretende-se clarificar as deduções alcançadas e entender de que forma a literatura converge ou diverge com as *(des)continuidades* que fazem destas ações uma forma tão peculiar de construir espaço.



Imagem 1 – Assentamento Informal em Gecekondu, Ancara, Turquia



Imagem 2 – Assentamento Informal em Manila, Filipinas



Imagem 3 – Assentamento Informal em Kibera, Nairobi, Quénia

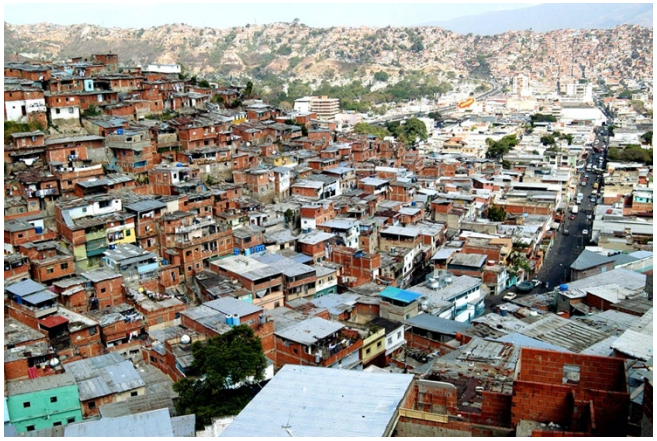


Imagem 4 – Assentamento Informal em Caracas, Venezuela

Apresentação

Estado da Arte

"Irão as cidades do Terceiro Mundo sobreviver às próximas décadas?"[7]

Charles Correa questionava-se em 1985 sobre a possibilidade de subsistência das cidades nos países em desenvolvimento. Poderá efetivamente responder-se que sim a esta questão. As cidades do terceiro mundo sobreviveram, cresceram e multiplicaram-se, dentro dos mecanismos informais que lhes estão associados – a inexistência de infraestruturas que abranjam todo o panorama urbano, a precarização da habitação e as disparidades sociais que se geram sobre estes dois problemas basilares. O facto da problematização levantada em 1985, se manter (e em números ainda maiores) 35 anos depois, deposita a urgência mais do que necessária para a resolução da *informalidade* urbana nos dias de hoje.
Esta *informalidade* deve-se sobretudo à *globalização neoliberal e à produção capitalista do espaço* que se "traduzem a nível mundial no aumento das desigualdades socioespaciais e na extensão das margens urbanas."[8] Esta questão que na atualidade se experiencia, cresceu com base nos modelos colonialistas de *periferização, gentrificação e fragmentação do território*[9] que continuam presentes nas ex-colónias, e demonstram ser uma herança difícil de abandonar, dada a ainda exploração dos países desenvolvidos sobre os bens agrícolas, fósseis, etc. dos países em desenvolvimento. Quer-se com isto explicar, que a questão urbana, em particular destes países do Grande Sul, vai muito além do palpável e resume-se sobretudo a uma questão política.

"se o arquitecto (...) se esquece, por querer ou sem querer, as raízes e as consequências que o seu projecto tem de facto, para o bem ou para o mal, nos contextos mais vastos da cidade ou do território, da economia ou da sociabilidade, isto é, se o arquitecto se fica na aceitação passiva do contexto que lhe for dado para o seu problema de desenho, dá agora prova de miopia, oportunismo ou conformismo, serve-se talvez, mas não serve a sua comunidade, negando irremediavelmente os princípios éticos e a metodologia mais genuína da "revolução" da arquitectura moderna."[10]

---

[7] CORREA Charles in SERAGELDIN, Ismail. (1997) The Architecture of Empowerment. Londres, Academy Editions, p37
[8] RAPOSO, Isabel; JORGE Sílvia. (2017) Invocar o Direito à Cidade para uma releitura crítica da transformação das margens de Maputo no último meio-século in Espaços vividos e espaços construídos: estudos sobre a cidade - Revista nº6, Volume nº1: Intervir no Local. Espaço da lusotopia. Lisboa. Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design/CIAUD, p17
[9] "No novo milénio, os processos acelerados de valorização e renovação da capital tendem a assentar, tal como no período colonial, na tábula rasa de parte das suas margens urbanas autoproduzidas, agravando fenómenos de. Nega-se assim o direito ao lugar e o direito à cidade aos grupos de menos recursos, remetidos para cada vez mais longe do centro urbanizado, onde ainda hoje se concentram os principais serviços e oportunidades de trabalho. De entre os técnicos e a sociedade civil, erguem-se vozes que ensaiam práticas alternativas e, em situações extremas, os habitantes das margens são levados a lutar pelos seus direitos na cidade." in RAPOSO, Isabel; JORGE Sílvia. (2017) Invocar o Direito à Cidade para uma releitura crítica da transformação das margens de Maputo no último meio-século in Espaços vividos e espaços construídos: estudos sobre a cidade - Revista nº6, Volume nº1: Intervir no Local. Espaço da lusotopia. Lisboa. Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design/CIAUD, p19
[10] PORTAS, Nuno. (1969) A cidade como arquitectura, apontamentos de método e crítica, prefácio de Fernando Távora. Lisboa. Livros Horizonte, p17

A falta de prioridade que o *direito à cidade* ocupa nas agendas internacionais e nacionais governamentais, enquanto direito básico, é gritante e deverá ser posta em primeiro plano.
Na verdade, todos os seres humanos necessitam de uma casa, e os arquitetos não deverão desassociar-se do seu papel na sociedade, facto que tem vindo a acontecer no "último quartel do século vinte [que] testemunha uma maior preponderância das lógicas de mercado na orientação do exercício profissional da arquitectura e, simultaneamente, um afastamento do tema social."[11]
Porque ordenar o espaço urbano não é só desenhar casas. É traçar fluxos, é travar a pobreza e melhorar a economia, é impedir a propagação de doenças, é reduzir a criminalidade, é acima de tudo, criar um espaço salubre e harmonioso para que a sociedade possa crescer assim também. "Nenhum país atingiu o seu nível de desenvolvimento sem urbanizar."[12] E urbanização não significa apenas construir grandes cidades, mas sim todos os contextos urbanos do país – do mais pequeno ao maior. Até enquanto forma de evitar um dos fatores que mais contribui para que a sobrelotação das cidades aconteça: o êxodo rural, onde na expetativa de melhores condições de vida, as pessoas viajam das suas povoações para as grandes cidades. No entanto, o cenário com que se deparam à chegada, são bairros desorganizados, longe de estarem prontos para as acolher em condições dignas, levando a que estas se aglomerem nos crescentes assentamentos informais.

Esta *informalidade* que não cessa, leva a crer que "as cidades do futuro, em vez de feitas de vidro e aço, como fora previsto por gerações anteriores de urbanistas, serão construídas em grande parte de tijolo aparente, palha, plástico reciclado, blocos de cimento e restos de madeira."[13] Por um lado, esta afirmação leva-nos à inevitável ausência de políticas urbanas no panorama atual que permitem que o número de habitantes em assentamentos informais cresça como tem vindo a crescer ao longo dos anos, e por outro lado relembra-nos que, o mito de que nos países em desenvolvimento, os seus métodos tradicionais são considerados inferiores à construção contemporânea do betão, quando na verdade não se deverá cair no erro de se estar a construir na África Subsaariana da mesma forma que se constrói na Europa – à boa maneira colonial. Deve respeitar-se as diferentes vivências, assim como as materialidades e por suposto toda a forma de organizar o espaço.

É neste sentido, e numa tentativa de minimizar estas questões que surgem as ONGs. A dar resposta às questões em que o Estado pelos mais diversos motivos não atua.
A atividade desenvolvida por ONGs no âmbito arquitetónico, debruça-se sobretudo na conquista da habitabilidade básica global, que é aos dias de hoje uma incógnita tanto na investigação, como nos livros ou revistas. Na realidade, esta é uma face da arquitetura que se encontra totalmente na penumbra. Não existem estudos globais que integrem a atividade das ONGs no panorama urbano. Por sua vez, a informação disponível sobre o tema, é diversa e segmentada, tal como os trabalhos realizados, não existindo no fundo, uma linha condutora que extraia uma conclusão comum.

---

[11] FERNANDES, Ana Luísa da Silva. (2015) Entre remediar e solucionar: a estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza : São Tomé e Príncipe como laboratório, p89
[12] UN HABITAT (2016) World Cities Report 2016, Urbanization and Development – Emerging Futures,p31
[13] DAVIS, Mike. (2006) Planeta Favela. São Paulo. Boitempo Editorial, p28 e 29

Um fator que leva à não exploração desta temática é de facto, o dos contextos em que esta acontece serem tão diferenciados que se torna difícil analisá-los lado a lado, dada a ausência de denominadores comuns entre eles. No entanto importará referir que o trabalho desenvolvido pelas ONGs nesta área de intervenção, levanta muitas convicções já estudadas, ao longo principalmente da segunda metade do século passado até à atualidade, como é o caso da *participação* e da *autoconstrução*. Na presente dissertação verificar-se-á mais adiante que apesar das ideias bastante sólidas de uma bibliografia composta por Turner, Fathy, ou Lefebvre, os problemas que eles enunciam, persistem no tempo e persistem na interrogação tal como a questão inicial levantada por Correa.

Existem contudo, arquitetos contemporâneos com obra afirmada no Grande Sul, que alarmam também para as questões sociais da profissão e para a discrepância entre as urgências urbanas dos dois hemisférios. Como é o caso de Francis Kéré e de Anna Heringer. O trabalho de ambos distingue-se pela forma como usam a arquitetura enquanto *ferramenta para melhorar vidas.*[14]

As suas metodologias de trabalho passam por desenhar o edifício, recolher fundos, mobilizar voluntários e organizar a execução do mesmo. À primeira vista, este tipo de iniciativa assemelha-se à atividade realizada por ONGs, mas a grande diferença é que, ao contrário do trabalho destas últimas, os projetos destes dois arquitetos não se multiplicam, na medida em que não se envolvem em estratégias globais e consequentemente tornam-se finitos na sua forma. São iniciativas autónomas que apesar de louvar, deverão ser inseridas no sistema de modo a garantir a sua *continuidade.*

"Eu não sou político, mas sou cidadão. Eu apenas uso as minhas competências enquanto arquiteto para fazer mais."[15]

Na realidade, "o trabalho do arquiteto não é no estrangeiro diferente do de casa, mas as circunstâncias do trabalho são fundamentalmente diferentes – tanto para os usuários como para os arquitetos."[16] Esta divergência assume-se pelas diferenças culturais, sociais e económicas das duas grandes realidades e prevê a dificuldade *a priori* de um arquiteto conseguir projetar noutra conjuntura que não a própria. Esta questão é fundamental no trabalho internacional das ONGs, pois o trabalho de um arquiteto, apesar da singularidade do indivíduo criativo, visa a servir as necessidades dos outros, e esse deverá ser sempre o fim maior, independente da viabilidade dos contextos de ambos convergirem ou divergirem.

"É possível que as cidades que convidam arquitectos estrangeiros deles esperem o oposto do que aí se faz, exorcizando o conflituoso e fecundo cruzamento de culturas que o mundo do trabalho protagoniza." [17] O gosto exótico pelas outras culturas arquitetónicas, também é visível nos países em desenvolvimento que se orgulham das suas interpretações copiadas dos edifícios

---

[14] http://www.anna-heringer.com
[15] KÉRÉ, Francis (2019) Palestra do lançamento da revista AMAG
[16] ARCHITECTURE SANS FRONTIÈRES DENMARK. (2013) Developing Architecture Learning From Sierra Leone. Dinamarca. Forlaget PB43, p6
[17] Outras Cidades in SIZA, Álvaro. (2001) As cidades de Álvaro Siza. Porto. Figueirinhas, sp



Imagem 5 – Escola METI, Bangladesh. Desenhada por Anna Heringer



Imagem 6 – Escola de Gando, Burkina Faso. Desenhada por Francis Kéré

ocidentais, no entanto é necessário esclarecer que não há nenhuma cultura arquitetónica superior a nenhuma outra, e que estas devem acima de tudo representar a personalidade das suas sociedades.

"Existe muito para aprender da arquitetura antes de esta se ter tornado uma arte de experts."[18]

Ao longo da história, começando pelo colonialismo e terminando no século passado, paira na arquitetura uma superioridade que "assumia que os países mais ricos tinham uma imensa contribuição de sabedoria técnica e organizacional para partilhar com as nações 'subdesenvolvidas' ou 'em desenvolvimento': uma viagem só de ida com know-how e alta tecnologia." [19] No entanto, muito haverá a aprender também com a arquitetura do grande sul, pois é ela o palco seguro das verdadeiras revoluções urbanas das próximas décadas.

No mundo semântico da arquitetura, o termo *arquitetura social* é bastante recorrente e refere-se na sua maioria aos projetos urbanos que atendem apenas a fatia da sociedade mais desfavorecida – onde se pode incluir a prática das ONGs – e não a sua totalidade.
A noção de arquitetura social surge pela primeira vez, na exposição internacional do MOMA em 1932, onde no prefácio da edição expositiva, a habitação a baixo custo é identificada como o problema mais urgente a resolver.[20]

No entanto, a partir do momento em que este termo existe e pretende definir apenas uma parte do produto arquitetónico, demonstra em si um problema existente. Porque arquitetura social é toda ela, não existe arquitetura que não seja construída para pessoas – a sociedade.

É neste sentido que esta dissertação discorre, analisando a atividade das ONGs no panorama urbano do Sul Global, com a certeza da importância destas iniciativas, que respondem na falta da presença do governo, mas também com a certeza de que as mesmas devido à sua escala de atuação, não são a solução para a habitação global. O Estado é a única entidade responsável e competente para resolver o problema da habitabilidade básica, que é mais uma vez uma questão política e não arquitetónica.

Posto isto, *irão as cidades do Terceiro Mundo sobreviver às próximas décadas?*

---

[18] RUDOFSKY, Bernard. (1995) Architecture without architects: a short introduction to non-pedigreed architecture. Albuquerque. University of New Mexico, sp
[19] WARD, Colin in TURNER, John. (1977). Housing by People. Towards autonomy in building environments. Nova Iorque: Pantheon Books, p4
[20] "Muitos problemas arquitetónicos difíceis são abordados na exposição - a casa privada, a escola, os prédios urbanos e suburbanos, a igreja, a fábrica, a loja de departamentos, o clube e (alumni notem) o dormitório da faculdade. Porém, mais urgente do que qualquer um desses problemas, é o problema da habitação a baixo custo."in MUSEUM OF MODERN ART. (1932) Modern Architecture : international exhibition, New York, Feb. 10 to March 23, p16 e 17



TORNAR AS CIDADES E COMUNIDADES INCLUSIVAS, SEGURAS, RESILIENTES E SUSTENTÁVEIS

Imagem 7 – Logótipo do SDG referente às cidades da ONU-Habitat

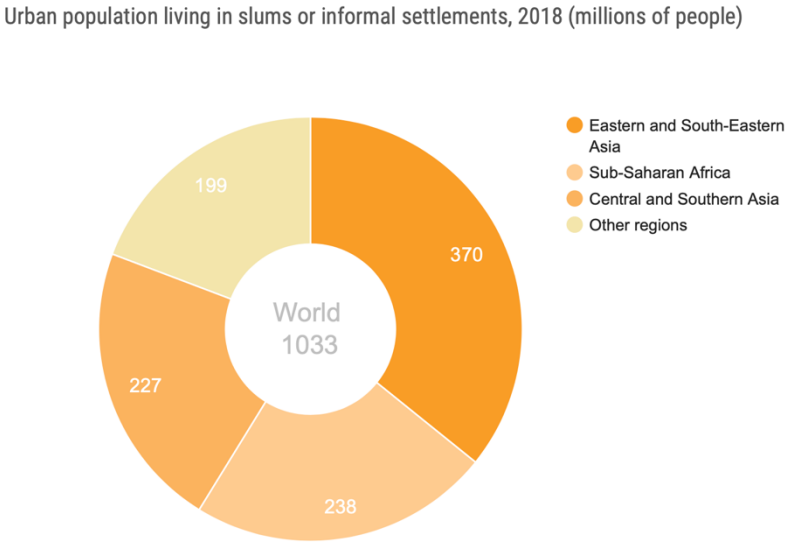


Imagem 8 – População urbana mundial a viver em Assentamentos Informais 2018

Figure 3.1: Percentage of urban population living in slums (1990-2014)

Source: UN-Habitat, Global Urban Observatory Urban Indicators Database 2015.

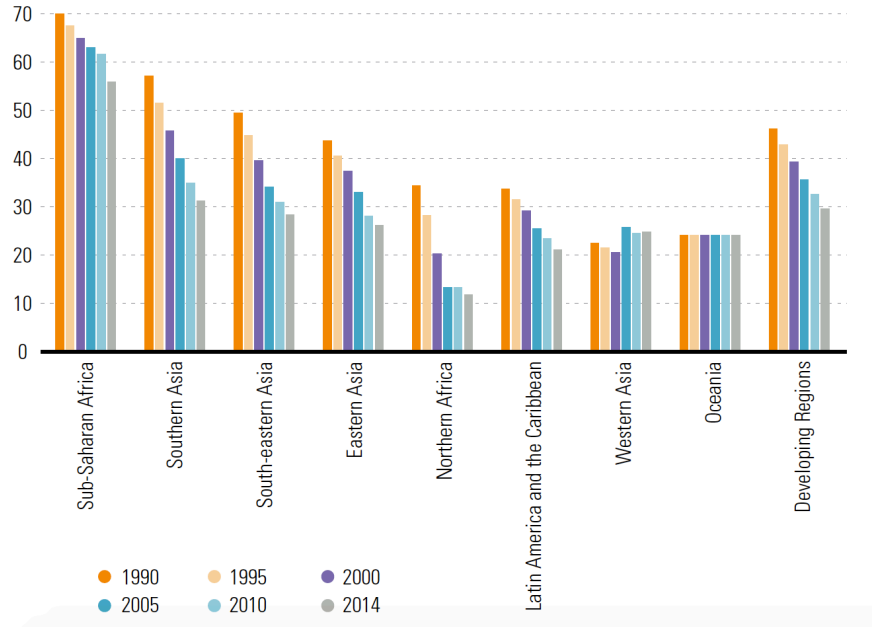


Imagem 9 – Percentagem da população urbana a viver em Assentamentos Informais entre 1990 e 2014

O Contexto Africano

"Atualmente, uma em cada oito pessoas à volta do mundo, vive em assentamentos informais."[21]

O contexto urbano do Sul Global é dramático, sobretudo porque o crescimento económico e infraestrutural não acompanha os "ritmos de crescimento urbano extremamente acelerados [levando assim] ao intenso agravamento de situações de pobreza"[22] que se irão refletir na forma de mais assentamentos informais.[23]

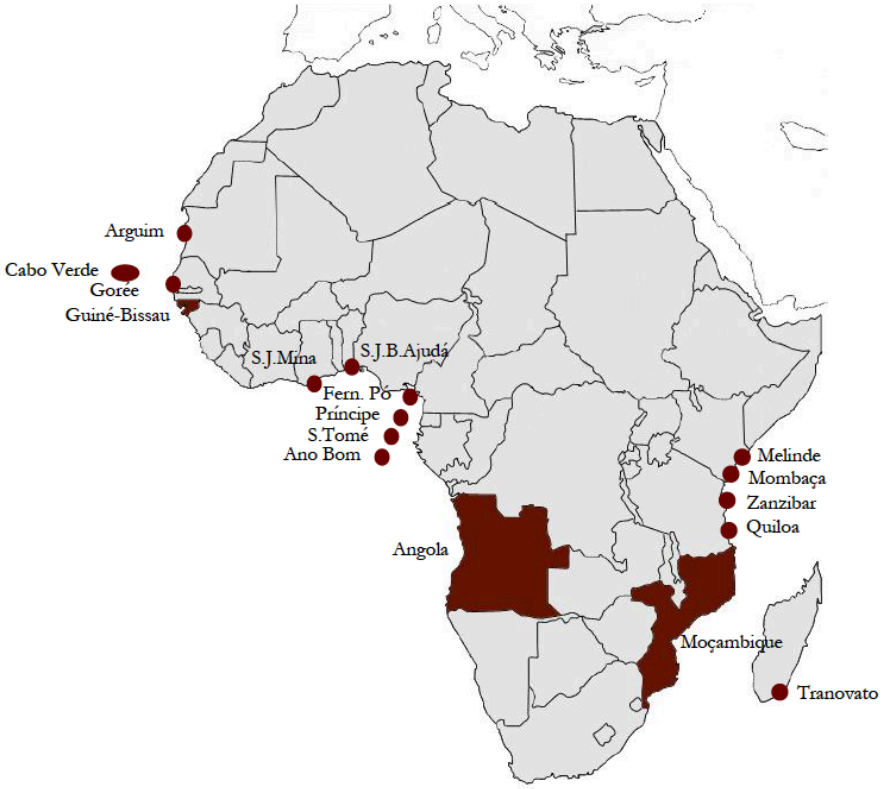
Apesar dos contextos variados, "a maioria das megacidades de hoje no hemisfério sul descrevem uma trajetória comum: um regime de crescimento relativamente lento, e até retardado, e depois uma aceleração repentina até ao crescimento rápido nas décadas de 1950 e 1960"[24] marcado pelo êxodo rural que assolava as cidades e consequentemente os assentamentos informais. Este crescimento vertiginoso, para além de uma grande instabilidade urbana, trouxe consigo riscos à saúde pública, onde "a disseminação de doenças nas cidades geralmente ocorre como resultado de infraestrutura e serviços inadequados."[25]

Este crescimento urbano, contudo, não se cinge ao século passado, antes pelo contrário, é um problema presente, uma vez que mundialmente, "entre 2000 e 2014, as áreas ocupadas por cidades cresceram 1.28 vezes mais rápido que as próprias populações."[26]
África, dentro do panorama do sul global, ocupa um dos lugares mais preocupantes, uma vez que "é a região de urbanização mais rápida do mundo"[27] com uma taxa de crescimento "quase 11 vezes mais rápida que a taxa de crescimento na Europa."[28] "Na África Subsaariana, (...) com exceção da África do Sul, a taxa de crescimento urbano a partir da década de 1960 foi o dobro do aumento populacional natural." [29]

A economia africana, por sua vez, encontra-se também em ascensão, e como resultado, "a pobreza extrema sofreu um declínio de 56% em 1990 para aproximadamente 42% em 2015."[30]
Este facto, apesar de positivo, não é suficiente, uma vez que dentro das ex-colónias portuguesas em África, apenas Cabo Verde não se encontra na lista dos países menos desenvolvidos do mundo.[31]

---

[21] UN HABITAT (2016) World Cities Report 2016, Urbanization and Development – Emerging Futures, p57
[22] FERNANDES, Ana Luísa da Silva. (2015) Entre remediar e solucionar: a estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza : São Tomé e Príncipe como laboratório, p88
[23] "A rápida urbanização em África costuma resultar na urbanização da pobreza e manifesta-se na proliferação urbana dos assentamentos informais (slums)." in UN HABITAT (2018) The State of African Cities 2018, the geography of African Investment, p30
[24] DAVIS, Mike. (2006) Planeta Favela. São Paulo. Boitempo Editorial, p59
[25] UN HABITAT (2016) World Cities Report 2016, Urbanization and Development – Emerging Futures, p22
[26] UNITED NATIONS (2019) Special edition: progress towards the Sustainable Development Goals 2019 session, p17
[27] ibidem, p24
[28] UN HABITAT (2016) World Cities Report 2016, Urbanization and Development – Emerging Futures, p7
[29] DAVIS, Mike. (2006) Planeta Favela. São Paulo. Boitempo Editorial, p67
[30] UN HABITAT (2018) The State of African Cities 2018, the geography of African Investment, p28
[31] http://unohrlls.org/custom-content/uploads/2018/12/list-of-least-developed-countries-rev1.pdf



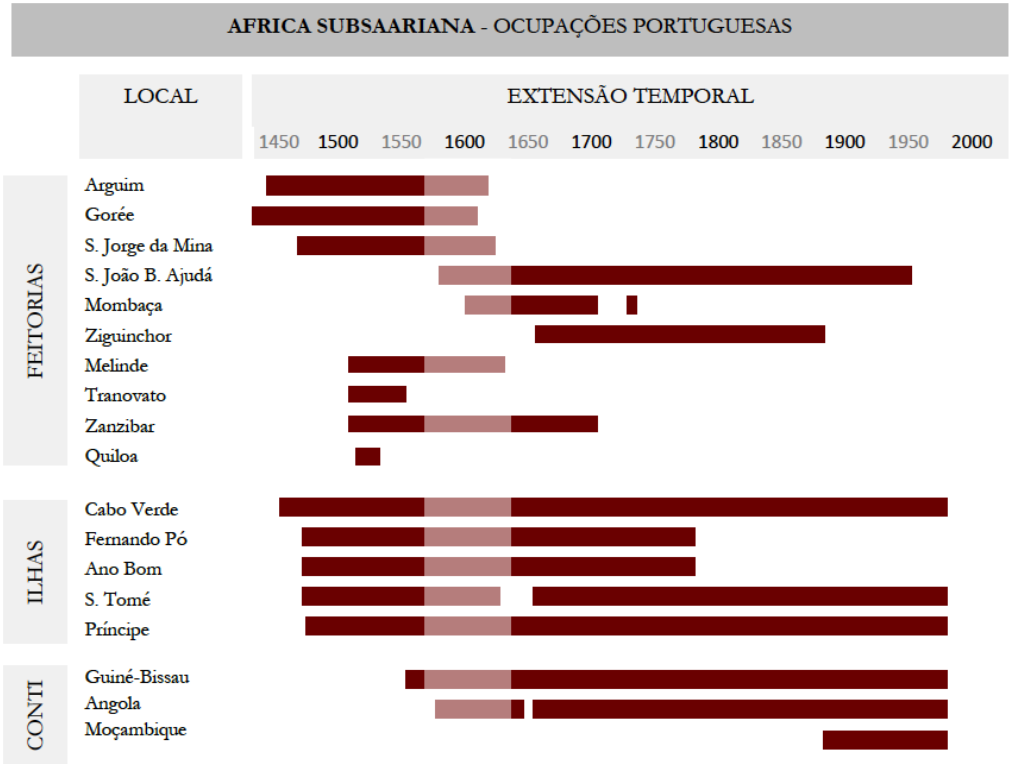


Imagem 10 – As ocupações portuguesas na África Subsaariana

A colonização, é também algo que caracteriza o continente africano, e em especial "a colonização portuguesa constituiu um dos impérios de maior dimensão temporal, estendendo-se das primeiras viagens marítimas a uma descolonização tardia, num processo de mais de cinco séculos."[32] Roy defende mesmo que a colonização mantém-se na atualidade quando "os cidadãos entusiasmados do Norte Global, viajam par ao Sul, na tentativa de resolver a pobreza, ensaiando assim um antigo colonialismo de poder numa ordem global recém-configurada."[33] Mas na realidade, a *prioridade de primeira instância* dos países ex-colonizados dada a sua (ainda atual) fragilidade, deve ser fundamentalmente, a criação de acordos políticos que primem pelo suporte do Estado porque "os resultados de desenvolvimento a longo prazo só podem ocorrer quando o poder do Estado tiver sido adequadamente consolidado."[34] Deste modo, as intervenções estrageiras nestes países, quando as mesmas não atentam às situações governamentais específicas, são perigosas, podendo levar a *consequências indesejadas de todas as formas e feitios*.[35]

"As cidades Africanas, apesar de populosas, são profundamente desiguais e injustas, demostrando que as estruturas industriais e comerciais não se desenvolveram em paralelo com o rápido crescimento demográfico."[36] Além do mais, caracterizam-se por serem desorganizadas, fragmentadas e compostas por bairros desconectados[37] onde os assentamentos informais predominam. Os assentamentos informais, apresentam-se enquanto um dos problemas urbanos de mais urgente resolução, já que, "mais de um bilião de pessoas continua a viver nestas condições."[38] Contudo, os dados estatísticos que suportam os assentamentos informais são perversos. "Entre 1990 e 2016, a proporção da população urbana mundial a viver em assentamentos informais caiu de 46 para 23%"[39] ,no entanto, "as estatísticas também demonstram que o número de habitantes informais nos países em desenvolvimento está constantemente a aumentar, dado que mais de 880 milhões de habitantes viviam em favelas em 2014, em comparação com 791 milhões em 2000 e 689 milhões em 1990."[40] Só a África Subsaariana conta com 56% do aumento do número de habitantes informais nas áreas em desenvolvimento entre 1990 e 2014." [41]

---

[32] FERNANDES, Ana Luísa da Silva. (2015) Entre remediar e solucionar: a estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza : São Tomé e Príncipe como laboratório, p138
[33] ROY, Ananya. (2016) Encountering Poverty: Thinking and Acting in an Unequal World. Oakland. University of California Press, p6
[34] DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (2010) The Politics of Poverty: Elites, Citizens ans States, Finding from ten years of DFID-funded research on Governance and Fragile States 2001-2010, p15
[35] DIJOHN, Jonathan; PUTZEL, James in DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (2010) The Politics of Poverty: Elites, Citizens ans States, Finding from ten years of DFID-funded research on Governance and Fragile States 2001-2010, p15
[36] UN HABITAT (2018) The State of African Cities 2018, the geography of African Investment, p30
[37] Ibidem.
[38] UNITED NATIONS (2019) Special edition: progress towards the Sustainable Development Goals 2019 session, p17
[39] Ibidem.
[40] UN HABITAT (2016) World Cities Report 2016, Urbanization and Development – Emerging Futures, p14
[41] Ibidem, p58

Estes dados demonstram que apesar de percentualmente a situação parecer favorável, na verdade, os assentamentos informais estão a crescer cada vez mais, e a África Subsaariana é o contexto geográfico que mais contribui para este aumento, urgente de resolver.

O continente africano, contudo, tem um grande potencial de desenvolvimento. "Por exemplo, apesar do enorme potencial agrícola, muitos países africanos permanecem altamente inseguros a nível alimentar, gastando biliões de dólares na importação de comida." [42] Não obstante, 65% da terra arável mundial encontra-se neste continente, que "debaixo das intervenções políticas adequadas, poderia possivelmente alimentar o planeta inteiro em 2050."[43] O mesmo acontece no setor energético. "Aproximadamente 645 milhões de africanos não tem acesso à eletricidade porque o enorme potencial de energias renováveis do continente permanece essencialmente não explorado."[44]
Para concluir, restará dizer que é urgente repensar o urbanismo mundial: o acesso à habitação global e a infraestruturas básicas, assim como focar o contexto africano, que sendo dos mais prementes, é também dos mais promissores. [45]

[42] UN HABITAT (2018) The State of African Cities 2018, the geography of African Investment, p29
[43] Ibidem.
[44] Ibidem.
[45] "Neste contexto,o melhoramento da qualidade de vida para as pessoas em África é um dos cinco objetivos principais para 2025 do African Development Bank." in ibidem.

Revisão da Literatura

A Pobreza

"A pobreza constitui uma condição multidimensional de privação que ultrapassa o nível económico para se estender a reflexos socioespaciais."[46]

Quando se estuda o contexto urbano do sul global, a *pobreza* é um dos temas que surge imediatamente, dadas as lacunas que estes países costumam aportar para além das instáveis economias, nomeadamente: as fracas infraestruturas, habitação, alimentação, saúde e educação. No entanto as doutrinas vistas como solucionadoras do problema – "engenharia, economia, saúde pública, urbanismo, arquitetura, antropologia, educação – têm uma longa história de intervenções falhadas na resolução da pobreza."[47] Entre muitos fatores, isto deve-se à desconexão entre os técnicos normalmente, provenientes dos países desenvolvidos, e os contextos do sul, como também e principalmente, devido à forma como os interesses económicos e políticos da globalização, aprofundam as desigualdades sociais e instigam o nepotismo e a corrupção.

É importante também alterar a forma como os pobres são encarados, posto que "falar dos "pobres" (globalmente ou não) é no fim de contas, colocar as pessoas em questão como vitimas passivas ao invés de agentes e potenciais atores políticos. É também vê-los de maneira independente e descontextualizada, abstraindo as relações e processos sociais que geraram a sua pobreza."[48]
A conotação de pobreza, altera-se consoante a sua distância, isto é, as pessoas têm tendência a sentir mais compaixão pela pobreza longínqua (de outros continentes) do que pela pobreza que se cruza no seu quotidiano. A pobreza longínqua tornou-se presente na atualidade através das redes sociais, dos *media* e das oportunidades de voluntariado que levam a crer que os *cidadãos globais*[49] são os portadores da solução para o fim da pobreza, através das suas doações e períodos de voluntarismo pontuais. No entanto este género de atividades atua enquanto cuidado paliativo de microescala, retirando força e urgência à restruturação do sistema.

"Assim, perante um contexto de escassez, será essencial discutir não só a orientação das diferentes acções que vão sendo implementadas, mas principalmente os mecanismos de continuidade e de multiplicação: ou seja, procurar formas de, alargando estruturas de cooperação e agilizando ferramentas de actuação, assegurar a consolidação de redes e ampliar os efeitos gerados por cada acção, assegurando actuações estruturais e extensivas."[50]

---

[46] FERNANDES, Ana Luísa da Silva. (2015) Entre remediar e solucionar: a estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza : São Tomé e Príncipe como laboratório, p5
[47] ROY, Ananya. (2016) Encountering Poverty: Thinking and Acting in an Unequal World. Oakland. University of California Press, p3
[48] FRASER Nancy in ROY, Ananya. (2016) Encountering Poverty: Thinking and Acting in an Unequal World. Oakland. University of California Press, p18
[49] Roy, Ananya - Encountering Poverty: Thinking and Acting in an Unequal World
[50] FERNANDES, Ana Luísa da Silva. (2015) Entre remediar e solucionar: a estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza : São Tomé e Príncipe como laboratório, p431

Os arquitetos, no combate à pobreza, deverão ser vistos não enquanto solução do problema, uma vez que a questão se trata de algo superior a qualquer profissão. Mas enquanto uma ferramenta poderosa para a viabilidade da extinção da pobreza, posto que a multidisciplinaridade do seu ofício, permite abranger e articular várias áreas. Para isso será, no entanto, necessário que "os arquitetos aprendam a conceder aos pobres o mesmo respeito que prestam aos seus clientes ricos. Assim como eles dialogam – frequentemente discutem – e ouvem os clientes ricos, o mesmo deveria acontecer com os pobres."[51]

FIGURE 4. HUMAN RIGHTS LINKED TO THE RIGHT TO ADEQUATE HOUSING



Imagem 11 – Os Direitos Humanos conectados ao direito da habitabilidade básica

[51] SERAGELDIN, Ismail. (1997) The Architecture of Empowerment. Londres, Academy Editions, p8 e 9

O Direito à Cidade

"Recordemos os dois primeiros [direitos] da declaração [universal dos direitos humanos], que são o fundamento do resto: todas as pessoas são livres e iguais (artigo 1º); e com relações fraternais entre elas, sem discriminação (artigo 2º). Apliquemo-los agora, a qualquer uma das nossas cidades. Pois bem, é rara aquela que não sofre de segregação."[52]

Declaração Universal dos Direitos Humanos[53] (1948)

Artigo 17.º
1. Toda a pessoa, individual ou coletivamente, tem direito à propriedade.
2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade.

Artigo 25.º
1. Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.

Como constatado nestes dois artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a habitabilidade é um direito universal tanto na forma de estrutura urbana como na forma de casa. A cidade deverá ser o palco "de caráter nitidamente público que permita aos cidadãos sentirem-se membros de pleno direito da sua sociedade, da sua cidade"[54] "porque acima de tudo, a cidade é vivida como o lugar onde é possível garantir direitos difíceis de manter noutros âmbitos. Ser pessoa."[55] É também na cidade que a sociedade se *projeta*[56] e encontra a sua entidade enquanto coletivo. A casa está para os cidadãos como a cidade está para a sociedade – "ela é forma, envelope desse local de vida *privada*." [57]

---

[52] CAZ, Rosario Del; GIGOSOS, Pablo; SARAIVA, Manuel. (2002) La ciudad y los derechos humanos : uma modesta proposición sobre derechos humanos y prática urbanística. Madrid. Talasa, p58
[53] https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos
[54] CAZ, Rosario Del; GIGOSOS, Pablo; SARAIVA, Manuel. (2002) La ciudad y los derechos humanos : uma modesta proposición sobre derechos humanos y prática urbanística. Madrid. Talasa, p32
[55] Ibidem, p6
[56] "Portanto, propomos aqui uma primeira definição de cidade como *sendo projeção da sociedade sobre um local*, isto é, não apenas sobre o lugar sensível como também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento, que determina a cidade e o urbano." In LEFEBVRE, Henri. (1968) O Direito à cidade. Lisboa. Estúdio e Livraria Letra Livre, p62
[57] Ibidem, p67

No entanto, a arquitetura no símbolo do muro, tanto pode unir como separar.
Com conotação positiva, o muro pode gerar abrigo e espaços de convivência, que unem as pessoas. Quando os muros são usados com conotação negativa, geram territórios segregadores – como o muro de Berlim ou o muro que separa a Palestina e Israel. A uma escala mais pequena, este muro que separa em vez de unir, também se traduz numa privatização da malha urbana, tornando-a inalcançável para muitos.

Por sua vez, nos países do Sul Global, esta segregação tem muitas vezes, origens colonialistas, tempo esse, onde era negado "à população nativa o direito de propriedade e de residência permanente nas cidades."[58] Já hoje em dia, esse direito continua intermitente, as sociedades estão "cada vez mais divididas, construídas de muros, visíveis e invisíveis: guetos, campos de refugiados, campos minados, condomínios fechados para ricos, favelas." [59]

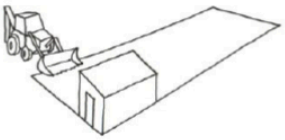
Consequente à cidade segregadora, estão os assentamentos informais – o espaço da cidade que acolhe os renegados pela mesma. Quando as *políticas fracassam, a governação é fraca, existe corrupção, as leis são inapropriadas, os mercados fundiários são disfuncionais, os sistemas financeiros não conseguem dar resposta e existe falta de vontade política*[60] o direito universal da habitabilidade fica comprometido. "Sob esta perspetiva, torna-se possível compreender o surgimento de ocupações espontâneas como uma reação natural de sobrevivência, perante as lacunas da oferta de habitação do poder central."[61] O direito à terra, é para além de um fator *determinante na espacialização da pobreza*[62] *e da riqueza* e da *estruturação social e territorial,*[63] um fator fomentador imprescindível no *direito à cidade.*

É urgente assegurar que os assentamentos informais, o deixem de o ser, abrigando em toda a sua extensão, pessoas com qualidade de vida e de habitação dignas. No relatório das Cidades Mundiais de 2016 realizado pela ONU, "melhorar a vida dos moradores dos assentamentos informais foi reconhecido como um dos meios essenciais para acabar com a pobreza em todo o mundo." [64] E em 2015, com a construção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030, uma das 17 metas passa por "tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis."[65] Estas intenções demonstram o interesse da agenda internacional em resolver os problemas dos assentamentos informais, caberá agora também aos governos nacionais, a tomada de medidas para que em sinergia se trabalhe em prol do mesmo propósito – o *direito à cidade* universal.

---

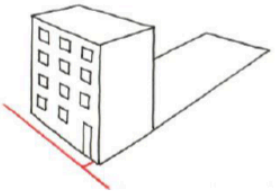
[58] DAVIS, Mike. (2006) Planeta Favela. São Paulo. Boitempo Editorial, p60
[59] MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. (2011) Arquitectura e Política. São Paulo Gustavo Gili, p87
[60] UN HABITAT (2016) World Cities Report 2016, Urbanization and Development – Emerging Futures, p57
[61] SOUSA, Kátia Lemos de Sousa (2018) Maputo. Densificação Autoproduzida: O sonho do primeiro andar sobre a casa existente. Porto. Dissertação de Mestrado apresentada à Faup, p31
[62] FERNANDES, Ana Luísa da Silva. (2015) Entre remediar e solucionar: a estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza : São Tomé e Príncipe como laboratório. Porto. Tese de Doutoramento apresentada à Faup, p144
[63] Ibidem, p146
[64] UN HABITAT (2016) World Cities Report 2016, Urbanization and Development – Emerging Futures, p57
[65] https://www.ods.pt/objectivos/11-cidades-e-comunidades-sustentaveis/

POLÍTICAS HABITACIONAIS FACE À PRECARIEDADE NA HABITAÇÃO URBANA

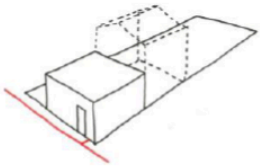


Erradicação - remoção das construções ilegais
Incide apenas na dimensão legal da ocupação, procedendo à demolição de construções que não obedeçam a esse critério.

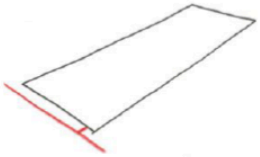
Realojamento



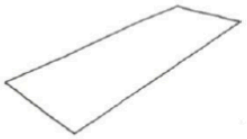
Habitação convencional. Consiste na provisão directa de unidades habitacionais de interesse social, quer por entidades públicas ou privadas, podendo ser assistidas por programas de financiamento (como crédito bonificado, incentivos ou sistemas de renda resolúvel).



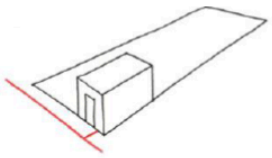
Habitação evolutiva. Consiste na provisão de unidades nucleares de habitação pensadas segundo um processo de construção faseada, possibilitando a melhoria progressiva ao longo do tempo.



Lote infra-estruturado (sites-and-services). Esta estratégia consiste na implementação de programas que privilegiam a titulação da propriedade e o acesso às redes de infra-estruturas básicas, remetendo as restantes tarefas de construção da habitação para a responsabilidade dos moradores.

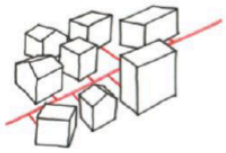


Lote não-infra-estruturado (sites-without-services). Esta abordagem incide essencialmente na legitimação da ocupação da terra, numa primeira fase de acção, defendendo os restantes passos como etapas subsequentes do processo.

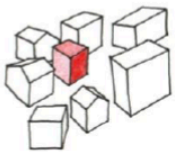


Conjugação de estratégias. Destacam-se ainda alguns outros projectos que introduzem combinações ou variantes de estratégias anteriores, introduzindo questões relevantes para o debate das políticas de actuação.

Melhoramento



Programas integrados. Englobam-se nesta família os projectos que actuam sobre o existente, de forma extensiva e simultaneamente em várias vertentes disciplinares.



Intervenções pontuais (acupunctura). Neste grupo inserem-se as acções que actuam também no existente, mas de forma incisiva em pontos específicos, encarando-os como catalisadores de melhorias mais extensivas.

Imagem 12 – Opções de Políticas Habitacionais face à precaridade na Habitação Urbana

O Estado

"Mais do que técnica, o urbanismo é política."[66]

A arquitectura é um instrumento fundamental do poder do Estado.
Ao longo da história é possível constatar-se através do urbanismo e da hierarquização dos espaços e dos edifícios, o espelho de certas intenções administrativas. Os próprios edifícios "são os documentos mais reveladores"[67] da sua personalidade e "é na forma das catedrais ou dos palácios que a Igreja e o Estado falam às multidões e lhes impõem o silêncio."[68]

No entanto, o estado terá uma missão maior do que se representar a si próprio nas suas políticas urbanas, a missão de representar toda a sociedade – "o centro de onde o poder irradia e por referência ao qual o mundo se ordena."[69] As políticas desenhadas pelos governos devem assim, garantir a inclusão dos grupos mais vulneráveis, através de mecanismos como – "as redes de apoio social, as estruturas económicas de subsistência e o valor simbólico do espaço (os elos de identificação com a casa, o bairro e a sua envolvente) – outros haverá que seria necessário quebrar – como as práticas sociais marginais, os estigmas ou os mecanismos de segregação espacial e socioeconómica."[70] Não basta só agir, é necessário agir com fundamento, porque tanto as más políticas como as não políticas fomentam igualmente a segregação da sociedade.[71]

Nos países do Sul Global, o foco da ação política sobre as questões urbanas, é frequentemente mais incidente nos problemas que já são evidentes, do que na prevenção desses mesmos problemas. Este raciocínio permite apenas uma conduta de remendos e não de alterações profundas que, possam ser a longo prazo, mais frutíferas e vantajosas tanto para os beneficiários como para as entidades responsáveis. Deste modo, garantir-se-ia um planeamento mais responsável, ponderado e duradouro.

"Apesar das suas limitações, o Estado poderá efectivamente assumir um papel activo – e desejavelmente até proactivo – como facilitador, articulador e angariador de iniciativas, para o que seriam necessários esforços para a construção de visões estratégicas e de capacidades técnicas, através de recursos próprios e/ou pela capacidade de diálogo com vários interlocutores."[72]

---

66 MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. (2011) Arquitectura e Política. São Paulo Gustavo Gili, p8
67 CORBUSIER, Le (1969) Maneira de Pensar o Urbanismo. Maia. Publicações Europa-América, p93
68 MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. (2011) Arquitectura e Política. São Paulo Gustavo Gili, p31
69 FREITAG, Michel. (2004) Arquitectura e sociedade. Lisboa. Dom Quixote, p20
70 FERNANDES, Ana Luísa da Silva. (2015) Entre remediar e solucionar: a estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza : São Tomé e Príncipe como laboratório. Porto. Tese de Doutoramento apresentada à Faup, p224 e 225
71 "Por suposto, a segregação também é promovia (fomentada) pela ausência de políticas de habitação." in CAZ, Rosario Del; GIGOSOS, Pablo; SARAIVA, Manuel. (2002) La ciudad y los derechos humanos : uma modesta proposición sobre derechos humanos y prática urbanística. Madrid. Talasa, p62
72 FERNANDES, Ana Luísa da Silva. (2015) Entre remediar e solucionar: a estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza : São Tomé e Príncipe como laboratório. Porto. Tese de Doutoramento apresentada à Faup, p228

É necessário que, a acompanhar uma *revolução económica* exista uma *revolução cultural permanente*[73] que não permita o nepotismo na estratificação da sociedade em graus diferentes de importância. Quando a questão da representatividade da sociedade passa a ser analisada meramente do prisma urbano, algumas considerações haverá a fazer, principalmente no que diz respeito às politicas de habitação estandardizadas. Porque tratar a sociedade por igual, não significa fornecer a mesma habitação para todos, mas sim fornecer a habitação que todos necessitam.
A principal diferença entre estas duas formas de agir está: *em quem decide o quê.*[74] Uma vez que, a principal razão para os projetos de habitação em massa falharem, ser a não satisfação das necessidades específicas das pessoas. "As políticas muitas vezes bem-intencionadas baseadas em habitação em massa, são maneiras muito caras de empobrecer as pessoas - primeiro os pobres e, a longo prazo, a sociedade como um todo."[75] Muitos governos, contudo, não reconhecem outra forma de repensar o urbanismo, dado que o envolvimento da comunidade para além de ser mais trabalhoso, não é considerado sequer enriquecedor:

"Os arquitectos do serviço público, mesmo que não ponham de parte o pobre, considerado demasiado ignorante para que lhe perguntem a opinião, dizem que não têm tempo para lidar com cada família separadamente. (...) É assim que os arquitectos do Estado fazem valer os seus argumentos irrefutáveis e constroem o seu milhão de casas iguais. O resultado é hediondo e inumano; um milhão de famílias em cubículos desadequados sem poderem proferir uma palavra a respeito do projecto, e seja qual for a ciência utilizada para classificar as famílias e fazer corresponder uma casa a cada uma delas, a maioria está condenada a ficar insatisfeita."[76]

Não deixa de ser irónico que "do ponto de vista do governo, os assentamentos informais descontrolados são um problema muito perigoso, mesmo quando não apresentam problemas sérios para os seus habitantes."[77] Os governos preferem erradicar os habitantes informais para depois os realojar em bairros periféricos que não ferem a vista dos mais sensíveis, do que formalizar a informalidade. Esta forma de atuar, acarretará provavelmente benefícios económicos uma vez que "as cidades já são construídas para humanos. São construídas para investidores"[78] que valorizam a localização central normalmente encontrada nos bairros informais para futuros empreendimentos de luxo.

Mas a partir do momento em que o Estado transforma as pessoas em números, como se de peças passivas e indiferentes se tratassem, o resultado da políticas habitacionais só poderá a vir ser o

---

[73] LEFEBVRE, Henri. (1968) O Direito à cidade. Lisboa. Estúdio e Livraria Letra Livre, p140
[74] "A principal diferença entre a habitação fornecida centralmente e as controladas pelos usuários é a estrutura de autoridade ou controlo: quem decide o quê." in TURNER, John. (1976) Approaches to government-sponsored housing. Ekistics, Vol. 41, No. 242, January 1976, p5
[75] TURNER, John. (1977). Housing by People. Towards autonomy in building environments. Nova Iorque: Pantheon Books., p108
[76] FATHY, Hassan. (2009) Arquitectura para os Pobres - Uma experiência no egipto rural. Lisboa: Argumentum, Dinalivro, p38
[77] TURNER, John (1968) Uncontrolled Urban Settlement: Problems and Policies in Urbanization: development policies and planning, International social development review nº1, p118
[78] VERLAG, Jovis. (2013) Handmade urbanism: from community initiatives to participatory models. Berlim. Jovis Verlag, p202

mesmo: políticas passivas e indiferentes que não servirão minimamente o contexto particular de cada indivíduo.

Se o governo ao invés de dar uma casa igual a cada centena de famílias, lhes desse a oportunidade de serem as próprias famílias a construírem o seu espaço de acordo com as suas necessidades, o resultado final seria muito mais profícuo porque "um homem (...) precisa tanto que lhe construam a casa, como um pássaro precisa que lhe construam o ninho."[79]

"O arquitecto (...) ficaria indignado se lhe fosse pedido que, num mês, desenhasse cem casas diferentes para cem clientes privados. Ia-se abaixo depois de ter feito a vigésima. No entanto, quando o arquitecto desenha um milhão de casas para as pessoas pobres está tão longe de se ir abaixo que está pronto para se encarregar de outro milhão no mês seguinte: desenha uma casa e acrescenta seis zeros.
Agindo desta forma, o arquitecto está a multiplicar algo que, na verdade, não pode ser multiplicado."[80]

O Estado deverá sobretudo, não fomentar as práticas urbanas da proliferação de tipologias genéricas que "encaixam" a toda a gente, e passar a focar-se primordialmente em medidas de extinção da desigualdade social bem como do melhoramento das infraestruturas urbanas, pois estas medidas, ao contrário de casas estandardizadas, encaixarão de facto a toda a gente.

---

[79] FATHY, Hassan. (2009) Arquitectura para os Pobres - Uma experiência no egipto rural. Lisboa: Argumentum, Dinalivro, p39
[80] Ibidem.

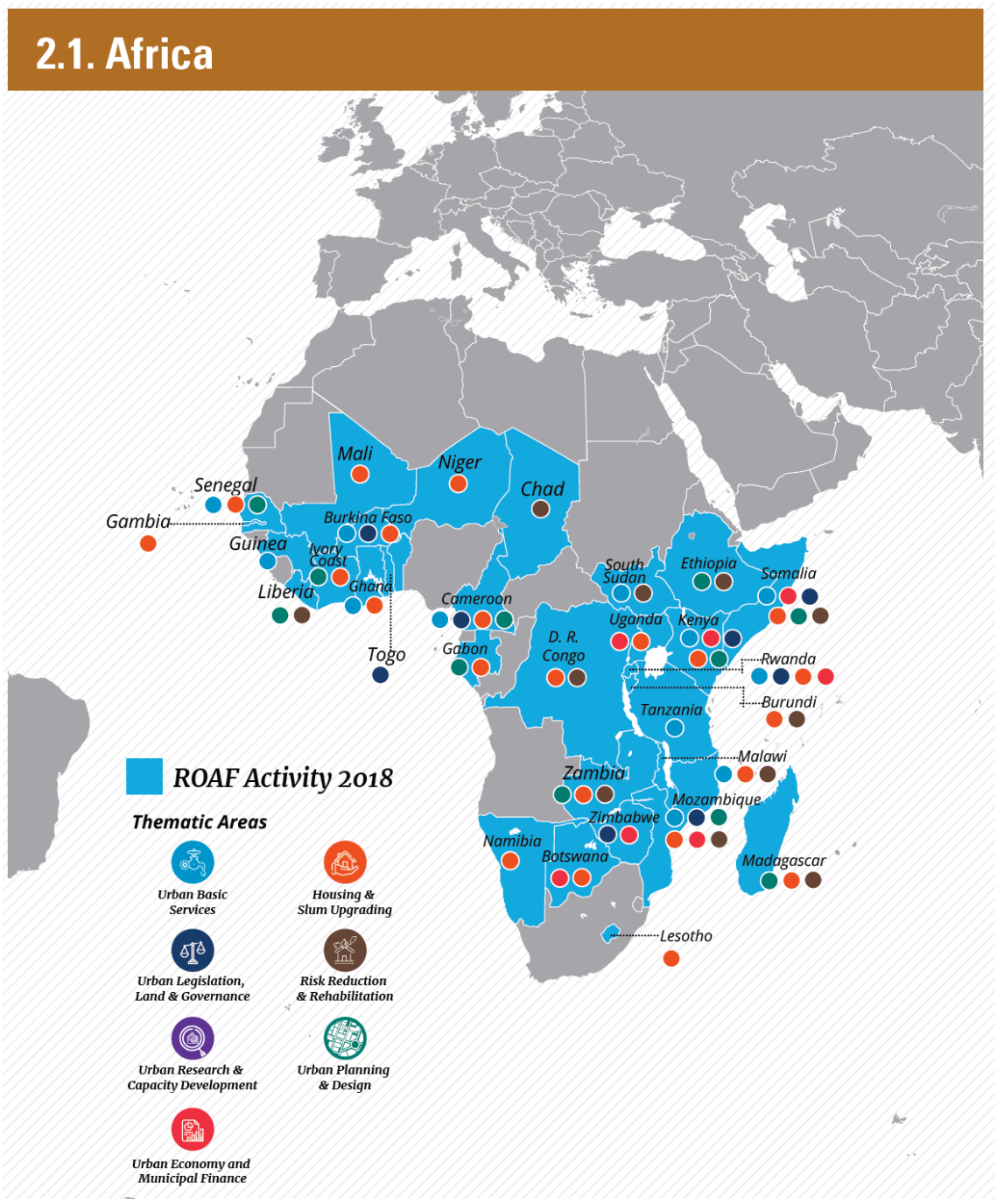


Imagem 13 – Intervenção da UN-HABITAT no continente africano

As ONGs

As ONGs podem exercer atividades de forma temporária, normalmente na consequência de catástrofes ou de forma permanente, quando os projetos não estão associados a problemas de surgimento repentino. Na habitabilidade, esta distinção é muito importante, visto que uma habitação temporária não tem nem deve ambicionar ter as mesmas características de uma habitação permanente. O trabalho da habitabilidade regra geral, deve ser associado a um caráter contínuo, de restruturação profunda, mesmo que estas necessidades surjam na consequência de catástrofes ou crises humanitárias.

Historicamente, este género de organizações estende-se no passado por largos séculos, embora a sua denominação tenha surgido no século XX pela ONU após a 2ª Guerra Mundial. Anteriormente, e também ainda na atualidade, este tipo de trabalho estava ligado a instituições religiosas, tais como os Jesuítas ou os Missionários que praticavam atos misericordiosos para com os mais desfavorecidos. Hoje em dia, são mais de 20 000, o número de Organizações Não Governamentais no ativo, que com base nos Direitos Humanos estabelecidos em 1948, trabalham nas mais diversas áreas em toda a superfície global.[81]

É importante referir que a nomenclatura das ONGs as define pela negativa – organizações *não* governamentais. À primeira vista, entender-se-á que este género de organizações se opõe ao governo, mas na verdade, e como comprovado na análise dos casos de estudo que se seguirá, os projetos realizados em cooperação com o governo acabam por ter mais sucesso do que qualquer outro. Para além desta forma de atuar, as ONGs também poderão agir de forma a colmatar aquilo que os governo por opção ou por impossibilidade não conseguem resolver. No entanto, o papel das ONGs é mais favorável quando estas agem enquanto empoderadoras e mediadoras entre a comunidade e o estado, do que propriamente enquanto substitutas e opoente do estado. Uma vez que o trabalho destas se complica caso não tenham o apoio ou seguirem as diretrizes governamentais estipuladas. Porque na verdade, os objetivos das ONGs na grande maioria das vezes, vão na direção dos objetivos do próprio Estado, que por suas vez não os executa pela falta de prioridade que os assuntos urbanos ocupam na sua agenda. Falta compromisso. Compromisso a cima de tudo com a sua própria comunidade e compromisso na renovação legislativa que por norma é excessivamente singular e burocrática.

O trabalho das ONGs no campo da habitabilidade é dificultado pelo facto de esta não ser uma prioridade nas agendas governamentais da maior parte dos países em desenvolvimento quando comparada com a educação ou a saúde. É importante dizer que o legado que a cidade gera é muito mais imaterial do que físico, daí ser tão importante cuidarmos delas.
O trabalho das ONGs, apesar das suas boas intenções, leva a opiniões estremadas dentro da própria literatura. Em Planeta Favela, pode ler-se sobre as ONGs:

[81] http://www.theglobaljournal.net/article/view/981/

"A sua atividade constante é subverter, desinformar e desidealizar as pessoas, de modo a mantê-las afastadas das lutas de classe. Adotam e propagam a prática de pedir favores com base na solidariedade e no humanitarismo, em vez de tornar os oprimidos conscientes dos seus direitos.[82]

Davis defende uma posição negativa e pessimista em que as ONGs não fazem parte integrante da solução e que apenas estorvam o que realmente importa resolver. Sobretudo porque o trabalho que envergam normalmente a cargo de ONGs estrangeiras financiadas com fins específicos, não visa a resolver os problemas mais prementes ou as pessoas mais necessitadas. "Muitas são dependentes de contribuições voluntárias e motivadas por pena e não por compreensão."[83] Este tipo de ação não governamental, está errado a partir da sua intenção. Uma vez que esta não está em querer ajudar, mas em ser-se visto a ajudar, enquanto modo de preencher o ego das instituições ou pessoas envolvidas.
Outra grande crítica à atividade das ONGs recai sobre o voluntariado – indispensável ao funcionamento das mesmas.

A globalização que se vive no presente, faz com que as fronteiras do mundo sejam mais ténues. Nunca foi tão fácil e barato viajar e isso permite que sobretudo as classes mais privilegiadas viajem com mais frequência. Com isto, surge também a necessidade de ser *cidadão do mundo*[84] e de querer ajudar os países mais carenciados. Inúmeros são os programas de voluntariado que transportam os privilegiados dos países desenvolvidos para contextos de pobreza onde por um (normalmente) curto período de tempo, estes são expostos às comunidades locais e aos seus problemas:

"Esse modo distinto de caridade convoca doadores, que não doam aos pobres, mas doam aos soldados de infantaria da ação da pobreza, que por sua vez prometem transformar a vida dos pobres. As consequências são profundas. Por um lado, a pobreza passa a ser enquadrada como um problema que pode ser resolvido através de atos individuais de benevolência liberal. Por outro lado, esses encontros íntimos com a pobreza tornam-se o crisol em que os cidadãos globais, especialmente aqueles com o privilégio e o lazer para participar no voluntarismo, criam um senso de si e um lugar no mundo."[85]

Este género de voluntariado muitas vezes torna a pobreza num negócio em si. Onde entidades privadas lucram com os voluntários que chegam e vão em constantes ciclos, não precisando de investir em soluções permanentes, como a contratação de alguém local a longo prazo. "A própria padronização e profissionalização da indústria do voluntariado torna mais difícil para os jovens imaginar e agir sobre um mundo muito mais difícil." [86]
Apesar de como já referido, a sensação do voluntariado poder ser enganadora, porque a pobreza não se resolve em ações deste cariz tão curto a nível temporal e de envolvimento, por outro lado,

---

[82] "Das Manifesto of a Housing Activist", in Patel e Thorner. Bombay. P179-80 in DAVIS, Mike. (2006) Planeta Favela. São Paulo. Boitempo Editorial, p84
[83] TURNER, John. (1988) Buiding Community. Londres, Building Community Books, p177
[84] Conceito desenvolvido em ROY, Ananya. (2010) Poverty Capital: Microfinance and the Making of Development. Nova Iorque. Routledge
[85] ROY, Ananya. (2010) Poverty Capital: Microfinance and the Making of Development. Nova Iorque. Routledge, p69
[86] Ibidem, p129

poderá permitir uma tomada consciência da realidade em redor, que fomentará o pensamento crítico sobre o tema e possíveis futuras ações conscientes, em concordância com o aprendizado.
As atividades das ONGs certamente nunca irão extinguir a pobreza, para isso é necessário um compromisso do estado para com a sua comunidade, mas "na ausência de assistência governamental sustentada, essas forças voluntárias são muitas vezes o único recurso para a recuperação, especialmente das comunidades pobres." [87]
Em contraponto às críticas negativas, existem também muitas outras positivas.
Em primeiro lugar, "as ONGs são menos restritas e suspeitas do que as organizações estatais ou de mercado"[88] que têm muito mais interesses próprios envolvidos nas suas ações.
Por outro lado, "apenas elas conseguem construir as pressões políticas necessárias, e apenas elas conseguem balançar com sucesso interesses opostos"[89] através da mediação entre as comunidades e o governo. E ainda "podem e fazem contribuições essenciais para mudanças de políticas, através da demonstração de formas e meios alternativos de construção de casas e bairros." [90]
As suas duas linhas principais de trabalho devem ser:
"- Ajudar as pessoas a organizar-se, a articular as suas demandas, a gerar os seus próprios recursos, a planear e implementar os seus próprios programas e a gerir e a manter as suas próprias casas e bairros; e
Atuar enquanto mediadores entre as pessoas e as suas OBCs nas suas negociações com empresas comerciais e órgãos governamentais."[91]
Quando se fala do contexto da habitabilidade básica, dentro do mundo das ONGs, uma especial atenção tem de ser dada à "responsabilidade ética chave do arquiteto [que] não reside no refinamento do objeto como produto visual estático, mas como contribuinte para a criação de relacionamentos espaciais e, portanto, sociais, em nome dos outros." [92]
Ao vir de um contexto mais desenvolvido, o arquiteto tem a missão de usar o seu conhecimento e adaptá-lo ao novo contexto e não se limitar a fazer *copy paste*, contrariando assim os processos utilizados na colonização. O conhecimento ocidental deverá "fornecer conhecimento e competências de um mundo baseado na industrialização e em processos de construção eficientes, com custo otimizado"[93] adaptados aos modos de construir tradicionais e portadores do símbolo das comunidades ajudadas.

"Embora por vezes com actuação inconstante, variando de acordo com a disponibilidade de financiamento, de recursos humanos ou de motivação, estes intervenientes poderão contribuir para estratégias transversais de desenvolvimento, podendo representar oportunidades se forem identificados mecanismos para a sua integração e valorização."[94]

---

[87] Ibidem, p70
[88] TURNER, John. (1988) Buiding Community. Londres, Building Community Books, p176
[89] Ibidem, p16
[90] Ibidem, p16
[91] Ibidem, p16
[92] TILL, Jeremy. (2013) Architecture Depends. Massachusetts. MIT Press, p178
[93] ARCHITECTURE SANS FRONTIÈRES DENMARK. (2013) Developing Architecture Learning From Sierra Leone. Dinamarca. Forlaget PB43, p12
[94] FERNANDES, Ana Luísa da Silva. (2015) Entre remediar e solucionar: a estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza : São Tomé e Príncipe como laboratório. Porto. Tese de Doutoramento apresentada à Faup, p428

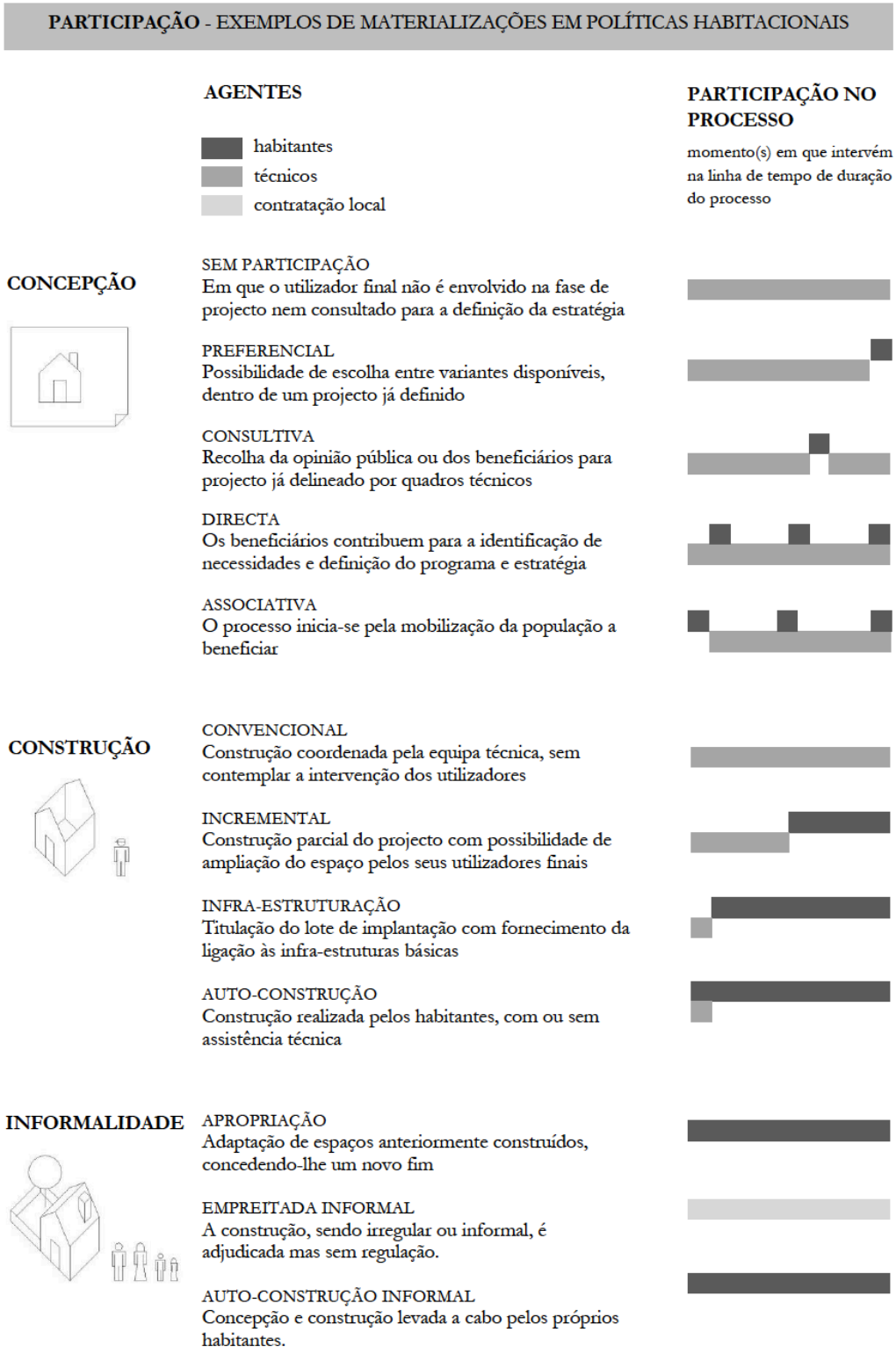


Imagem 14 – Exemplos de Materialização da Participação em Políticas Habitacionais

A Participação

"As palavras têm significados: algumas palavras, no entanto, também têm uma 'sensação'. A palavra 'comunidade' é uma delas. Sabe bem: o que quer que a palavra 'comunidade' queira dizer, é bom 'ter uma comunidade', 'estar numa comunidade'."[95]

Para existir arquitetura não são precisos arquitetos. Poderia aplicar-se a questão corriqueira de quem surgiu primeiro? O arquiteto ou a arquitetura? E a resposta é a arquitetura. Antes de existirem arquitetos, já existia arquitetura. O contrário já não é verdade. A arquitetura não depende dos arquitetos, uma vez que "enquanto existir um grupo de seres humanos num espaço físico, a organização física do espaço continuará não apenas como uma necessidade fundamental da existência, mas também como o meio mais direto e concreto de comunicação através de sistemas materializados de autorrepresentação. " [96]
Dentro desta introdução à cerca das primeiras intenções arquitetónicas do Homem, percebe-se que a ideia de participação lhe é intrínseca desde o início, e "está associada [a] uma intervenção enquanto sistema aberto a contributos, tanto mais eficaz e justo quanto mais traduzir o carácter de representatividade dos elementos que engloba."[97]

"A participação arquitetónica pode ser definida enquanto o envolvimento do usuário em algum momento do processo de design"[98] e deverá sê-lo enquanto possessor de tomadas de decisão, tornando assim o desenho do espaço mais diário, isto é, mais presente e conectado com o dia a dia das pessoas. É essencial, para que a segregação na cidade seja extinta, como Lefebvre defende, a intervenção massiva das classes mais baixas, (por norma as segregadas). Sem elas, não é possível chegar ao objetivo maior, uma vez que as pessoas que sofrem os problemas, são exatamente as mesmas que sabem as melhores soluções. Os processos que envolvem a participação da comunidade têm que ser regidos por uma *transparência e uma clareza de interesses e objetivos.*[99] Estas iniciativas vingam sobretudo porque "levam à integração social e ao envolvimento democrático dos residentes urbanos socialmente excluídos. Eles conseguem reunir pessoas e comunidades."[100] "A estes factores acresce ainda o potencial de capacitação dos seus intervenientes, encarando os processos de intervenção no ambiente construído como oportunidades e ferramentas de emancipação, integração e representatividade social"[101] que os leva a assumir um sentido de integração na cidade, com tendência à eliminação do rótulo da *informaidade*.

---

[95] BAUMAN, Zygmunt. (2001) Community: Seeking in an Insecure World. Cambridge. Polity Press, p1
[96] TILL, Jeremy. (2005) Architecture and Participation. Londres, Nova Iorque. Taylor & Francis, p13
[97] FERNANDES, Ana Luísa da Silva. (2015) Entre remediar e solucionar: a estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza : São Tomé e Príncipe como laboratório. Porto. Tese de Doutoramento apresentada à Faup, p69
[98] TILL, Jeremy. (2005) Architecture and Participation. Londres, Nova Iorque. Taylor & Francis, p XIII
[99] MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. (2011) Arquitectura e Política. São Paulo Gustavo Gili, p218
[100] VERLAG, Jovis. (2013) Handmade urbanism: from community initiatives to participatory models. Berlim. Jovis Verlag, p198
[101] FERNANDES, Ana Luísa da Silva. (2015) Entre remediar e solucionar: a estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza : São Tomé e Príncipe como laboratório. Porto. Tese de Doutoramento apresentada à Faup, p227



Imagem 15 – Participação da comunidade moçambicana no processo de atribuição do DUAT

"Construir é uma actividade criativa em que o momento decisivo é o instante da concepção, o instante em que a ideia ganha forma e em que todos os aspectos da nova criação ficam virtualmente estabelecidos. Ao passo que as características de um ser vivo ficam definitivamente estabelecidas no momento da fecundação, as características de uma construção são determinadas por um conjunto de decisões tomadas por cada um daqueles que têm uma palavra a dizer ao longo das várias etapas dessa construção. Desta forma, no caso da construção, o instante da concepção, do qual depende a totalidade de um ser vivo, desdobra-se numa infinidade de instantes, em que cada um desempenha um papel primordial para o conjunto do processo da criação."[102]

No entanto, o conceito de *participação* leva a pensar num resultado consensual, mas nem sempre é assim, ou quase nunca o será. É um processo imprevisível e de natureza desafiante que "se move entre conflitos, tensões, choques, entrega, saltos, paragens; compreende erros e também a sua crítica; acumula experiência; tende à globalidade."[103] Na verdade, a participação na maioria dos países do Sul Global não é tida em conta enquanto uma *excecional vantagem da democracia.*[104] Mas é na verdade, umas das melhores consequências da falta de financiamento para construir nestas situações.

Este sistema de ação, leva a que muitos governos e profissionais se sintam ameaçados, uma vez que o seu poder de decisão perde valor e também porque o seu trabalho passará a estar dependente de mais intervenientes, que desassearão o processo. A *participação* deve fluir contudo nos dois sentidos. Isto é, a comunidade deverá intervir no planeamento das políticas governamentais, e as autoridades governamentais deverão intervir igualmente no melhoramento das condições habitacionais e infraestruturais que servem a comunidade.[105]
Este processo, apesar de mais moroso e exigente metodologicamente, permite reduzir custos[106] ao mesmo tempo que deixa satisfeita a comunidade *formalizada* no processo.

Para reinventar o desenho das cidades no século XXI, é preciso regressar às origens. Conectar o planeamento urbano às iniciativas comunitárias de maneira a aprendermos uns com os outros"[107] e a interligar a habitabilidade com as outras disciplinas basilares de um governo, porque:

"A arquitetura é demasiado importante para ser deixada aos arquitetos."[108]

---

[102] FATHY, Hassan. (2009) Arquitectura para os Pobres - Uma experiência no egipto rural. Lisboa: Argumentum, Dinalivro, p33
[103] Em O 25 de abril e a transformação da cidade in SIZA, Álvaro. (2001) As cidades de Álvaro Siza. Porto. Figueirinhas, sp
[104] TURNER, John. (1977). Housing by People. Towards autonomy in building environments. Nova Iorque: Pantheon Books, p133
[105] Ibidem, p158
[106] "Na prática, a ideologia da participação permite obter pelo menor preço a aquiescência das pessoas interessadas e que estão em questão." in LEFEBVRE, Henri. (1968) O Direito à cidade. Lisboa. Estúdio e Livraria Letra Livre, p104
[107] VERLAG, Jovis. (2013) Handmade urbanism: from community initiatives to participatory models. Berlim. Jovis Verlag, p11
[108] TILL, Jeremy. (2005) Architecture and Participation. Londres, Nova Iorque. Taylor & Francis, p13



Imagem 16 – Exemplo de autoconstrução no projeto *Casas Melhoradas*



Imagem 17 – Exemplo de autoconstrução no projeto *Casas Melhoradas*

A autoconstrução

"E depois... ainda depois, poeticamente habita o homem se lhe deixarem um pouco de espaço e barro para modelar um sítio seu, à sua medida e portador dos seus símbolos."[109]

A autoconstrução é um processo epidémico nos países do Sul Global, onde as políticas habitacionais não permitem a aquisição de casa pela totalidade da população, levando assim à "ocupação condensada e clandestina, enquanto única solução (...) das populações urbanas cujas necessidades de habitação não são atendidas pelas instituições formais da sociedade." [110]

Os assentamentos informais, na sua génese, são apenas reinvenções da cidade, onde não se destrói o edificado existente, mas apenas se constrói sobre ele.[111] Não devem ser considerados enquanto "subversão dos mecanismos de regulação, mas como contributos válidos para a redução de desfasamentos das políticas de redução da precariedade, podendo ser integradas nas ferramentas de planeamento"[112] e assim contribuir para as políticas urbanas formais.

O processo dos assentamentos informais é cíclico e repete-se em vários contextos geográficos distintos. Existe, portanto, um padrão que é necessário quebrar – "o processo passa por uma primeira ocupação, depois tem início a construção precária e, por fim, consolida-se. Mais tarde, tenta-se conseguir a autorização para evitar a expulsão – isto é, a inclusão no planejamento – e, então, luta-se pela conquista dos direitos de ter água corrente, luz, infraestrutura de saneamento, instalações e transporte; em suma, a legalização e inclusão na estrutura do urbano."[113]

Existem duas diretrizes para atuar sobre os assentamentos informais. A primeira será evitar o surgimento e a propagação dos mesmos e a segunda será a formalização dos mesmos, garantindo "o direito de permanecer no bairro autoconstruído e de manter a sua localização e estrutura social."[114]
A autoconstrução não é contudo bem vista aos olhos do Estado, uma vez que este não assume qualquer controlo na geração dos bairros autoconstruídos que por sua vez, também constituírem "uma possível ameaça de doenças e insegurança para o resto da cidade."[115]

---

[109] PORTAS, Nuno. (1969) A cidade como arquitectura, apontamentos de método e crítica, prefácio de Fernando Távora. Lisboa. Livros Horizonte, p72
[110] TURNER, John (1968) Uncontrolled Urban Settlement: Problems and Policies in Urbanization: development policies and planning, International social development, p121
[111] VERLAG, Jovis. (2013) Handmade urbanism: from community initiatives to participatory models. Berlim. Jovis Verlag, p10
[112] FERNANDES, Ana Luísa da Silva. (2015) Entre remediar e solucionar: a estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza : São Tomé e Príncipe como laboratório. Porto. Tese de Doutoramento apresentada à Faup, p6
[113]MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. (2011) Arquitectura e Política. São Paulo Gustavo Gili, p186
[114] Ibidem
[115] MURILLO, Fernando. Self buid: Global South. University of Buenos Aires, p3

Com a autoconstrução também se permite a *continuidade* da construção tradicional através da experiência dos beneficiários/construtores. Estas por sua vez "revelam-se muito eficientes, já que resistiram ao maior teste de que poderiam ser alvos: a experimentação."[116] Contudo deve também haver espaço para a inovação e para a integração de técnicos que possam contribuir sobretudo para um desenho urbano coeso.
Estes técnicos, onde estão incluídos os arquitetos deverão estar responsáveis também pela instrução dos futuros beneficiários/trabalhadores que deverá ser básica, isto é, não deverá ser altamente especializada e/ou académica dada a duração e complexidade da mesma não se adequar ao objetivo final. Ninguém, a não ser por desejo, deverá parar a sua atividade laboral para se dedicar inteiramente a esta outra, deverá sim aprender o suficiente para fazer os trabalhos necessários. É nesta fase que mais uma vez, a mão de obra contratada pelo Estado e proveniente das ONGs, deve atuar, recorrendo aos arquitetos, engenheiros e artesãos que ensinarão os seus ofícios à população. Com a transmissão de saber permite-se que a cidade possa sempre crescer, pois o método de construir já está intrínseco aos seus habitantes, tornando-os ainda mais independentes de futura mão de obra especializada.

Do mesmo modo que é fundamental a simplicidade dos métodos construtivos, é o também a utilização de materiais de fácil acesso e de baixo custo para que não só correspondam às limitações financeiras das famílias na primeira fase da construção, como sobretudo em futuras reconstruções seja possível fazer os ajustes e reconstruções necessários que assegurem a *continuidade* dos edifícios e não os deixem cair no abandono.

[116]AZEVEDO, Ana João Teixeira da Mota. (2018) Participar na Utopia: notas de viagem ao interior do ser. Porto. Dissertação de Mestrado apresentada à Faup em 2018, p67

Cronologia

3

2.5

2

1.5

1

0.5

0

Independência de Moçambique e nacionalização da Terra

HABITAT I
Vancouver

Definição dos novos critérios de fixação de rendas em função das características do agregado familiar

1ª Reunião Nacional sobre cidades e bairros comunais com o objetivo de integrar as zonas periféricas

Primeira Legislação relativa à posse de Terra

Fundação dos ASF

3º Congresso da Frelimo onde se estabeleceram metas importantes para o rumo urbano nacional

Projeto de Urbanização de Maxaquene e Polana Caniço levado acabo pela ONU e pela DNH (até 1979)

Operação Produção medida repressiva de segregação social no direito à cidade

Abertura do país à economia de Mercado

Plano de Estrutura de Maputo

Guerra dos 16 Anos - Guerra Civil e Crise Económica

Privatização do Parque Habitacional do

Fundação dos ASF Espanha

Abertura do país ao multipartidarismo

Fundação dos ASF Catalunha

Política Nacional de Terras

HABITAT II
Istambul

Publicação da Nova Lei de Terras que se

HABITAT +5
Reflexão da conferência ocorrida 5 anos antes

Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo que devido à polémica gerada, não foi aprovado

Millenium Summit onde foram criados os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

World Urban Forum onde foram partilhadas experiências e ideias sobre os problemas urbanos globais

World Summit on Sustainable Development no qual o saneamento foi tido como chave para o desenvolvimento

Forum Social Mundial
Porto Alegre, onde foi aprovada a Carta Mundial do Direito à Cidade

Projeto do Plano Diretor do Hospital de Inhambane
ASF Catalunha

Fundação dos ASF Internacional

Reabilitação do Centro de Saúde de Panda
ASF Catalunha

Lei de Ordenamento do Território

Fundação dos ASF Dinamarca

Urban Forum
Medellín

Formação para o Direito à Habitação em Maputo
ASF Catalunha

Rio +20
Conferência da ONU sobre o desenvolvimento sustentável

Casas Melhoradas
ASF Dinamarca

Suporte às Entidades Públicas e Sociedade Civil contra a violência de género
ASF Catalunha

Reordenamento Urbano Participativo e acesso ao DUAT
ASF Catalunha

Reconstrução de 50 salas de aulas
ASF Catalunha

Melhoria dos Mercados Municipais através da Participação
ASF Catalunha

Definição dos Sustainable Development Goals para 2030

Reforço das Capacidades das Entidades Públicas e da Sociedade Civil contra a violência de género
ASF Catalunha

HABITAT III
Equador

Defesa do Direito à Habitação através do DUAT nos bairros informais de Maputo
ASF Catalunha

Desenho Participativo Urbano com base na Acessibilidade Universal
ASF Catalunha

Projeto de Mobilidade e integração do Espaço Público
ASF Catalunha

Direito à Terra em Maputo
ASF Dinamarca

Metodologia de Regularização Massiva de DUAT's
ASF Catalunha, Kaya Clínica, Conselho Municipal de Maputo

1975 1980 1985 1990 1995 2000 2005 2010 2015 2020

a população mundial duplicou neste período

taxa do crescimento demográfico moçambicano

Casos de Estudo

O Contexto Urbano Moçambicano

Moçambique conta na atualidade com uma população de 20 milhões de habitantes,[117] distribuídos por 11 províncias, cercadas maioritariamente a Este pelo oceano Índico e restantemente por 6 países (Suazilândia, África do Sul, Zimbabué, Malawi, Zâmbia e Tanzânia). A sua capital é a cidade de Maputo, localizada no extremo sul do país. O sul do país, por sua vez, é caracterizado por ser uma planície costeira de aluvião, pontuada por várias savanas e rios, de onde se destaca o rio Limpolo. Já o norte do país, caracteriza-se por um extenso planalto intercetado pelo Grande Vale do Rift que é definido no litoral por planícies bordejadas de recifes de coral.[118]

Moçambique desde o século XV até ao século XX manteve-se sob a domínio português, e por isso, muitas são as afinidades que ainda perduram entre os dois países, onde o idioma é a característica mais evidente.

Dada a conjuntura geográfica da amostra da presente dissertação, interessa iniciar a sua avaliação pelo contexto urbano que o país tem vindo a acarretar ao longo, principalmente, das últimas décadas. Fruto de uma colonização prolongada, Moçambique conta ao dia presente com menos de meio século de independência. Contudo, apesar desta, pode constatar-se a forte presença portuguesa tanto no urbanismo do país como ainda na atual constituição, criada com base na legislação de Portugal. Esta relação mostra uma vez mais que, os efeitos da colonilização continuam aos dias de hoje, presentes nas vivências dos habitantes não só moçambicanos, como na generalidade das ex-colónias do grande sul global.[119]

Todavia, para o estudo da situação urbana de Moçambique, considerou-se nas seguintes observações, uma janela temporal que compreende o período desde a independência de Moçambique até à atualidade. Nesta amostra temporal, pretende-se relacionar os principais marcos políticos do país; os eventos ocorridos com base na agenda urbana mundial; as políticas urbanas nacionais basilares implementadas ao longo dos anos bem como a atividade paralela da ASF no país. Para ajudar à melhor compreensão da sucessão dos inúmeros acontecimentos, complementa-se esta análise com uma barra cronológica que pretende sintetizar todas estas ocorrências.

A 25 de Junho de 1975, Moçambique tornou-se oficialmente independente de Portugal e com isso, nacionalizou todas as suas terras.[120] Esta terá sido a primeira medida do governo de *inspiração socialista* (Frelimo) que através de uma "economia planificada, apostou numa maior equidade e igualdade socioespacial, traçando reformas políticas e económicas assentes em forte mobilização política e social".[121] Este partido, que lutou desde a década de 1960 pela independência moçambicana, manteve-se no poder solitário até 1990, ano esse em que foi inserido na

---

[117] http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique/Populacao

[118] http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique/Geografia-de-Mocambique

[119] "Moçambique independente herdou uma estrutura económica colonial caracterizada por uma assimetria entre o Norte e o Sul do País" in http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique/Historia-de-Mocambique/Economia

[120] "Nacionalização da Terra dos prédios de rendimento com o objetivo de acabar com o mercado fundiário e imobiliário e reduzir a discriminação social" in Raposo ... p15

[121] Raposo ... p15

constituição moçambicana o multipartidarismo. Contudo nas eleições posteriores de 1994, 1999, 2004 e 2009, 2014 e 2019, o partido Frelimo manteve sempre a liderança.
Outra das principais leis urbanas estabelecidas pelo governo inicial da Frelimo (em 1976) que rumava a um *direto à cidade* global foi a "definição dos novos critérios de fixação das rendas em função dos rendimentos familiares e do número de pessoas do agregado familiar, constituído uma forma de subvenção da habitação urbana e da atração para a cidade."[122] Ao mesmo tempo, no panorama mundial, realizava-se pela primeira vez o congresso HABITAT I em Vancouver, levado a cabo pela ONU Habitat, onde se "reconheceu a necessidade para um desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos e da urbanização."[123]
1977 foi um ano marcado por dois marcos importantes: o início da guerra civil dos Desasseis anos, e também o 3º congresso da Frelimo que estabeleceu importantes metas para o rumo urbano nacional. Neste congresso foram aprovadas medidas[124] como:

1 | *Definição de orientações estratégicas de planificação dos assentamentos humanos;*
2 | *Elaboração de Planos de Urbanização e definição de métodos de controlo e de sua execução;*
3 | *Elaborar projectos e apoiar as populações na execução de obras de infra-estrutura e de equipamento social, dando prioridade ao abastecimento de água e ao saneamento;*
4 | *Organizar e enquadrar tecnicamente as populações integradas nos programas de auto-construção e cooperativas habitacionais;*
5 | *Apoio ao desenvolvimento de mecanismos de acesso ao crédito;*
6 | *Criar legislação, tanto para a construção como para a tramitação das habitações;*
7 | *Estudar a normalização dos elementos de construção civil para as habitações, a concepção de novas tipologias habitacionais e de equipamentos que sejam acessíveis à população;*
8 | *Definir o papel das entidades empregadoras em relação à habitação dos seus trabalhadores;*
9 | *Proceder a um estudo de formas e técnicas tradicionais de construção de habitação;*
10 | *Formação de Quadros Técnicos para participar nos programas de planificação do desenvolvimento urbano.*

Por sua vez na prática, entre este ano e 1979, foram realizados dois projetos urbanos em Maxaquene e Polana Caniço, que apoiados pela ONU e pela DNH e financiados pela primeira, "assentou em duas linhas estratégicas – na participação dos moradores e na elaboração de um plano geral de ordenamento – e teve dois objetivos principais: a implementação de infraestruturas básicas e a melhoria das habitações, por via de autoconstrução e de assistência técnica."[125]

---

[122] RAPOSO, Isabel; JORGE Sílvia. (2017) Invocar o Direito à Cidade para uma releitura crítica da transformação das margens de Maputo no último meio-século in Espaços vividos e espaços construídos: estudos sobre a cidade - Revista nº6, Volume nº1: Intervir no Local. Espaço da lusotopia. Lisboa. Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design/CIAUD, p15
[123] UN HABITAT (2016) World Cities Report 2016, Urbanization and Development – Emerging Futures p204 e 215
[124] FORJAZ, José et all (2006) Moçambique, Melhoramento dos Assentamentos Informais, Análise da Situação & Proposta de Estratégias de Intervenção. Maputo, p9
[125] RAPOSO, Isabel; JORGE Sílvia. (2017) Invocar o Direito à Cidade para uma releitura crítica da transformação das margens de Maputo no último meio-século in Espaços vividos e espaços construídos: estudos sobre a cidade - Revista nº6, Volume nº1: Intervir no Local. Espaço da lusotopia. Lisboa. Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design/CIAUD, p15

Em 1979, deu-se a 1ª Reunião Nacional das Cidades e Bairros Comunais, com vista à integração das zonas periféricas visando "diminuir as desigualdades herdadas do colonialismo"[126] e também à primeira legislação relativa à posse de terra (Lei 6/79 3 de Julho). Paralelamente, surgia em França, neste ano a primeira organização ASF.
Na década de 80, Moçambique abriu-se à economia de mercado, durante a Guerra Civil, "tendo adotado programas de ajustamento estrutural assentes na privatização e na diminuição da função reguladora do Estado, ao nível da economia e dos serviços. O resultado, como sublinhado por Oppenheimer e Raposo (2002), foi o grande aumento da percentagem de pobres na capital (sextuplicando o seu número entre os censos de 1980 e 1997)."[127]
Em 1983, deu-se a Operação Produção, medida essa altamente centrifugadora socialmente, que expeliu da cidade, os cidadãos indesejados, remetendo-os para os subúrbios. Em 1985, deliniou-se o Plano de Estrutura de Maputo,[128] e em 1991 deu-se a privatização do parque habitacional do Estado[129], que abriu espaço para a prosperidade do mercado imobiliário. Pode constatar-se que as medidas tomadas ao longo dos anos, não são compatíveis com a proposta incial urbana que o governo tinha para a nação, falhando assim redondamente nas suas responsabilidades gestoras e cedendo ao facilitismo dos sistemas neoliberais.

"A estratégia de desenvolvimento formulada para inverter esta assimetria apostou numa economia socialista centralmente planificada. No entanto, as conjunturas regional e internacional desfavoráveis, as calamidades naturais e um conflito militar interno de 16 anos inviabilizaram a estratégia."[130]

Em 1996, ocorreu o Habitat II em Istambul. Atente-se que no espaço das duas edições (1976/1996), a população mundial duplicou, tornando a questão urbana um assunto ainda mais impreterível dada a explosão demográfica. Nesta conferência, globalmente concluiu-se tal como na edição anterior que, a habitação digna é um direito de todos e deve ter sido em conta enquanto prioridade na agenda mundial. Mais especificamente, 4 pontos sumários foram enunciados:

a| *As cidades são mecanismos do crescimento global;*
b| *A urbanização é um oportunidade;*
c| *Chamada de atenção para um papel mais preponderante das autoridades locais;*
d| *Reconhecimento do poder da participação*[131]

---

[126] RAPOSO, Isabel; JORGE Sílvia. (2017) Invocar o Direito à Cidade para uma releitura crítica da transformação das margens de Maputo no último meio-século in Espaços vividos e espaços construídos: estudos sobre a cidade - Revista nº6, Volume nº1: Intervir no Local. Espaço da lusotopia. Lisboa. Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design/CIAUD, p15
[127] Ibidem, p16
[128] FERNANDES, Ana Luísa da Silva. (2015) Entre remediar e solucionar: a estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza : São Tomé e Príncipe como laboratório. Porto. Tese de Doutoramento apresentada à Faup, p188
[129] RAPOSO, Isabel; JORGE Sílvia. (2017) Invocar o Direito à Cidade para uma releitura crítica da transformação das margens de Maputo no último meio-século in Espaços vividos e espaços construídos: estudos sobre a cidade - Revista nº6, Volume nº1: Intervir no Local. Espaço da lusotopia. Lisboa. Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design/CIAUD, p17
[130] http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique/Historia-de-Mocambique/Economia
[131] UN HABITAT (2016) World Cities Report 2016, Urbanization and Development – Emerging Futures, p204 e 215

Já no ano de 1997, em Moçambique, foi publicada a nova Lei de Terras, que se encontra em vigor na atualidade. Nela está explicito que a Terra sobre qualquer situação é sempre propriedade do Estado, mas existe um compromisso de uso e aproveitamento por parte dos cidadãos dessas mesmas terras (Lei 19/1997 1 de Outubro).

Em 1999 foi concluído o plano de Estrutura de Maputo (iniciado em 1985), "realizado de forma tecnocrática por duas empresas estrangeiras com financiamento do Banco Mundial gerando grande polémica na sociedade civil pela falta de discussão pública, mas também na Assembleia Municipal de Maputo, não tendo sido aprovado."[132]

No ano de 2000, em Moçambique foi gerada a listagem dos bairros suburbanos de intervenção prioritária[133] e mundialmente foram criados os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio no fórum Millenium Summit, visando ao progresso de áreas como a saúde, educação ou subsistência num prazo de 15 anos.[134] Tal como este evento, vários foram os que surgiram no início de milénio, de âmbito internacional sobre a problemática urbana, focando temas como as boas práticas políticas a adotar e a importância do saneamento.

É também paralelamente a estes acontecimentos que em 2006 e em 2013, a ASF Catalunha e Dinamarca, respetivamente, iniciam a sua atividade em Moçambique, presente até à data.

Em 2015, enquanto último evento de escala ampla mundial até à atualidade, destaca-se a criação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030, onde as Cidades são protagonistas de um (objetivo 11).

Realizada a síntese temporo-política de Moçambique, remanesce a necessidade de sumarizar a sua situação urbana atual, tendo em conta, todos os acontecimentos aqui explicitados. Poderá sumarizar-se a cidade africana enquanto um somatório distinto de "experiências que existem relacionadas (por continuidade ou por ruptura) e que tornam necessária a percepção das distintas realidades nela operadas, bem como das diferenças entre elas."[135] Dado o crescimento demográfico galopante das últimas décadas e o não acompanhamento infraestrutural Moçambicano, pode verificar-se que a cidade moçambicana é sobretudo informal, dada a sua complexidade de situações políticas opressivas e repressivas que não deixam espaço para outra forma da ocupação do espaço que não, os assentamentos humanos, segregados da cidade formal.[136]

Faltam os meios governativos e as capacidades técnicas que permitam numa primeira instância levantar e documentar as problemáticas existentes ao nível administrativo, assim como o financiamento necessário para proceder às consequentes correções necessárias. Não obstante, a

---

[132] RAPOSO, Isabel; JORGE Sílvia. (2017) Invocar o Direito à Cidade para uma releitura crítica da transformação das margens de Maputo no último meio-século in Espaços vividos e espaços construídos: estudos sobre a cidade - Revista nº6, Volume nº1: Intervir no Local. Espaço da lusotopia. Lisboa. Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design/CIAUD, p17

[133] FERNANDES, Ana Luísa da Silva. (2015) Entre remediar e solucionar: a estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza: São Tomé e Príncipe como laboratório. Porto. Tese de Doutoramento apresentada à Faup, p188

[134] Ibidem.

[135] VIANA, David (2010) Cidade Africana - urbanismo [in]formal. uma abordagem integrada e sistémica. 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos. Lisboa, p2

[136] "As tentativas de consagração da Cidade Africana totalmente planeada (formal) revelaram-se estéreis. Isto porque ela se consubstancia em espaços urbanos complexos que projectam múltiplas formas de vida, maneiras de actuar e modos como a sociedade africana constrói a sua territorialidade (as quais superam o âmbito do urbanismo meramente funcional)." in ibidem, p3

inexistência de políticas urbanas de cariz nacional e municipal que a diferentes níveis possam quebrar a inércia da situação urbana do país, que não dá indício de melhoras. Jéssica Lage, na entrevista realizada, corrobora com esta perspetiva no âmbito da resposta sobre o panorama urbano moçambicano, resumindo-a da seguinte forma:



Imagem 18 – Imagem aérea de um bairro informal de Maputo

"A guerra civil e a crise económica que surgiu depois da independência, degradaram muito qualquer tipo de infraestruturas que existiam tanto no centro urbano como nas periferias. E essas periferias já tinham muitas carências e foram deixadas para segundo plano e foram-se desenvolvendo e consolidando e agravaram a situação urbana que já existia na altura. Depois disso, houve um êxodo rural muito grande, principalmente para todas as cidades principais do país, e consequentemente as suas margens urbanas foram crescendo com problemas principalmente habitacionais e infraestruturais. Isto é um enquadramento geral da situação urbana de todas as cidades principais, não das zonas rurais. Por volta do ano de 1992 começa a existir uma densificação na construção nessas grandes cidades e atualmente quase 40% do país possui áreas urbanas propriamente ditas (ou seja legalmente) tudo o resto é considerado rural porque temos uma grande parte de áreas agrícolas, áreas afetas à estrutura ecológica e outras institucionais que não se enquadram nas áreas urbanas. Destes 40%, cerca de 70% são áreas autoproduzidas/informais e esta é uma situação muito difícil de conter porque temos um mercado formal de habitação que é inacessível a essa população. Temos uma grande procura habitacional por causa da aceleração urbana. E mesmo a gestão urbana, não só planificação, mas também recursos financeiros e recursos técnicos, não estão diretamente direcionados às necessidades da população que é mais carenciada. Existe muita corrupção, existem interesses políticos no mercado de terras que fazem com que isto não se desenvolva exatamente como deveria. Outra questão crítica é, existir muita centralização dos próprios serviços básicos, e que são poucos os centros urbanos pelo país todo que possuem a cobertura além do próprio centro ou da própria cidade, então os serviços e as infraestruturas estão todos centralizados e todas as margens urbanas crescem descontroladamente e sem esses serviços básicos. Acho que na capital (Maputo) a questão é similar porque os problemas são transversais a todas as cidades e a todo o país em si. Mas o grande problema de Maputo é que a dimensão da dualidade é mais acentuada, com maiores disparidades entre o centro urbano e estas margens e agrava-se principalmente na cintura deste centro urbano de Maputo porque as pessoas de quase toda a parte do país vão para a capital, na ideia de melhorar as suas condições mas infelizmente, como o centro urbano já está ou saturado ou sem sítios para essas pessoas que não têm condições financeiras para pagar, vão todos parar aos assentamentos informais das periferias. O problema mais uma vez, agrava-se porque não existem condições nenhumas de habitabilidade. A situação é em todo o país parecida, mas na capital é mais notável."[137]

---

[137] Entrevista realiza a Jéssica Lage, in anexos

Carta de Hasselt[138]

As entidades descritas constituem uma rede independente e não hierárquica de organizações sem fins lucrativos e participativas, preocupadas com o compromisso equitativo, social, cultural e ambiental da arquitetura, construção, urbanismo e conservação de heranças históricas para o "desenvolvimento humano".
As organizações comprometem-se a trabalhar em conjunto a nível internacional, com a finalidade de alcançar um maior impacto dos seus esforços coletivos para:

Cooperar com iniciativas de desenvolvimento justo e sustentável em colaboração ativa com pessoas ou comunidades desfavorecidas. Este processo deve seguir princípios de solidariedade humana, não discriminação e promover a sua auto-suficiência;

Estimular o papel de responsabilidade social dos profissionais da área da construção, estimulando a prática em modos sociais antes de rentabilidade económica especulativa;

Encorajar o "profissionalismo ético", favorecendo a cooperação e a prática a par do "comércio justo" com entidades e instituições financeiras que trabalham para processos de promoção da paz;

Identificar, divulgar e trabalhar em conjunto com instituições públicas, organizações multilaterais e políticas do sector privado, programas e sistemas socio-económicos sustentáveis favorecendo igualdade social e inclusão urbana com a área da construção;

Facilitar o uso de tecnologias apropriadas, materiais e mão de obra adequados aos valores locais, à especificidade cultural e suscetível ao ambiente natural;

Partilhar conhecimento, promover discussão, reflexão e consciencialização, e colaborar no avanço da "produção social do habitat";

Promover a simplificação de diálogos transnacionais e parcerias de longo prazo com e nos países menos afluentes;

Apoiar processos e abordagens participativas, democráticas, multiculturais e interdisciplinares no fortalecimento da solidariedade comunitária como fator de desenvolvimento social rural e urbano;

Apoiar a integração de intervenções de socorro pós-emergência em estratégias de desenvolvimento sustentável a longo prazo;

Defender, promover e permitir o acesso a um habitat adequado e digno para todos, como um "direito humano fundamental"

---

[138] https://www.asfint.org/asf-document/declaracao-comum-de-principios/

ASF

Importa, antes de mais, esclarecer o significado da própria sigla *ASF*.
Ao olhar para a história desta organização, percebe-se que o seu primeiro momento ocorreu em 1979, com a criação dos *Architectes Sans Frontières* em França.
A instituição Internacional por sua vez, também adota o idioma francês, chamando-se: *Architecture Sans Frontières International.*
Importa também referir que o nome da organização frnacesa: *Architectes Sans Frontières International* é distinto do nome da organização internacional: *Architecture Sans Frontières International.* Aliás, tanto o nome oficial de cada organização como o próprio logótipo variam de país para país, demonstrando que existe flexibilidade na nomenclatura geral. Em Espanha, o nome é *Arquitectura Sin Fronteiras*, em Portugal *Arquitectos Sem Fronteiras* e na Dinamarca *Arkitekter Uden Grænser.*
Algumas organizações nacionais subdividem-se em várias. Em Espanha, interessa mencionar que existem 8 organizações distritais: Andaluzia, Astúrias, Catalunha, País Basco, Galícia, Levante, Madrid e Navarra. Futuramente apenas se abordará o trabalho do comité catalão, uma vez que em Moçambique (a área geográfica de estudo desta dissertação) apenas trabalham duas organizações: a ASF Catalunha e a AUG Dinamarca. Ao longo de toda a dissertação, para que não surjam equívocos, ambas as instituições se farão acompanhar pela nomenclatura ASF antes da organização que representam.

ASF International

ASF International surgiu em 2007, 28 anos após a constituição da primeira organização nacional francesa. A oficialização desta instituição consumou-se na assinatura de uma carta de princípios gerais por todos os membros – A Carta de Hasselt. Atualmente a organização conta com a presença de 33 membros espalhados pelos 5 continentes. Todos os seus membros trabalham de forma completamente autónoma e independente tanto da estrutura internacional como das restantes organizações.
Definem-se enquanto "uma rede sem fins lucrativos preocupada com a justiça social, com os aspetos culturais e ambientais da arquitetura assim como com a conservação da herança humana e física do património construtivo."[139]
A sua principal missão é permitir o acesso à habitação e infraestruturas por parte das comunidades mais vulneráveis e marginalizadas e dão suporte às organizações nacionais para além de fazerem a ponte com outras instituições relevantes na área.[140]
Ao contrário do que se possa pensar, nem todas as pessoas envolvidas nas organizações são arquitetos, uma vez que a arquitetura é uma área que depende de uma multidisciplinaridade grande. Ao longos dos comités nacionais, encontramos equipas diversificadas compostas por vários profissionais como: arquitetos, urbanistas, engenheiros, sociólogos ou geógrafos.

---

[139] https://www.asfint.org/asf-document/mission-statement/
[140] https://www.asfint.org/asf-document/mission-statement/

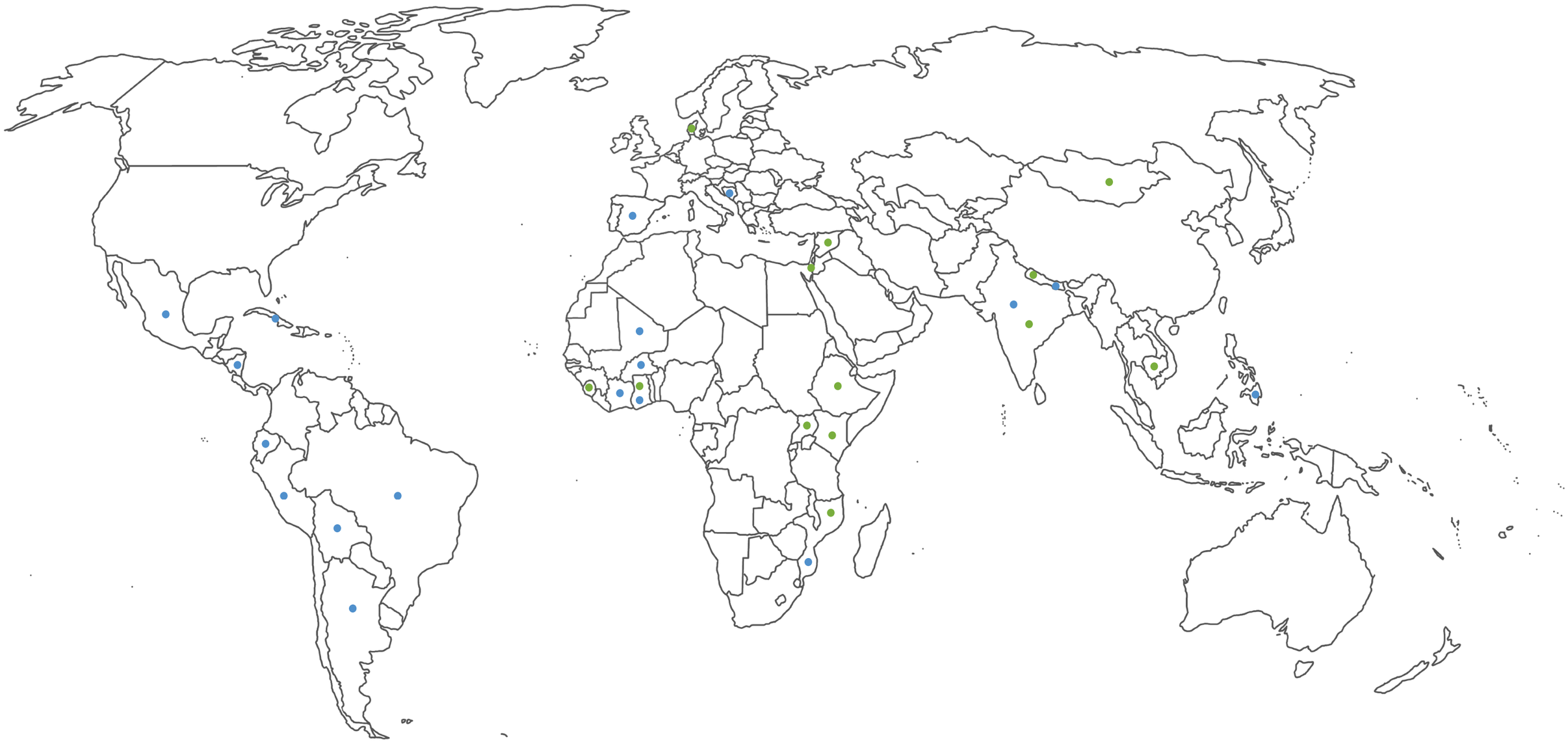
Apesar do trabalho voluntário que desenvolvem, este não os define, na medida em que o trabalho que empenham requer o mesmo profissionalismo que um trabalho pago. Apenas não o é por falta de meios, mas trabalham no sentido em que no futuro, esta seja uma das saídas profissionais dentro do exercício da prática da arquitetura.

ASF International afirma que dentro dos seus maiores desafios encontram-se a rápida urbanização e a ausência de infraestruturas nos países de baixos rendimentos, o grande número de assentamentos informais, a legislação inapropriada ao contexto habitacional da maior parte dos países do Sul Global.[141] O seu trabalho só é possível graças a parcerias com instituições públicas e privadas [onde] são estabelecidos vínculos com entidades locais e existe a participação direta dos beneficiários sem intermediários.[142]

Sobre a declaração comum de princípios, estendem-se dois tipos de considerações, uma de caráter genérico e outras focadas em questões que habitualmente emergem a propósito das ações das ONGs em geral.
Numa abordagem global, entende-se que os princípios estão alinhados tanto com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, como com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável criados pela ONU para a Agenda 2030, em 2015 (8 anos após a redação desta declaração).
Quanto aos pontos levantados individualmente, apraz dizer que os conceitos *sustentável* e *autossuficiência* levantados tanto no princípio 1 como na generalidade literária deste tema, apresentam um caráter utópico dentro do panorama arquitetónico, porque nenhum edifício ou projeto neste âmbito sobrevive autonomamente. É lhes inerente a inter-relação com outras áreas ou organizações, que nunca os permitirão ser sustentáveis ou autossuficientes.
No ponto 4, seria importante salientar a importância da geração de sinergia, dado que tudo o que contrarie a casuística é positivo e deve ser enaltecido. Um projeto que se estenda em *continuidade* é preferível à soma de vários projetos mal articulados.

[141] http://archive.asfint.org/sites/default/files/IMG/pdf/ASF-Int_PPW_NS_final.pdf
[142] http://catalunya.asfes.org/qui-som/

Projetos dos ASF Catalunha e Dinamarca no mundo



- projetos realizados pelos ASF Catalunha
- projetos realizados pelos ASF Dinamarca

Projetos da ASF Catalunha e Dinamarca em Moçambique



Projetos da ASF Catalunha em Moçambique

Mobilidade Sustentável e Integração do Espaço Público na Área Metropolitana de Grande Maputo sem informações

Melhoria do Sistema de Recolha de Dados do Mecanismo Multisetorial de Atenção Integral às Vitimas de Violência Doméstica sem informações

Mecanismos de Atenção Multisetorial para o Empoderamento das Mulheres Vítimas de Violência Doméstica em Inhambane sem informações

Projeto Urbano Participativo, com Atenção Especial à Acessibilidade Universal e Segurança para Coletivos Vulneráveis urbanismo

Desenvolvimento de Metodologias Participativas para o Empoderamento dos Cidadãos com Base na Melhoria da Rede de Mercados urbanismo

Mobilidade Sustentável e Integração no Espaço Público de Maputo urbanismo

Habitat 2: Direito à Cidade nos Bairros Informais de Maputo duat

Reconstrução de 50 Salas de Aula em Maxixe e Massinga educação

Apoio às Entidades Públicas e à Sociedade Civil Contra a Desigualdade de Género em Inhambane igualdade de género

Defesa do Direito à Habitação Digno nos Bairros Informais de Maputo Através do DUAT duat

Reforço das Capacidades das Entidades Públicas e Sociedade Civil contra Violência De Género em Inhambane igualdade de género

Formação para Defender o Direito à Habitação em Maputo duat

Desenvolvimento e Implementação ee Metodologias Prediais nas Cidades de Manhiça, Inhambane e Maxixé duat

Melhoria das Capacidades Istituitucionais na Gestão do Desenvolvimento e Consolidação das Autoridades Locais urbanismo

Rehabilitação do Centro de Saúde de Panda em Inhambane saúde

Elaboração do Plano Diretor do Hospital Provincial de Inhabane e do Hospital Rural de Vilankulos saúde

Projetos da ASF Dinamarca

Direito à Propriedade em Maputo duat

Casas Melhoradas habitação



Imagem 19 – Publicidade ao curso desenvolvido pelos ASF Catalunha



Imagem 20 – Publicidade ao curso desenvolvido pelos ASF Catalunha

ASF Catalunha

ASF Catalunha foi criada dois anos após a criação da comissão nacional espanhola.
O seu trabalho em Moçambique começou em 2006, ainda antes da criação da ASF International fundada em 2007. O seu portfolio abrange o continente americano, europeu, africano e asiático e deixaram a sua marca em já 62 projetos espalhados por 27 países distintos.
No entanto a maior parte da sua atividade cinge-se ao continente africano e americano onde as temáticas mais trabalhadas são a habitação e a educação.
ASF Catalunha destaca-se pela criação de organizações locais (não oficiais) em alguns países (Cuba, Burkina Faso e Moçambique) que amparam a *continuidade* das suas ações. Contudo, as mesmas não são oficiais, apesar de se fazerem representar pelo nome ASF. Tratam-se apenas de organizações com pessoas locais que reportam diretamente à ASF Catalunha. Como Maria Grande explica na entrevista realizada: "(...)antes de iniciarmos qualquer construção, já sabemos os mecanismos para por exemplo numa escola, ter a certeza de que irão existir professores. Isto é uma vantagem que existe por termos uma equipa local em Moçambique que nos mantém sempre informados."[143]
Em Moçambique, a estratégia de ação desta demarcação está vinculada a 3 princípios primordiais: o direito à cidade e à habitação digna; o direito à saúde e a erradicação da discriminação e da violência. É possível verificar que a maioria dos projetos está alavancada a estas três áreas onde se destacam em Moçambique as iniciativas da aquisição de DUAT, a melhoria das infraestruturas e as sensibilizações e apoio às vítimas de violência doméstica.
Outra característica que define o trabalho da ASF Catalunha em Moçambique é que a maioria dos seus projetos não envolve construção, algo que seria *à priori* inevitável na área da habitabilidade. Maria Grande também esclarece esta forma de agir quando afirma que "os edifícios não são o mais importante. O mais importante são todas as formações, sensibilizações e capacitações. É isso que faz com que as pessoas se sintam fortes para poder apoiar as propostas e fazer seus os projetos. Essa é a parte mais importante, os projetos e não as construções."[144]
A extensão da atuação da ASF Catalunha extrapola a área arquitetónica e urbana e desenvolve temáticas como a igualdade de género, demonstrando que o fim maior é mesmo contribuir para a melhoria da vida das pessoas seja de que forma for. Porque construir uma sociedade passa por uma boa gestão da cidade, que no fundo é o seu *habitat* mas não se extingue aqui. "Mais importante que os objetivos do design do projeto são os objetivos sociais que este promove."[145]
Uma característica que também importa referir, é a frequência com que esta demarcação com base na experiência física, desenvolve metodologias e manuais que permitam facilitar a resolução de problemas idênticos no futuro, pelas mãos de outros interessados, como as próprias entidades municipais ou até mesmo outras ONGs.
Tal como também se constatará mais à frente que ocorre na demarcação dinamarquesa, existe uma bilateralidade das realidades inerentes à entidade não governamental e ao projeto beneficiário. Isto é, enquanto que a ASF transmite e aplicam os seus conhecimentos adaptados ao novo território, trazem consigo a experiência e o aprendizado de volta à sede da sua demarcação.

---

[143] Entrevista realizada a Maria Grande, in anexos
[144] Entrevista realizada a Maria Grande, in anexos
[145] SERAGELDIN, Ismail. (1997) The Architecture of Empowerment. Londres, Academy Editions, p22

A ASF Catalunha realiza isto em forma de formações pontuais disponíveis para qualquer interessado que queira aprender sobre estas temáticas, como por exemplo: "A Cidade Coletiva, Participação" ou "Arquitetura, cooperação, direito à habitação e à cidade".
Este tipo de ações permite que o conhecimento não fique estanque e permite outra forma de financiamento para os projetos futuros, uma vez que todo o financiamento desta demarcação para além deste método provém maioritariamente de instituições espanholas ou angariações de fundos.


Imagem 21 – Espacialidade no projeto *Casas Melhoradas*


Imagem 22 – Espacialidade no projeto *Casas Melhoradas*

ASF Dinamarca

A ASF Dinamarca foram fundados em 2008, 1 ano após a fundação da ASF International. A organização é constituída por mais de 200 voluntários de várias áreas e assumem o projeto enquanto gerador de oportunidades dentro da comunidade de arquitetos dinamarqueses que permitem a troca de conhecimento e experiências a nível global.
Contam com projetos em 13 países espalhados pelos continentes africano, asiático e europeu.
A organização dinamarquesa, dentro dos 20 projetos realizados, demostra tal como a ASF Catalunha uma abrangência de ação a nível mundial. A principal atividade dos primeiros, centra-se fora das fronteiras dinamarquesas mais concretamente no continente africano, sendo o país com mais incidência, Serra Leoa.
Os projetos desenvolvidos na globalidade, agrupam-se em 10 áreas distintas. A habitação e a educação são as áreas mais trabalhadas além-fronteiras enquanto que o trabalho de comunicação – exposição e publicação – é apenas realizado na Dinamarca enquanto método de mostrar o trabalho realizado nos outros continentes. Estas iniciativas em particular permitem uma relação bilateral entre as duas realidades que existem no âmbito deste trabalho, tal como acontece com a organização catalã. Enquanto que a equipas europeias da ASF – proveniente de países desenvolvidos, estão presente em países em desenvolvimento na forma de atores que cooperam na qualidade e quantidade de obras arquitetónicas necessárias a determinada comunidade; a comunidade e as necessidades desses mesmos países em desenvolvimento são transportadas para a Dinamarca e para Espanha e subsequente mundo ocidental enquanto alarme de consciência em relação à realidade arquitetónica e urbana díspar vivida no sul global.
Deste modo, através deste género de trabalho desenvolvido pela ASF Dinamarca, verificamos que a distância entre estes dois mundos discrepantes se torna mais curta, e abre caminho para uma arquitectura cada vez mais global num sentido não só geográfico, mas também social.
Em Moçambique, a ASF Dinamarca contam com dois projetos, que apesar de iniciados em 2014 e 2018 respetivamente, continuam ambos em desenvolvimento. O projeto mais recente é sobre a aquisição dos títulos de DUAT, enquanto que o outro, de maior dimensão, se debruça sobre a habitação.
Nota-se na maneira de intervir desta organização, uma maior preponderância para a construção do que na organização da Catalunha. A ASF Dinamarca "acredita que as qualidades experimentais da arquitetura, como a luz, escala, atmosfera de um espaço e a sua materialidade, geram valor para as pessoas que habitam e se movem no espaço". [146] Esta importância dada às qualidades da espacialidade, confirmam-se também na entrevista de Johan Mottelson quando afirma que "enquanto arquiteto, logicamente estou condicionado ao mundo físico."[147]

---

[146] ARCHITECTURE SANS FRONTIÈRES DENMARK. (2013) Developing Architecture Learning From Sierra Leone. Dinamarca. Forlaget PB43, p6
[147] Entrevista realizada Johan Mottelson

Os Projetos

Análise Geral

"(...) sem diálogo com a vida, as melhores intenções espaciais não podem crescer."[148]

Interessa mencionar que os 18 projetos levados a cabo pela ASF catalã e dinamarquesa só acontecem pelo simples facto de serem necessários. "Estas iniciativas são a resposta à incapacidade das cidades de hoje lidarem com os desafios urbanos através de uma cultura de planeamento tradicional e dos seus instrumentos."[149] O espaço para a intervenção das ONGs abre-se, essencialmente, quando os próprios governos locais não correspondem às suas responsabilidades.

Assim, tanto a ASF como as restantes ONGs que desenvolvem trabalho no contexto internacional para colmatar estas lacunas, têm que ter a humildade de experienciar o lugar, tocar na terra, sentir o sol, seguir as rotinas, ouvir as vozes das ruas e experienciar os costumes.
Porque quando se constrói em culturas completamente diferentes das experienciadas anteriormente é preciso respeitar a tradição existente bem como a individualidade de cada comunidade.
A necessidade deste contacto é imperativa, e esta verifica-se na totalidade dos projetos da ASF que apesar de serem desenvolvidos por dois países europeus, constroem abordagens diferentes, como constatado nos subcapítulos anteriores. Não obstante as diferenças culturais das duas organizações, a sua proximidade com as comunidades e instituições públicas é tão curta que nunca se tornam elementos descaracterizadores da zona.

"De facto, é bom aprender uns com os outros – de país para país, e de cidade para cidade – mas é importante escolher, adaptar e alterar as ideias estrangeiras para que estas funcionem no contexto local. Planeadores e outros funcionários públicos, geralmente querem saber sobre o que acontece nos outros sítios de modo a terem debates informados e inteligentes sobre o que fazer com as suas próprias jurisdições."[150]

O trabalho integrante da ASF consegue fazer com que por exemplo, o processo de autoconstrução, numa primeira análise visto como algo pejorativo aos olhos da restante sociedade, seja reconhecido e aceite pelas entidades estatais e consequentemente pela restante sociedade também. "Os mecanismos socais por de trás destas iniciativas revelam novos modelos de negociação, participação e cooperação" [151] e são esses os fatores chave para o sucesso dos projetos a analisar seguidamente.

---

[148] PORTAS, Nuno. (1973) A arquitectura para hoje 1964, seguido de, evolução da arquitectura moderna em Portugal. Lisboa. Livros Horizonte, p36
[149] VERLAG, Jovis. (2013) Handmade urbanism: from community initiatives to participatory models. Berlim. Jovis Verlag, p18
[150] UN HABITAT (2016) World Cities Report 2016, Urbanization and Development – Emerging Futures, p124
[151] VERLAG, Jovis. (2013) Handmade urbanism: from community initiatives to participatory models. Berlim. Jovis Verlag, p213

Os 15 projetos[152] considerados, encontram-se divididos em 6 áreas de atuação: habitação; urbanismo/infraestruturas; DUAT; saúde; educação e igualdade de género. Esta organização permite uma análise mais incisiva sobre as questões primordiais levantadas por este conjunto de ações. As apreciações feitas têm também em conta a informação disponível sobre cada projeto.[153]

[152] Apesar de o total dos projetos dos ASF em Moçambique perfazer um total de 18, 3 deles não têm qualquer informação disponível, pelo que, foram retirados desta análise. No entanto, poderão ser visitados na página x dos anexos.

[153] Todos os projetos contam com uma ficha de identificação disponível nos anexos.



Imagem 23 – Vista aérea sobre o enquadramento de um complexo habitacional desenvolvida no projeto *Casas Melhoradas*

Casas Melhoradas (ASF Dinamarca)

habitação

"Apesar das casas e tecnologias construtivas serem imensamente diferentes de sítio para sítio e de tempo para tempo, a atividade básica do habitar não o é."[154]

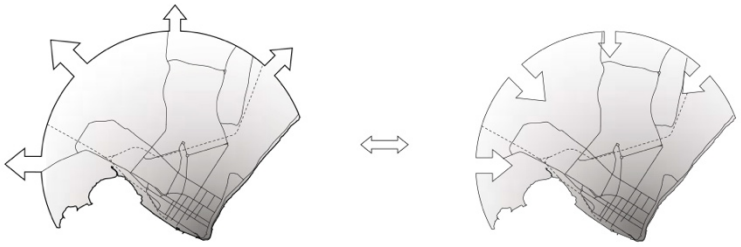
É impossível alienar o tema da habitação ao tema do direito à cidade, que no caso do Moçambique se reflete maioritariamente no DUAT. John Turner afirma que a questão da habitação é prioritária e deve ser tratada com o mesmo zelo que a educação e a saúde, e nunca enquanto um produto comercial.[155] No entanto, como já visto, a habitação em Moçambique sofre grandes discrepâncias entre a população mais abastada e a mais desfavorecida (cerca de 70% da população urbana moçambicana vive em assentamentos informais).[156] O direito à habitação digna está ainda muito longe de ser um direito básico global, visto que não ocupa um lugar prioritário nas políticas moçambicanas.

"A população de menores recursos vive geralmente em assentamentos autoproduzidos precários, ou seja, organizados e construídos pela própria população. Estes são fruto: da falta de alternativas, tanto por parte do poder público, como dos mercados formais, inacessíveis à população de baixa renda; da urbanização acelerada e do aumento da procura habitacional; e da utilização de critérios de planeamento e gestão urbana desvinculados das necessidades reais da maioria da população."[157]

A casa, independentemente da cultura ou lugar que se insere, é o sítio onde todos regressam depois das suas batalhas diárias, é o espaço onde as pessoas andam despidas das convicções, julgamentos e certezas que a sociedade impinge.
A casa é o espaço próprio que o homem molda, onde "a vida privada não é standard, nem uniforme, nem homogénea, nem estável." [158]

---

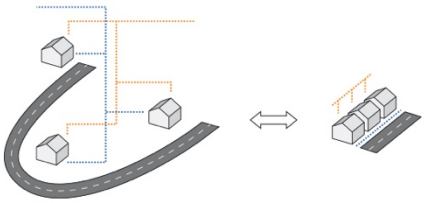
[154] TURNER, John. (1972) Freedom to Build. Nova Iorque. Collier Macmillan, p124
[155] TURNER, John. (1977). Housing by People. Towards autonomy in building environments. Nova Iorque: Pantheon Books
[156] Entrevista realizada a Jéssica Lage in Anexos
[157] LAGE, Luís; LAGE, Jéssica. (2017). Actuar Sobre os Processos Habitacionais Através da Assistência Comunitária pela Academia. Projecto Kaya Clínica Maputo. Maputo, p22 e 23
[158] CAZ, Rosario Del; GIGOSOS, Pablo; SARAIVA, Manuel. (2002) La ciudad y los derechos humanos: uma modesta proposición sobre derechos humanos y prática urbanística. Madrid. Talasa, p30



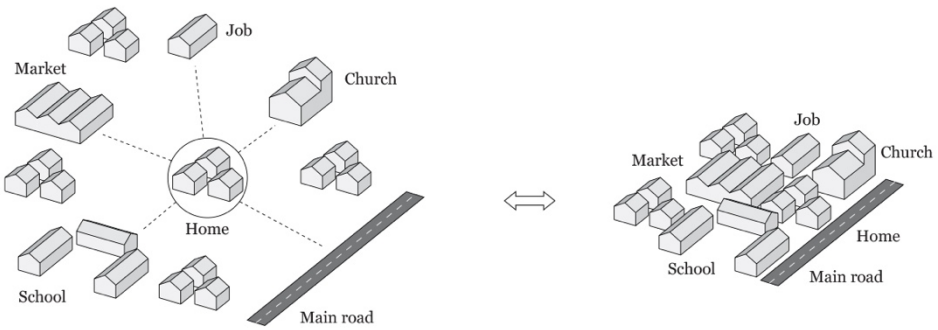
Horizontal development *Vertical development*



The urban density decreases with the distance to the center *Main roads*



Relationship between urban density and infrastructure needed per house hold



Relationship between urban density and mobility

Imagem 24

É por todos estes fatores, que o direito à habitação e consequente propriedade é tão urgente. Todo o ser humano deve ter poder de decisão sobre o espaço onde habita, e deve estar tranquilo quanto a uma possível expropriação. O principal objetivo dos governos deveria ser "melhorar os standards habitacionais para toda a população urbana e não providenciar casas de standards europeus para alguns."[159] No entanto é necessário tratar esta problemática "à luz das condições locais."[160] É neste mesmo registo que as *Casas Melhoradas* acontecem, numa transformação do *informal* em *formal*, onde os projetos são "aceites ao nível administrativo legal, enquanto parte da solução e não enquanto parte do problema."[161]

Neste projeto realizado na capital, podem ver-se aplicados na prática os conceitos da *participação* e da *autoconstrução*, mencionados anteriormente. "As Casas Melhoradas procuram melhorar a qualidade e diminuir os custos da habitação, desenvolvendo tipologias habitacionais que utilizem o espaço e as infraestruturas de modo mais económico para iniciar um desenvolvimento urbano mais sustentável nos bairros informais de Maputo."[162]

Enquanto ações mais específicas, destaca-se a vontade de construir na vertical, permitindo uma maior densificação da cidade. Como constatado anteriormente no projeto *Mobilidade Sustentável e Integração no espaço público de Maputo* da ASF Catalunha, este problema pode ser colmatado com uma rede de transportes mais densa e integrada na cidade, mas também com a multiplicação dos pisos das casas tradicionais, que normalmente se cingem ao piso térreo.
Kátia Sousa[163] defende que esta premissa seria uma ferramenta de extrema importância na resolução de muitos problemas urbanos da capital moçambicana e Johan Mottelson afirma que "o desenvolvimento urbano horizontal requer maior investimento infraestrutural para servir a população, enquanto diminui o custo-benefício da infraestrutura implementada."[164]
Neste sentido, ao longo do projeto, a ideia do 1º andar surge enquanto premissa que "testa a possibilidade dos edifícios de vários pisos nos assentamentos informais, que por sua vez libertam área para outros propósitos como espaço público.[165]

Outra alegação que importa referir é a importância dos métodos e dos materiais construtivos empregues, uma vez que "o encaixe entre est[e]s e a cultura da construção moçambicana" [166] acontece de uma forma natural. Os métodos tradicionais facilitam em muito o processo da *autoconstrução* e de reconstrução também, dado o seu custo e disponibilidade, evitando assim que os edifícios caiam em desuso.

---

[159] MURISON, Hamish. (1979) Housing in third world countries: perspectives on policy and practice. Melbourne. The MacMillan Press, p43
[160] Ibidem.
[161] Entrevista a Johan Mottelson in anexos
[162] ESKEMOSE, Jørgen. MOTTELSON, Johan. (2016) Casas Melhoradas: Affordable Housing in Maputo, Mozambique. Institute of Architecture, Urbanism & Landscape. The Royal Danish Academy of Fine Arts Schools of Architecture, Design and Conservation. Copenhagen, Denmark, p16
[163] SOUSA, Kátia Lemos de Sousa (2018) Maputo. Densificação Autoproduzida: O sonho do primeiro andar sobre a casa existente. Porto. Dissertação de Mestrado apresentada à Faup
[164] http://casasmelhoradas.com/
[165] https://arkitekterudengraenser.dk/casas-melhoradas/?lang=en
[166] Entrevista realizada a Kátia Sousa



Imagem 25 – Casa construída em altura no programa *Casas Melhoradas*

"Muita gente para cá tentar construir coisas a baixo custo, com outro tipo de materiais: materiais recicláveis e outras técnicas construtivas, depois o que se vê, é que as pessoas não replicam porque não se apropriam do projeto. Muitas vezes para reconstruir esses edifícios não é fácil porque os materiais usados não são os mais comuns, baratos ou acessíveis. O que mais existe aqui é material convencional. Fala-se muito agora em construir em terra, mas para isso é preciso que a terra seja de um sítio específico, que seja misturada em determinadas proporções.... Aqui vê-se cimento por todo o lado. É barato e existem blocos já feitos em qualquer parte. Nos mercados a céu aberto existe todo o tipo de materiais já prontos a construir: janelas já feitas, barrotes... Todos os materiais são acessíveis para quem queira construir de forma convencional, daí ser mais fácil para as pessoas adquirirem esses materiais. Noutro tipo de intervenção sem ser a construção, eu acho que a participação comunitária para entendimento dessas novas soluções é muito importante. Para que se apropriem dessas soluções e que as mantenham como suas, o fator cultural é muito importante."[167]

O projeto das *Casas melhoradas*, divide-se em 5 fases distintas, em que a última por ainda estar em desenvolvimento e deter pouca informação associada, não será menciona.

1. (2014) Na primeira fase, com um orçamento de 3.000 USD, reinterpretou-se a convencional *casa de madeira e zinco* moçambicana no bairro de Maxaquene C. O seu método construtivo alia as propriedades da construção pré-fabricada aos materiais baratos e técnicas conhecidas da comunidade, permitindo que no futuro, este método permita a construção de várias casas em simultâneo. Outra característica que a afasta das tradicionais casas *informais* é a cota a que se relaciona com o solo, que sendo um pouco mais elevada, evita estragos derivados de intempéries. Por motivos monetários, não foi possível ainda nesta fase aumentar o número de pisos desta construção.

2. (2015) A segunda fase, desta vez construída no bairro de Maxaquene A e com o orçamento de 15.000 USD, conseguiu atingir 3 pisos de altura com as mesmas técnicas utilizadas na primeira fase e a adição da ajuda do betão. O espaço exterior vertical da habitação permite um contacto com a rua totalmente diferente, e quer simbolizar os benefícios que a construção em densidade representa.

3. (2016) A terceira fase diferencia-se das anteriores pelo facto de acrescentar uma casa sobre outra já existente. Desta maneira, os 8.000 USD serviram para a criação de um piso extra à construção pré-existente do bairro de Polana Caniço. "O projeto demonstra como os edifícios já existentes podem ser transformados para a necessidade de construir de forma mais densa."[168]

4. (2018) Na quarta fase e com um orçamento consideravelmente superior (80.000 USD) construíram-se na tipologia de casa em banda, 6 apartamentos num terreno que de outra maneira acolheria apenas 1 família. Nesta fase, atingiu-se o apogeu máximo até então da alta densificação nos bairros informais de Maputo. Ainda assim, respeita a cultura

---

[167] Entrevista realiza a Jéssica Lage in Anexos

[168] ESKEMOSE, Jørgen. MOTTELSON, Johan. (2016) Casas Melhoradas: Affordable Housing in Maputo, Mozambique. Institute of Architecture, Urbanism & Landscape. The Royal Danish Academy of Fine Arts Schools of Architecture, Design and Conservation. Copenhagen, Denmark, p32

moçambicana, espelhada na existência de espaço exterior para cada apartamento bem como um sistema de casas de banho partilhadas no exterior das habitações. Neste projeto específico, por sua vez, foram utilizados tijolos comprimidos de terra enquanto solução construtiva mais preponderante.

As *Casas Melhoradas* demostram que o impacto gerado com o projeto na sociedade é imediato e direto, mas que apenas atinge uma pequena percentagem das pessoas que vivem nestas situações. No entanto, não deixa de ser um exemplo de boas práticas a adotar, e que ainda não terminou, podendo vir a beneficiar, no futuro, mais pessoas do que aquelas beneficiadas nos últimos 6 anos. Porque os "problemas da habitação acima de tudo não são problemas arquitetónicos mas sim éticos."[169]



Imagem 26 – Projeto deDesenvolvimento de Metodologias Participativas para o Empoderamento dos Cidadãos com Base na Melhoria da Rede de Mercados

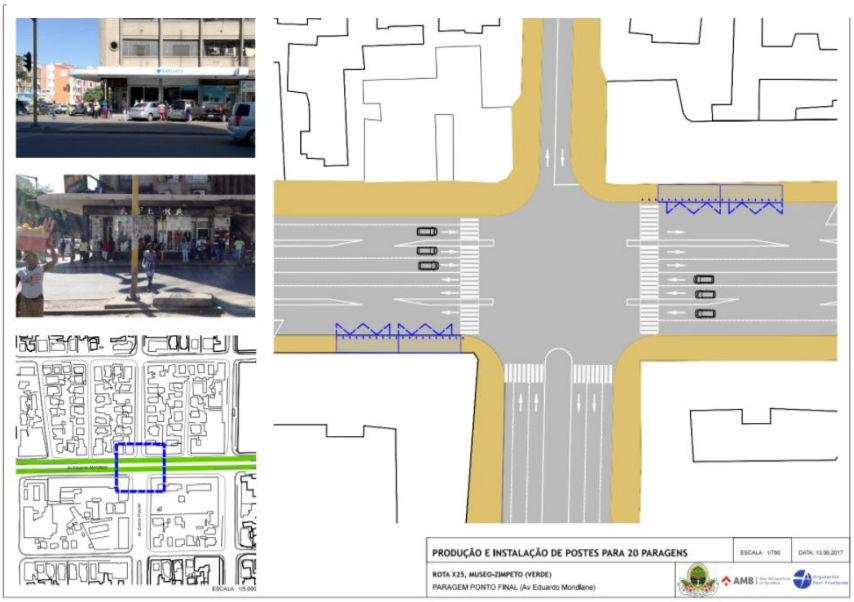


Imagem 27 – Projeto de Mobilidade Sustentável e Integração no Espaço Público de Maputo

[169] HARRIES, Karsten. (1997) The Ethical Function of Architecture. Massachusetts. The MIT Press, p363

Projeto Urbano Participativo, com Atenção Especial à Acessibilidade Universal e Segurança para Coletivos Vulneráveis (ASF Catalunha) urbanismo

Desenvolvimento de Metodologias Participativas para o Empoderamento dos Cidadãos com Base na Melhoria da Rede de Mercados (ASF Catalunha) urbanismo

Mobilidade Sustentável e Integração no Espaço Público de Maputo (ASF Catalunha) urbanismo

Melhoria das Capacidades Istituitucionais na Gestão do Desenvolvimento e Consolidação das Autoridades Locais (Asf Catalunha) urbanismo

Nesta área de intervenção, verifica-se que a atenção prestada, proporcionalmente às outras áreas é grande. Isto deve-se ao facto de ser sobre o urbanismo e as infraestruturas que todas as outras áreas assentam e dependem.

"Sob esse amplo conceito de infra-estruturas, poderão ser englobadas diversas 'famílias', como as infra-estruturas básicas (as redes de serviços de água, saneamento, electricidade ou dados), infraestruturas de mobilidade (como as redes viárias e ferroviárias, equipamentos logísticos, entre outros dispositivos relacionados com a circulação física de pessoas e bens) e infra-estruturas de apoio social e lazer (relativas ao apoio ao bem-estar colectivo, através de equipamentos e serviços relacionados com a saúde, o ensino, actividades recreativas, entre outras valências)." [170]

Por sua vez, é importante referir que o acesso a estes serviços é por si só um "factor de grande impacto na discriminação ou na inclusão social." [171] Na verdade, este é um dos principais motivos para existirem *graves fracturas sociais*[172] na sociedade moçambicana.
Segundo dados da UNICEF, "apenas metade dos moçambicanos tem acesso ao abastecimento de água melhorado e menos de um quarto (um em cinco) usa saneamento melhorado."[173] Este problema afeta tanto as áreas rurais como as urbanas, mas afeta principalmente a população urbana, onde apenas 17% tem cobertura de rede contraposta com os 64% da população rural. No entanto importa também mencionar que nas zonas rurais, uma em cada cinco pessoas usa água de superfície como sua fonte primária de água para beber."[174]
Associada à baixa taxa de serviços de distribuição de água, está também a falta de saneamento que se espelha no valor da taxa de fecalismo a céu aberto – 36%, tornando Moçambique num dos países mais problemáticos da África Subsaariana.[175]

---

[170] FERNANDES, Ana Luísa da Silva. (2015) Entre remediar e solucionar: a estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza : São Tomé e Príncipe como laboratório. Porto. Tese de Doutoramento apresentada à Faup, p147
[171] Ibidem.
[172] Ibidem, p148
[173] https://www.unicef.org/mozambique/
[174] https://www.unicef.org/mozambique/
[175] https://www.unicef.org/mozambique/

Estes fatores são claramente alarmantes para a saúde pública dos moçambicanos que não usufruem destas infraestruturas básicas. Na verdade, "a arquitetura também deve ser vista como uma propriedade na saúde pública. O saneamento é um dos temas que interliga profundamente a arquitetura à saúde pública" [176] e esta relação tão próxima relembra uma vez a importância de colocar o urbanismo nas prioridades das agendas urbanas nacionais e internacionais, uma vez que a construção de infraestruturas ou habitação remete para muito mais problemáticas do que aquelas enxergadas à primeira vista.

"Na atualidade, especialmente nos países de baixos rendimentos, de urbanizações aceleradas e com os problemas mais agudos, os governos geralmente investem mais em projetos para habitação de baixa renda do que em infraestruturas." [177] Mas na verdade, o estado deveria prover primeiramente infraestruturas ao invés de casas, porque os cidadãos individuais podem e sabem construir as suas casas mas não sabem nem devem construir estradas ou sistemas de esgoto. Uma cidade bem infraestruturada tem muito mais chances de ter menos problemas de saúde pública ou de habitação, porque no fundo, como já dito anteriormente, esta é uma condição básica para todas as outras funcionarem e consolidarem o sistema urbano.

A ASF nesta área atua em duas vertentes: uma mais física que aborda problemáticas como os transportes, a acessibilidade ou o sistema de mercados municipais; e outra mais burocrática, que foca os esforços na sensibilização e empoderamento das autarquias locais.
No projeto *Mobilidade Sustentável e Integração no Espaço Público de Maputo,* a ASF aborda diretamente a problemática dos transportes públicos na capital moçambicana, mas também indiretamente a problemática da densidade urbana, que surgirá também no capítulo seguinte – Habitação. Dada a fraca densidade da cidade, facilmente se apreende que os transportes sejam um tópico essencial, quando comparamos a quantidade e duração dos deslocamentos realizados numa cidade altamente densificada – onde os serviços básicos e secundários se encontram perto das comunidades – com uma cidade fracamente densificada –onde os mesmos serviços se encontram rarefeitos na malha urbana. Maputo como referido, encontra-se na segunda situação e "a empresa de transportes públicos da cidade (EMTPM) atende apenas 20% da demanda, enquanto os 80% restantes são feitos por operadores de transporte alternativos, popularmente conhecidos como "Chapas"."[178] Dado este contexto, a ASF implementou 20 paragens de autocarro na cidade com a ajuda do município. Esta iniciativa permitiu não só melhorar a rede de transportes, como também melhorar o espaço público pedestre que assiste a estas paragens de autocarro.
No *Projeto Urbano Participativo, com Atenção Especial à Acessibilidade Universal e Segurança para Coletivos Vulneráveis,* a atenção sobre o urbanismo recai essencialmente sobre a acessibilidade universal. Este tema é sem dúvida uma prioridade, uma vez que 9,9% da população de Moçambique sofre com alguma deficiência (77% de portadores de deficiência física, 16% de portadores de deficiência mental e 7% de portadores de deficiência física e mental) e que a primeira legislação

---

[176] MURISON, Hamish. (1979) Housing in third world countries: perspectives on policy and practice. Melbourne. The MacMillan Press, p68
[177] TURNER, John. (1977). Housing by People. Towards autonomy in building environments. Nova Iorque: Pantheon Books, p120
[178] http://catalunya.asfes.org/projecte/mobilitat-sostenible-i-integracio-en-lespai-public-a-la-ciutat-de-maputo/

direcionada aos cidadãos portadores de deficiência surgiu em 1999 e duas décadas depois ainda não está completamente implementada.[179]

A ASF inicia este projeto com um levantamento das lacunas e dificuldades sentidas em parceria com as instituições municipais, a par de uma sensibilização para com a comunidade, onde se pretendia demostrar a importância da inclusão social de todos e destacar as dificuldades vividas por esta fatia da sociedade. Dentro deste processo também foi tida em conta a perspetiva de género associada à segurança nos espaços públicos, repensando-os com base na experiência quotidiana sobretudo feminina.

Quanto ao projeto *Desenvolvimento de Metodologias Participativas para o Empoderamento dos Cidadãos com Base na Melhoria da Rede de Mercados,* que trata sobre a infraestrutura comercial de Inhambane é importante referir que surge no seguimento do ciclone Dineo (13 a 17 de Fevereiro de 2017) que deixou danos severos em Inhambane e destruiu entre outras infraestruturas, os mercados municipais. Neste projeto onde a ação mais urgente seria a reconstrução dos mercados, acaba por ter outro objetivo muito veemente, que é a integração da sociedade civil na tomada de decisões institucionais. Assim, foi feito um diagnóstico da situação pós-ciclone em parceria com o município e posteriormente foram criadas de comissões de gestão de cada mercado individual, que permitiram a realização de um regulamento para supervisionar a organização desses espaços públicos, aprovado posteriormente pela autarquia.

[179] http://catalunya.asfes.org/projecte/disseny-participatiu-de-lespai-urba-inclusiu/



Imagem 28 – Esquema de Passos para Aquisição do DUAT

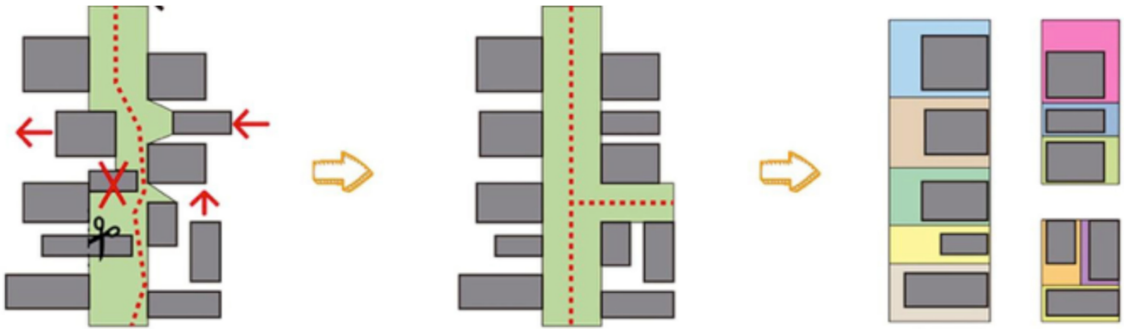


Imagem 29 – Esquema de Regularização de um Bairro Informal através da aquisição do DUAT

DUAT

HABITAT 2: Direito à Cidade nos Bairros Informais de Maputo (ASF Catalunha) duat

Defesa do Direito à Habitação Digno nos Bairros Informais de Maputo Através do DUAT (ASF Catalunha) duat

Formação para Defender o Direito à Habitação em Maputo (Asf Catalunha) duat

Desenvolvimento e Implementação de Metodologias Prediais nas Cidades de Manhiça, Inhambane e Maxixé (Asf Catalunha) duat

Direito à Propriedade em Maputo (Asf Dinamarca) duat

O Direito de Uso e Aproveitamento da Terra, é a área com mais intervenção por parte das duas organizações da ASF que trabalham em Moçambique. Este facto espelha a urgência na resolução deste problema, que desde o surgimento da sua legislação (1997) ainda não é corrente na malha urbana moçambicana.

"Na República de Moçambique a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida, ou por qualquer outra forma, alienada, hipotecada ou penhorada. Como meio universal de criação da riqueza e do bem-estar social, o uso e aproveitamento da terra é direito de todo povo moçambicano."[180]

De facto, a atribuição dos DUAT é uma realidade longínqua em Moçambique. Uma vez que se estima que apenas "3% [da terra está] inscrita no direito escrito através da atribuição de DUAT."[181] A sua fraca existência deve-se sobretudo aos longos processos burocráticos necessários para a aquisição deste título. Outras duas grandes desvantagens são também a necessidade do "levantamento cadastral dos limites do terreno em questão, o que é algo muito difícil em assentamentos informais"[182] e a característica provisória deste tipo de título uma vez que tem um "prazo máximo de 50 anos, renovável por igual período a pedido do interessado"[183] levando a que o mesmo processo moroso tenha que ser repetido outra vez.

O facto deste direito apenas abranger a minoria da população moçambicana, demonstra uma grande fragilidade, porque o poder reside totalmente no proprietário do terreno, que não garante a continuidade desses assentamentos e a consequente habitação das famílias habitantes.

---

[180] http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Cidadao/Informacao/Direito-do-Uso-e-Aproveitamento-de-Terra
[181] LAGE, Luís; LAGE, Jéssica. (2017). Actuar Sobre os Processos Habitacionais
Através da Assistência Comunitária pela Academia. Projecto Kaya Clínica Maputo. Maputo, p24
[182] Entrevista realizada a Kátia Sousa in Argumentos
[183] http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Cidadao/Informacao/Direito-do-Uso-e-Aproveitamento-de-Terra

FASE	Regularização normal	Regularização massiva
Forma de pedido	Cada munícipe desloca-se ao CMM e faz o pedido individual	Basta reunir a documentação e entregar às equipas do CMM que passam porta à porta.
Elaboração da planta topográfica	Depois do pedido, o munícipe requer a elaboração e emissão da planta topográfica. A equipa de topógrafos desloca-se a cada terreno mediante a sua disponibilidade.	A planta topográfica é feita, porta a porta, no momento em que as equipas passam em cada talhão para fazer o registo.
Tramitação	Cada processo é tramitado individualmente.	Os processos são tramitados em bloco, embora haja espaço para decidir pontualmente de forma individual.
Edital	Não há.	30 dias de exposição pública dos dados, de forma a permitir a validação da informação, por parte da população.
Título de DUAT	Na prática, era entregue a nota de comunicação de DUAT. Documento usado para dar a conhecer ao munícipe sobre o deferimento em relação ao seu espaço.	Foi elaborado um modelo de DUAT com apenas duas folhas. O modelo cumpre os critérios do regulamento de solo urbano e, indo buscar informação directamente ao SIGEM, a sua impressão é muito rápida.

Imagem 30 – Comparação do Processo de Aquisição Tradicional do DUAT vs Aquisição Massiva



Imagem 31 – Resultado Prático da Regularização Massiva através do DUAT

Este esquema também permite ao estado, a sua desresponsabilização na medida em que, apenas ao não fazer nada – isto é, permitir a ocupação ilegal do espaço – garante menos conflitos com os habitantes, e uma não-ação solucionadora perentória para o problema habitacional desse terreno, que deverá passar pela legalização gradual dos assentamentos já formados.
A sensibilização da população, é um fator essencial neste tema, dado ser necessário alertar para os perigos de não ter o direito sobre a propriedade em que habitam.

O processo atual, passa pela vontade do próprio munícipe em adquirir o título fazer o seu requerimento ao próprio município. "Esta é uma abordagem reactiva, pois o município só reage para a regularização de terra a pedido do munícipe. Havendo uma grande afluência dos munícipes, fica difícil, para o CMM, gerir todos os pedidos, pois cada um é tratado individualmente. A elaboração da planta topográfica também exige a deslocação das equipas ao terreno, em função de cada pedido, o que requer muito tempo e recursos." [184]
Face a este enquadramento, a ASF desenvolveu 5 projetos em que o objetivo comum é facilitar este processo aos habitantes dos bairros informais, principalmente de Maputo.
Entre eles, destaca-se o projeto *Habitat 2: Direito à Cidade nos Bairros Informais de Maputo*
que gerou posteriormente um *Manual de Procedimentos* "entre uma parceria da ASF e da Kaya Clínica [que] está a ser agora aprovad[o] pelo concelho municipal."[185]
Este Manual, criado com base na experiência destas organizações, distingue-se pela sugestão de uma *regularização massiva* [186] dos DUAT "para agilizar o procedimento lento de titulação anteriormente aplicado no CMM."[187]

"A regularização massiva introduz uma abordagem proactiva, em que o CMM se dirige ao terreno e procura regularizar todos os terrenos, registando porta a porta. Do ponto de vista do munícipe, o registo fica muito mais facilitado, tendo este apenas o dever de reunir a documentação necessária. Do lado do CMM, são destacadas equipas que irão fazer a colecta de dados e massificar a regularização, para acelerar o processo de gestão de terra."[188]

Esta método de agir é perspicaz, na medida em que para funcionar, não necessita de modificar a legislação, as únicas "alterações estão na metodologia."[189]
Quando se fala no DUAT, fala-se também na própria organização do espaço informal. Uma vez que, ao organizar os lotes, organiza-se também o resto que deles sobra – o espaço público.
Quando esta medida é feita em prol de vários lotes em conjunto, como defende este manual, permite-se que as ruas sejam pensadas de uma forma mais global, adquirindo assim mais qualidade espacial.

---

[184] CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO (2018) Manual de Procedimentos do Programa de Regularização Massiva de DUATs, p17
[185] Entrevista realizada a Jéssica Lage in Anexos
[186] CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO (2018) Manual de Procedimentos do Programa de Regularização Massiva de DUATs
[187] Ibidem, p17
[188] Ibidem
[189] Ibidem

"Na verdade este mesmo projeto não é uma questão de construção, é sim uma questão de atuação e intervenção sobre um bairro que está desordenado."[190]

Saúde

Rehabilitação do Centro de Saúde de Panda em Inhambane (ASF Catalunha) saúde

Elaboração do Plano Diretor do Hospital Provincial de Inhabane e do Hospital Rural de Vilankulos (ASF Catalunha) saúde

A saúde foi a primeira área de intervenção da ASF em Moçambique. No entanto, não teve mais intervenções após estes dois projetos na província de Inhambane.
Não obstante, é importante mencionar a questão da saúde pública relacionada com a arquitetura, questão essa que foi abordada ao cuidado de outros projetos relacionados com o tema, descritos no subcapítulo anterior *urbanismo e infraestruturas*.

Educação

Reconstrução de 50 Salas de Aula em Maxixe e Massinga (ASF Catalunha) educação

No campo da educação, a ASF conta apenas com um projeto realizado, por sua vez na sequência do ciclone Dineo (13 a 17 de Fevereiro de 2017) que afetou severamente a província de Inhambane. Este facto pode justificar-se pelo motivo de que áreas como a saúde ou a educação sejam vistas na generalidade como mais prioritárias, recebendo assim mais ajudas de outras ONGs ou instituições privadas. No entanto, "o acesso à educação ainda é um grande problema na cidade. De acordo com dados de 2005, 54% das mulheres e 48% dos homens são analfabetos e apenas 55% das crianças beneficiam do sistema educacional moçambicano."[191]

Este projeto teve em conta a frequência dos desastres naturais na região, através do reforço das construções. Importará finalizar este tema com a informação de que "segundo estudos, ainda faltam cerca de 30.000 salas de aula no país"[192] serem construídas.

---

[190] Entrevista realizada a Jéssica Lage in Anexos
[191] http://catalunya.asfes.org/projecte/reconstruccio-de-50-aules-ubicades-en-escoles-dels-districtes-de-maxixe-y-massinga/
[192] http://catalunya.asfes.org/projecte/reconstruccio-de-50-aules-ubicades-en-escoles-dels-districtes-de-maxixe-y-massinga/

Apoio às Entidades Públicas e à Sociedade Civil Contra a Desigualdade de Género em Inhambane (ASF Catalunha) igualdade de género

Reforço das Capacidades das Entidades Públicas e Sociedade Civil Contra Violência de Género em Inhambane (ASF Catalunha) igualdade de género

Numa primeira instância, a inserção da igualdade de género em propostas arquitetónicas, poderá causar alguma surpresa. Mas na verdade, é uma porta que se abre sobre um tema pertinente, que apesar de esquecido, ocupa um espaço longo na história da vida urbana. Desde há muito tempo que a mulher tem sido posta de parte da vida da cidade. No período grego, onde a democracia praticada pelos cidadãos regia a *pólis*, as mulheres eram postas de parte já que não eram consideradas merecedoras de tal estatuto. Mas não é necessário recuar milhares de anos, para se ler a escassez da participação feminina na democracia. Só na segunda metade do século passado, após a revolução de Abril, é que a mulher portuguesa adquiriu o direito de voto.
Simbolicamente, a mulher também não é associada à cidade, aliás, quando o é, adquire uma conotação pejorativa. Historicamente, o sexo feminino sempre foi associado à casa, e esta associação não é de todo errada. É meramente perversa na medida em que o vínculo da casa efetua-se enquanto símbolo do trabalho doméstico. Mas na verdade, a mulher deve ser associada à casa enquanto o primeiro abrigo de todos nós.[193]

"As mulheres têm sido deixadas de parte nos processos de planeamento, tanto em termos literais como substantivos"[194] todavia, "a segurança e a percepção da cidade são muito diferentes para as mulheres e para os homens, de maneira que é importante que se conheçam suas experiências ao planejar espaços públicos."[195] A diversidade dos habitantes é importante e fundamental na reflexão de uma espaço heterogéne e inclusivo, sendo portanto indispensável, o trabalho realizado pela ASF neste campo, que por exemplo através das rotinas das mulheres, permite identificar lugares menos seguros nas cidades. Esta premissa é válida não só para as mulheres, mas também para qualquer grupo mais vulnerável da sociedade que necessite de ver representados no espaço urbano os seus direitos.
Uma das características que define e enquadra as ONGs neste campo, é a sua polivalência. Quando o objetivo é ajudar, ajuda-se no que é necessário, e não só na área de especialização.

A casa pertence à mulher e a cidade ao homem na sociedade patriarcal – ver história da pintura – colocar quadros como imagem (leiteira) (Inserir imagem salazar da mulher na cozinha)

---

[193] SILVA, Ana Sofia Pereira da (2015) La Intimidad de la Casa. Espanha. Diseño
[194] UN HABITAT (2016) World Cities Report 2016, Urbanization and Development – Emerging Futures, p127
[195] MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. (2011) Arquitectura e Política. São Paulo Gustavo Gili, p208

(Des)Continuidades

"Partindo da premissa de valorização de processos de continuidade, o factor tempo surge como potencial aliado na concepção e implementação de iniciativas de redução da pobreza."[196]

Apresentados e discutidos os casos de estudo, interessa agora avaliar o impacto da sua *continuidade* – verdadeira condição de sucesso dos projetos. Cabe-lhe a ela, o fado de cada projeto realizado uma vez que "quando o cliente e o arquiteto deixam o palco, os conflitos são mudados para a relação entre o objeto arquitetónico e aqueles que o usam." [197]
Este elemento é seguidamente avaliado, inserido na interação entre os vários atores.
Destaca-se, desde já, que a relação com mais *descontinuidades* é a do Estado com a sua própria comunidade; seguindo-se a esta, a *descontinuidade* entre ONGs. No entanto, a *continuidade* entre o estado e as ONGs; bem como a *continuidade* entre as ONGs e os seus próprios projetos e a comunidade são, apesar das suas vicissitudes, exemplares.

---

[196] FERNANDES, Ana Luísa da Silva. (2015) Entre remediar e solucionar: a estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza : São Tomé e Príncipe como laboratório. Porto. Tese de Doutoramento apresentada à Faup, p428
[197] TILL, Jeremy. (2005) Architecture and Participation. Londres, Nova Iorque. Taylor & Francis, p20

A (des)Continuidade entre o Estado e as ONGs

Para que uma iniciativa levada a cabo por uma ONG seja congruente, é necessário que haja da parte dos municípios "uma atitude aberta e abrangente em relação à gestão de todo o território urbano" [198] que permita uma cooperação saudável entre estes dois tipos de instituições.
No caso da ASF Dinamarca, Johan Mottelson afirma que a relação entre eles o governo é adequada, na medida em que o governo suporta o trabalho realizado por eles: "temos que colaborar com o governo municipal a fim de mantermos a nossa atividade e também dialogar com eles sobre o planeamento urbano e os seus requerimentos."[199]
Já Maria Grande, à cerca da ASF Catalunha afirma que: "Trabalhamos com todas as instituições do país. (...) A relação com todos é bastante boa porque o trabalho que fazemos em Moçambique apoia as políticas em vigor: as leis e os objetivos governamentais sobre alguns temas, e ajudamo-los com isso. Não estamos a criar nada novo, então as instituições recebem-nos bem porque financiamos os seus propósitos."[200]
Estas duas perspetivas permitem concluir que a relação entre as organizações que se autodefinem como não governamentais, não agem contra o governo, mas sim enquanto interlocutores e articuladores deste com os restantes atores envolvidos.
Tanto as ONGs como o Estado têm responsabilidades diferentes nesta relação. Às ONGs caberá "promover e impulsionar o debate, principalmente sobre o ordenamento de território"[201] assim como "acompanhar o governo neste processo: nas reuniões, nas comissões de políticas urbanas e mesmo no acompanhamento e implementação dessas políticas."[202] Ao Estado caberá não só apoiar o trabalho desenvolvido pelas ONGs que vão de acordo com as suas metas governamentais como também a observação atenta sobre "os processos urbanos de pequena escala e por vezes invisíveis"[203] realizados pelas ONGs, numa perspetiva de aprendizagem e aplicação dos "métodos operativos que poderão ser relevantes para outros"[204] casos de intervenção futura.
Por fim, resta mencionar que "a agenda de ação deve estar organicamente vinculada a um processo de criar alianças entre a comunidade internacional, governos nacionais e locais, e comunidades de bairros e ONGs para garantir que ideias importantes sejam seguidas de ação no terreno." [205]

---

[198] FORJAZ, José et all (2006) Moçambique, Melhoramento dos Assentamentos Informais, Análise da Situação & Proposta de Estratégias de Intervenção. Maputo, p46
[199] Entrevista realiza a Johan Mottelson in anexos
[200] Entrevista realiza a Maria Grande in anexos
[201] Entrevista realizada a Jéssica Lage in anexos
[202] Entrevista realizada a Jéssica Lage in anexos
[203] VERLAG, Jovis. (2013) Handmade urbanism: from community initiatives to participatory models. Berlim. Jovis Verlag, p20
[204] Ibidem.
[205] SERAGELDIN, Ismail. (1997) The Architecture of Empowerment. Londres, Academy Editions, p24

A (des)Continuidade entre Estado e a Comunidade

Urbanismo à escala 1:1

"No caso de planear 'para', o ato de planear permanece para sempre autoritário e repressivo apesar das iniciais intenções liberais. No caso de planear 'com', o ato torna-se libertador e democrático, estimulando uma participação múltipla e contínua."[206]

O grande problema do urbanismo, é normalmente a escala a que este é trabalhado. Quando se trata de regularizar a situação habitacional dos moradores informais, mais facilmente se parte para um cenário de expropriação e realojamento num bairro periférico, do que se tenta perceber o sistema urbano já criado e as necessidades dos moradores. "Os arquitetos e os tecnocratas presumem saber melhor do que qualquer outro, o que é que as pessoas precisam, mas muitas vezes os projetos resultantes carecem de um senso de humanidade e falham em fornecer mais do que abrigo e comodidades básicas (água, saneamento e eletricidade)."[207]
Vários são os exemplos desta linha de pensamento, e tanto Ismail Serageldin[208], como John Turner [209]defendem que as políticas urbanas devem ser locais e presumivelmente municipais porque "grandes organizações não conseguem utilizar recursos pessoais e locais sem estandardizá-los e desumanizá-los."[210] O que acontece nas soluções construídas de modo autoritário, é que a relação do governo com a comunidade se torna unilateral, na medida em que os habitantes sofrem as alterações urbanas sem qualquer tipo de consentimento.
Este tipo de intenção urbana vem do passado modernista que vê o urbanismo enquanto "um instrumento de progresso científico, universalmente válido, ao invés de um processo comunicativo, onde o planeamento é visto como um instrumento político, inclusivo e empoderador, estratégico e integrado." [211]
A participação da comunidade na tomada de decisões políticas é vista muitas vezes como uma ameaça ao papel dos especialistas mas na verdade, a verdadeira ameaça é " fazer uma casa e multiplicá-la por mil, como um engenheiro de Pontes e Estradas que faz o desenho de uma secção da estrada e o desdobra em milhares de quilómetros, [isso é que] seria ser infiel à sua

---

[206] TILL, Jeremy. (2005) Architecture and Participation. Londres, Nova Iorque. Taylor & Francis, p15
[207] SERAGELDIN, Ismail. (1997) The Architecture of Empowerment. Londres, Academy Editions, p9
[208] "A experiência tem demostrado que as cidades não têm sido bem servidas pelas decisões altamente centralizadas que usualmente dominam a gestão urbana." ibidem, p25
[209] "Os sistemas centralizados de tomada de decisão, estão no entanto sujeitos a gerar produtos standardizados numa grande escala." in TURNER, John. (1977). Housing by People. Towards autonomy in building environments. Nova Iorque: Pantheon Books, p40
[210] Turner, John – TURNER, John. (1977). Housing by People. Towards autonomy in building environments. Nova Iorque: Pantheon Books, p48
[211] UN HABITAT (2016) World Cities Report 2016, Urbanization and Development – Emerging Futures, p123

profissão, seria sacrificar a natureza artística da casa em favor do dinheiro, e renunciar à sua integridade."[212]

Posto isto, "o objetivo de qualquer organização administrativa deveria ser, permitir que cada morador disfrutasse com dignidade a sua condição de cidadão da cidade com plenos direitos e deveres."[213]

Em Moçambique, no geral, não existe normalmente uma boa intermediação (mesas, redondas, debates, sensibilizações) entre o governo e a comunidade, o que resulta numa menor eficácia dos projetos urbanos finais. Para que esse sucesso seja garantido, a decisão tem que estar à escala da intervenção e é por isso que o poder autárquico é tão importante na questão urbana. Como o estado também não consegue gerar muitas receitas, dada a situação financeira do país, a solução passa, não pela irresponsabilização do mesmo, mas sim pelo estreitamento da relação com a comunidade que deverá ser autónoma. Note-se que "autonomia significa autogestão interdependente e não, autossuficiência independente." [214]

Apesar desta problemática assumida no desenrolar deste caso de estudo, a ONU defende que "o planeamento tornou-se mais multifacetado do que focado exclusivamente no design físico dos locais, mais *bottom-up* do que *top-down* e mais responsivo à equidade e qualidade ambiental do que às preocupações dos negócios".[215] Faltará mencionar, que as ONGs acarretam grande cota parte desta conclusão, uma vez que uma das suas principais funções é fazer de ponte entre o governo e as comunidades.

Deste modo poderá concluir-se que, o exercício do urbanismo deve ser invertido. Em vez da tradicional sucessão de escalas do 1:1000 para o 1:500 ,para o 1:200 e sucessivamente até chegar ao 1:1, deve começar-se ao contrário. Porque a cidade é sobretudo um exercício à escala 1:1, onde a verdadeira grandeza são os indivíduos e não as avenidas.

Legislação

"A simplificação dos regulamentos legais é importante em todos os casos e vital na maioria."[216]

A legislação urbana, é a base teórica fundamental para que as políticas urbanas sejam aplicadas na prática com êxito. "A legislação urbana tem um papel importante a desempenhar: definir condições para o acesso formal/informal à terra, infraestrutura, habitação e serviços básicos; estabelecer regras para o planeamento e a tomada de decisões." [217] Através dela, consegue-se

---

[212] FATHY, Hassan. (2009) Arquitectura para os Pobres - Uma experiência no egipto rural. Lisboa: Argumentum, Dinalivro, p158

[213] MURISON, Hamish. (1979) Housing in third world countries: perspectives on policy and practice. Melbourne. The MacMillan Press, p45

[214] TURNER, John. (1988) Buiding Community. Londres, Building Community Books, p16

[215] UN HABITAT (2016) World Cities Report 2016, Urbanization and Development – Emerging Futures, p123 e 124

[216] TURNER, John. (1988) Buiding Community. Londres, Building Community Books, p171

[217] UN HABITAT (2016) World Cities Report 2016, Urbanization and Development – Emerging Futures, p103

também controlar "a *informalidade* [que se] apresenta assim como uma condição que se estende a múltiplas dimensões – legal, física e socioeconómica."[218]
"A lei pública formaliza efetivamente a alocação de poderes, responsabilidades, funções e financiamento em qualquer sociedade"[219] e é fundamental que esta distribuição seja equilibrada e inclua as minorias da sociedade, uma vez que "leis inadequadas negam oportunidades iguais e proteção a segmentos específicos da população, atuando como barreiras e preconceitos contra os grupos pobres e marginalizados através de instituições ou processos muito complexos e dispendiosos, ou por corrupção e abuso de poder. As minorias desfavorecidas estão mal representadas nas estruturas políticas e nos órgãos de tomada de decisão e, consequentemente, têm pouco controle sobre as decisões que as afetam."[220]
As alterações na legislação muitas vezes também não são vistas pelos governos como prioridades, porque os seus objetivos "estão restritos ao mandato e a horizontes ainda mais imediatos." [221]
No entanto, a legislação deve ser lida com duas escalas diferentes: uma geral de impacto nacional, e outra local de impacto municipal. A legislação nacional deve seguir "uma política única de desenvolvimento urbano social e económico"[222] enquanto que a municipal deve "criar e manter um sistema de controle e fiscalização efectiva do uso do solo, sempre que possível com o envolvimento dos próprios moradores, onde se aliem medidas educativas e persuasivas"[223] de modo a que estas mesmas medidas sejam acompanhadas pelos sujeitos que irão vivenciá-las na primeira pessoa.
Em Moçambique, importa referir dois exemplos que demonstram algumas das incoerências geradas pela legislação estandardizada:

1. *"Em Moçambique, os códigos de construção atuais são derivados do livro de regras português. Após o terremoto cataclísmico de Lisboa em 1755, Portugal adotou regras muito restritivas e estendeu-as às suas colónias africanas. Hoje, mais de 250 anos depois, Moçambique, com pouco histórico de terramotos, mantém um dos códigos de construção mais rigorosos de África (paredes de tijolo ou blocos de cimento, vigas de betão armado), que exclui todos, exceto as casas mais ricas."*[224]

2. *"Na Lei de Terras – que incluí tanto as terras urbanas como as não urbanas; e no Regulamento de Solo Urbano – que apenas se cinge às zonas urbanas, em contextos de informalidade onde os limites entre o formal e o informal são muito turvos; quando combinados podemos verificar uma das muitas incongruências. Uma das premissas da Lei de Terras é que se o lote for ocupado por mais de 10 anos passa a ser propriedade do seu habitante. No Regulamento de Solo Urbano, diz que é sempre necessária*

---

[218] FERNANDES, Ana Luísa da Silva. (2015) Entre remediar e solucionar: a estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza : São Tomé e Príncipe como laboratório. Porto. Tese de Doutoramento apresentada à Faup, p125
[219] UN HABITAT (2016) World Cities Report 2016, Urbanization and Development – Emerging Futures, p111
[220] Ibidem, p104
[221] Ibidem, p116
[222] Entrevista realizada a Jéssica Lage in anexos
[223] FORJAZ, José et all (2006) Moçambique, Melhoramento dos Assentamentos Informais, Análise da Situação & Proposta de Estratégias de Intervenção. Maputo, p47
[224] UN HABITAT (2016) World Cities Report 2016, Urbanization and Development – Emerging Futures, p106

a posse do DUAT, e que este em nenhum momento é adquirido por tempo de permanência num terreno."[225]

Em ambos os casos, verificamos que a prática urbana não está agilizada com a legislação respetiva, "é necessário coerência e coordenação."[226] No primeiro caso, verifica-se que a empregabilidade de construção antissísmica nos assentamentos informais, é apenas uma utopia. Não faz sentido, um país caracterizado pela sua baixa densidade urbana, onde os riscos de sismo são fracos, assim como a maior parte dos edifícios apenas têm um piso, ter uma legislação tão severa em relação à construção antissísmica. Fará sentido, adaptá-la ao contexto moçambicano ao invés do português e também ao tempo que se vivencia presentemente, deixando para trás as memórias legais urbanas implementadas pelo colonialismo. No segundo exemplo, verifica-se também outro tipo de incoerência, onde a própria lei se contradiz e deixa a sua interpretação à mercê de quem a lê. O facto de que a aquisição do DUAT ser uma urgência, e um problema tão complexo como analisado anteriormente, torna a alteração da lei ainda mais premente. Curioso é o trabalho da ASF no *Manual de Procedimentos*, que sem alterar a lei, consegue modificar a metodologia de procedimento, agindo uma vez mais, enquanto intermediário entre o estado e as ONGs e agindo também ""à margem" da lei, não no sentido ilegal, mas no sentido de projetos mais imediatos e mais empíricos sem tantas burocracias associadas."[227]

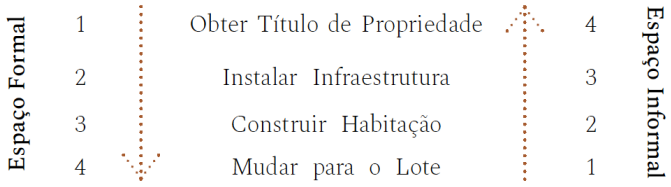


Imagem 32 – Comparação do Processo Formal e Informal na Aquisição de Espaço

[225] Entrevista realizada a Kátia Sousa in anexos
[226] Entrevista realizada a Kátia Sousa in anexos
[227] Entrevista realizada a Jéssica Lage in anexos

A (des)Continuidade entre as ONGs e a Comunidade

"em todas as coisas, é bastante natural que o ponto de vista do especialista difira do do leigo e que os seus olhares respectivos não se cruzem exactamente no mesmo campo de realidade."[228]

A relação entre as ONGs e a comunidade baseia-se acima de tudo no conceito de participação. Como analisado anteriormente, este conceito ao longo da história tem vindo a adquirir tanto conotações negativas como positivas, mas importa mencionar que é um dos princípios base da ASF. Porque estes, não ajudam quem não quer ser ajudado, uma vez que a iniciativa parte sempre de um pedido de ajuda, que demostra à partida uma vontade de cooperar.
É errado olhar para a atividade desenvolvida pelas ONGs enquanto obra de caridade. A comunidade deve estar sempre envolvida de modo a que os projetos não sejam condenados ao abandonado assim que as ONGs saírem do terreno. Recorrendo à participação garante-se que a comunidade usará e saberá cuidar do edifício futuramente, uma vez que desta maneira entenderão o seu propósito e importância e saberão fazer alterações ou reconstruções necessárias, dado que foram os próprios a construir.

As ONGs acabam por ser os porta-voz das comunidades necessitadas em meios como o governo, ou até mesmo fóruns internacionais porque, "a vantagem mais clara que a maioria das ONGs e especialistas independentes têm em todo o mundo é sua capacidade e liberdade de se comunicar entre si e em nome de pessoas que têm pouco ou nenhum acesso aos meios, por mais qualificados ou articulados que possam ser." [229]
No caso específico da ASF em Moçambique, pode verificar-se a existência de *continuidade* entre os mesmos e a comunidade, através dos testemunhos de Johan Mottelson e de Maria Grande:

"Sobre a relação com a comunidade, no geral eu diria que as pessoas são muito positivas sobre o nosso trabalho."[230]
"Acho que demora tempo a construir este tipo de relações com a comunidade, eu trabalho com as mesmas pessoas há 6 anos. Requer muito tempo e conhecimento para desenvolver uma relação profissional assim, especialmente em assentamentos informais na África Subsaariana onde tradicionalmente as relações de trabalho são construídas sobre confiança mútua." [231]

"A relação com a comunidade é muito boa também porque vinculamos as pessoas aos projetos e elas são os beneficiários diretos dos projetos que fazemos. Todos os projetos têm processos participativos e tomadas de decisão entre comités onde estão presentes os beneficiários diretos e as outras instituições. Isso é muito bom, é muito complicado, mas no fim compensa sempre."[232]

---

[228] FREITAG, Michel. (2004) Arquitectura e sociedade. Lisboa. Dom Quixote, p10
[229] TURNER, John. (1988) Buiding Community. Londres, Building Community Books, p179
[230] Entrevista realizada a Johan Mottelson
[231] Entrevista realizada a Johan Mottelson
[232] Entrevista realizada a Maria Grande

A (des)Continuidade entre as ONGs e os seus projetos

À partida, esta relação seria das mais previsíveis de falhar, devido ao preconceito associado às ONGs – a casuística dos seus projetos. No entanto, "planificar mudanças positivas nas condições de vida de um grupo humano, espontaneamente organizado nos assentamentos informais, não pode ser um exercício experimental, com carácter de projecto piloto, onde os residentes sejam tomados como cobaias, usados para provar uma teoria ou preencher um objectivo projectado por uma consultoria de natureza mais ou menos teórica.
A reabilitação ou o melhoramento de um assentamento informal exige a presença permanente da equipa de planeamento e uma relação cuidadosamente construída com os residentes, que é a base mais segura para estabelecer a confiança mútua."[233]
Questionar-se-á agora, que responsabilização terão as ONGs na continuidade dos seus projetos? E na realidade esta resposta dividir-se-á por três atores. Em primeiro lugar, a própria ONG deve ter um seguimento contínuo dos seus projetos, não digamos eterno, mas sim prolongado:

"Os projetos muitas vezes não são projetos fechados, mas sim fases do mesmo projeto por assim dizer. Por exemplo, nos bairros precários estamos a trabalhar lá há 4 anos e em cada ano vamos vendo o que se está a passar em relação ao que já fizemos nos anos anteriores. Isto faz com que o anterior seja o trampolim para o próximo. É usar os erros que vimos nos feitos passados e melhorar nas fases seguintes. Estamos vinculados constantemente aos projetos concluídos porque o que vamos desenvolvendo é sempre uma continuação do anterior, com o qual existe sempre uma revisão para podermos continuar. Evitamos ao máximo que os edifícios caiam em desuso."[234]

Em segundo lugar, será também responsabilidade da própria ONG munir os beneficiários com o conhecimento prático necessário à manutenção dos projetos, e por fim afirmar que o Estado deverá acarretar com a responsabilização dos projetos "se este for parceiro dessas ONGs em específico. Após o término do projeto, a manutenção deveria ser responsabilidade do Estado e as ONGs podem ajudar pontualmente, mas o processo tem que continuar."[235] Esta gestão de compromissos deve-se também pelo caráter mais frágil das ONGs que dependem da conjuntura de vários fatores para poderem existir, ao contrário do caráter mais perpétuo do Estado.

---

[233] FORJAZ, José et all (2006) Moçambique, Melhoramento dos Assentamentos Informais, Análise da Situação & Proposta de Estratégias de Intervenção. Maputo, p45
[234] Entrevista realizada a Maria Grande in anexos
[235] Entrevista realizada a Jéssica Lage in anexos

A (des)Continuidade entre a comunidade e os projetos das ONG

"A viabilidade de qualquer sistema de habitação depende, a longo prazo, dos esforços dos usuários e da sua vontade em investir esses esforços, não apenas na sua capacidade para os fazer." [236]

Esta relação tem potencial para ser frágil, quando as ONGs entendem que a forma de ajudar as comunidades carenciadas é unidirecional, sem existir se quer uma triagem dos seus problemas a colmatar. Não faltarão projetos pelo mundo fora onde obras de caridade acontecem para servir de prova da compaixão das grandes empresas ou instituições.

O processo é simples: escolhe-se um país pobre, constrói-se por exemplo uma escola, tira-se fotografias e volta-se à rotina de sempre. O problema é que "depois as escolas ficam quase completamente paradas porque primeiro não há pessoas a habitar naquele lugar, ou existem outras escolas mais próximas das comunidades, não há professores alocados nem carteiras ou outros materiais. Por isso a escola fica completamente abandonada ou vira salão de festas."[237]

Este cenário, é mais recorrente do que o desejável, no entanto, está longe de ser o sucedido com a ASF, uma vez que, como já referido no tema anterior, esta zela pela *continuidade* não só dos projetos, como da sua presença nos países que atuam.

Para que a relação entre a comunidade e os produtos finais das ONGs seja boa, a chave está uma vez mais, na participação. É preciso fomentar a iniciativa, porque quando é a própria comunidade a construir algo, a sensação de posse torna-se mais presente, prevendo assim um melhor uso e cuidado na sua utilização futura assim como possíveis expansões, assegurando a *continuidade* do projeto.[238] É natural que o ser humano zele mais por aquilo que é seu e por si criado. Contrariamente, quando uma ONG chega ao terreno e constrói por si só, um projeto de raiz, este carecerá da vida e da identidade dos seus beneficiários, estando já *a priori* condenado ao falhanço e ao abandono mal as ONGs saiam do terreno. "Este processo de apropriação será portanto não só a produção de um entendimento mental do espaço no indivíduo, mas também a projecção do indivíduo no espaço."[239] É necessário que os projetos deixem de pertencer às ONGs e passem a ser "um instrumento comunitário, [porque só aí é] que as coisas começam a ganhar força e a funcionar sozinhas."[240]

É essencial que as comunidades assumam que os projetos das ONGs sejam feitos, *com* eles e não *para* eles. De outra forma, cair-se-ia no mesmo erro que acontece nas políticas autoritárias que realojam os habitantes informais em bairros sem o seu consentimento.

---

[236] TURNER, John. (1977). Housing by People. Towards autonomy in building environments. Nova Iorque: Pantheon Books, p39

[237] Entrevista realizada a Jéssica Lage in anexos

[238] "a economia da habitação e a equidade só poderão ser alcançadas se os habitantes e as suas comunidades locais forem responsáveis por aquilo que está construído, e como é construído e mantido." in TURNER, John. (1977). Housing by People. Towards autonomy in building environments. Nova Iorque: Pantheon Books, p35

[239] FERNANDES, Ana Luísa da Silva. (2015) Entre remediar e solucionar: a estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza : São Tomé e Príncipe como laboratório. Porto. Tese de Doutoramento apresentada à Faup, p58

[240] Luis Lage em entrevista a Kátia Sousa

Caberá também ao arquiteto, aceitar que "o objeto arquitetónico mude com as transformações que o usuário lhe impõe"[241] pois na verdade "os edifícios têm uma vida inteira pela frente depois de estarem concluídos"[242] e só depois de finalizados e habitados é que servem o seu verdadeiro propósito.

A (des)Continuidade entre as ONGs

A descontinuidade sentida entre a organização ASF catalã e dinamarquesa é evidente e inesperada, uma vez que na carta de Hasslet que as rege às duas está expresso que:
"As organizações comprometem-se a trabalhar em conjunto a nível internacional, com a finalidade de alcançar um maior impacto dos seus esforços coletivos."[243]
Individualmente, a atividade da ASF é louvável por conseguir manter uma *continuidade* exemplar com a comunidade, com o governo e com os seus projetos, mas na verdade são existe um vínculo entre as duas organizações. A prova mais evidente destaca-se na pergunta realizada às duas organizações, onde se questiona o relacionamento entre ambas e à qual, as respostas foram incompatíveis uma com a outra:

"Não temos nenhum contacto com a demarcação dinamarquesa. A única coisa em comum é que pertencemos ambos à plataforma de ASF Internacional. Falo enquanto demarcação da Catalunha. Os ASF Dinamarca nunca nos contactaram para participar em algum projeto."[244]

"E eu estou a trabalhar com eles na habitação dessa área também. Tenho muito contacto com os ASF Catalunha, mas por sua vez eles recentemente restruturaram a sua organização e na verdade eles têm muitos projetos próprios, tal como os ASF Moçambique."[245]

A falta de congruência nestas respostas demonstra ser seguramente benéfico para o trabalho de ambas, um diálogo estreito que as permita trocar conhecimentos adquiridos e possíveis colaborações, sem que seja necessária a perda da autonomia ou independência que existe.
Como já se viu nos vários exemplos analisados ao longo desta dissertação, quanto mais participação, coerência e cooperação existir nos trabalhos desenvolvidos pelas ONGs, melhores serão os resultados. Por isso, só resultados positivos poderão surgir aquando de uma relação mais próxima entre a ASF Dinamarca e a ASF Catalunha.
Outra descontinuidade que se pode constatar, é ao nível da disponibilização de informação, uma vez que, o portfólio internacional não está atualizado bem como o nível de informação facultado por cada organização sobre cada projeto ser muito variável.

---

[241] TILL, Jeremy. (2005) Architecture and Participation. Londres, Nova Iorque. Taylor & Francis, p20
[242] Entrevista a Johan Mottelson
[243] https://www.asfint.org/asf-document/declaracao-comum-de-principios/
[244] Entrevista a Maria Grande in anexos
[245] Entrevista a Johan Mottelson in anexos

Conclusão

"A primeira e a mais importante proposta é aumentar a comunicação entre as pessoas em ação."[246]

Após a análise da ação da ASF em Moçambique, pode afirmar-se que a *continuidade* é de facto, uma característica frequente dentro das várias intervenções e intervenientes.
Pode constatar-se que "o que estes projetos têm em comum é um sentido de propósito e um sentido de dignidade para os indivíduos dos grupos envolvidos, o que é facilitado e reforçado através da intervenção espacial. Estamos, portanto, aptos a concluir que o design é um ato social tão importante como o saneamento, a educação e a nutrição." [247]

Apesar do direito à habitação e a infraestruturas básicas ainda não ser considerado uma prioridade nas agendas governamentais nacionais e internacionais, pode constatar-se agora que este, para além da importância inegável que acarreta por ser um direito básico na forma de abrigo, transporta também consigo muitas outras áreas fundamentais ao desenvolvimento, pelo facto de ser ter uma natureza multidisciplinar. Isto quer dizer que, ao investir na habitabilidade, está-se também a investir na erradicação da pobreza, no melhoramento da saúde pública e na ampliação de redes hospitalares ou escolares. O mesmo acontece no inverso.

Para que o desenvolvimento urbano seja profícuo, é fundamental que o primeiro passo seja a "definição correcta da problemática da habitação que não se resume à melhoria das condições do abrigo, mas que se sustenta na providência dos serviços e infraestruturas necessárias para uma vida decente."[248] A habitabilidade não deve ser vista como uma mera fase do processo evolutivo da cidade, isto é, é errado que as tomadas de decisão aconteçam *a priori* do envolvimento do arquiteto. O arquiteto deve pertencer também à fase de identificação do problema e resolução do mesmo antes de qualquer planta ser desenhada. É por esta razão que a arquitetura deve ser considerada política: enquanto uma ferramenta de tomada de de decisão, de discussão de alternativas, de progresso e não enquanto um mero mecanismo técnico de execução.

Para além do envolvimento de técnicos no processo decisivo, o envolvimento da comunidade "é um passo estratégico que dará aos residentes a noção de se terem apropriado do processo e do projecto"[249] para além de assegurar a salubridade das intervenções levadas a cabo.
O papel do estado passará então por repensar as suas políticas urbanas, refletindo sobre a legislação em vigor, e acima de tudo sobre a abordagem corrente.

As comunidades não são a solução para a problemática da habitação básica ou da pobreza. Mas no contexto das economias neoliberais extenuadas dos países outrora colonizados, em que o

---

[246] TURNER, John. (1977). Housing by People. Towards autonomy in building environments. Nova Iorque: Pantheon Books, p163
[247] VERLAG, Jovis. (2013) Handmade urbanism: from community initiatives to participatory models. Berlim. Jovis Verlag, p198
[248] FORJAZ, José et all (2006) Moçambique, Melhoramento dos Assentamentos Informais, Análise da Situação & Proposta de Estratégias de Intervenção. Maputo, p44 e 45
[249] Ibidem.

próprio Estado não tem meios nem financiamento para garantir habitação e infraestruturas para todos, é preciso olhar para elas como parte integrante e construtiva da solução. Porque ninguém tão bem como eles, saberá diagnosticar as suas necessidades

É fundamental que o principal papel do Estado deva ser a produção de medidas políticas e económicas que a longo prazo revertam para uma estabilidade social, incapaz de ser alcançada de outra forma. No entanto, no âmbito desta dissertação, importa perceber que o papel nas ONGs no contexto arquitetónico e político. Não é certamente ao nível legal ou orçamental, mas sim à escala das comunidades renegadas pelo sistema liberalizado. Assim as ONGs podem agir de 3 maneiras distintas em relação ao Estado: enquanto pressão face à inatividade governamental; enquanto exemplo de possíveis metodologias a abordar numa escala maior; e por último e mais importante, enquanto mediadores e representantes daqueles que não têm voz.

Elas "podem dar uma forte contribuição para esta mudança essencial na política"[250] O seu papel passará por ser moderador e tutor que direciona, ajuda e eventualmente educa para a construção da cidade enquanto gere duplamente os desejos do estado e os desejos da comunidade, de modo a que ambos vivam em harmonia.[251]

"Da mesma forma, também se percebeu que, mais importante do que a ideia de estruturação, será a tarefa de assegurar mecanismos de continuidade, articulando contributos e esforços, para que estes não se traduzam em acções avulsas, antes possam desencadear processos sólidos de melhoria ao longo do tempo." [252]

Os arquitetos ou a arquitetura por sua vez também não são a solução do problema, no entanto, são uma peça fundamental para que a mesma aconteça, daí ser tão importante ser lhe reconhecida a devida relevância.

No caso de Moçambique, pode constatar-se que "as políticas governamentais que tentam compensar as falhas do mercado sentidas pelas famílias de baixa ou média renda, construindo edifícios habitacionais, devem passar de fornecer habitações prontas, para apoiar os esforços de organizações autogeridas e comunitárias e os seus ajudantes na produção das suas próprias casas e bairros."[253] A abordagem do governo *top-down* corrente, se analisada, traz mais descontentamento aos moradores, que não são consultados e por isso não veem resolvidos os seus problemas; o valor monetário é mais elevado; e o retorno financeiro acaba por ser baixo ou até mesmo negativo. É preciso inverter o sentido das ações dado que o sistema de habitação assim acaba por não funcionar nem para o governo, nem para os cidadãos.

As políticas habitacionais em vez de fornecerem, devem dar suporte e opção de escolha. Isto é, dar as ferramentas e não o produto final. Uma vez que Moçambique cuja economia e o modo

---

[250] TURNER, John. (1988) Buiding Community. Londres, Building Community Books, p174

[251] "Tanto internacionais como nacionais, as ONGs têm um lugar único enquanto mediadoras entre os setores que não se respeitam ou que têm medo uns dos outros, vindos de estratos sociais diferentes, são muitas vezes ignorantes e hostis". in TURNER, John. (1988) Buiding Community. Londres, Building Community Books, p178 "As ONGs têm um papel essencial de mediadores, no desenvolvimento e implementação de políticas de suporte que envolvem a mudança da relação entre as pessoas e o governo." In Turner, John – Buiding Community, p169

[252] FERNANDES, Ana Luísa da Silva. (2015) Entre remediar e solucionar: a estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza : São Tomé e Príncipe como laboratório. Porto. Tese de Doutoramento apresentada à Faup, p448

[253] TURNER, John. (1988) Buiding Community. Londres, Building Community Books, p169

de governação, não conseguem gerar fundos suficientes para fornecer habitação básica para todos, é preciso pensar em estratégias intermédias onde a habitação básica seja de facto assegurada. E essa solução passa muitas vezes por comprometer a comunidade na participação do processo construtivo das suas próprias casas, como o tem vindo a fazer, mas de maneira formal – legal e auxiliada. É necessário e urgente transformar as situações informais em formais e não deixar que novas informais surjam para que o panorama urbano não sofra uma centrifugação segregadora para as periferias.

Outra função fundamental do estado é assegurar as infraestruturas básicas ao desenvolvimento da malha urbana, uma vez que quando as infraestruturas falham, não são apenas os cidadãos que não usufruem delas que ficam a perder, trata-se sim de uma fragilização geral do ecossistema de toda a cidade, que consequentemente afeta todos os seus habitantes.[254] "Eles devem minimizar os gastos com a construção direta, aumentar o investimento na provisão de infraestrutura e serviços e dar maior prioridade às mudanças institucionais que aumentam o acesso local aos recursos que garantem a liberdade pessoal e local de usá-los adequadamente."[255]

"Uma cidade que planeia, abraça as opiniões de residentes, empregadores, investidores e líderes eleitos, em contraste com o padrão omnipresente e antigo de planeamento que reflete apenas as opiniões da liderança nacional." [256]

[254] UN HABITAT (2016) World Cities Report 2016, Urbanization and Development – Emerging Futures, p14
[255] TURNER, John. (1988) Buiding Community. Londres, Building Community Books, p172
[256] UN HABITAT (2016) World Cities Report 2016, Urbanization and Development – Emerging Futures, p123

"Apetece-me terminar parafraseando Vargas Losa, quando fala de Literatura:
A arquitectura desaparecerá, quando a Humanidade for feliz.
Até lá a responsabilidade mantém-se." [257]

---

[257] O 25 de abril e a transformação da cidade em **SIZA, Álvaro. (2001) As cidades de Álvaro Siza. Porto. Figueirinhas**, sp

Posfácio

"E resta a tal inquietante questão: e quem planeia o planeador?"[258]

Durante o meu percurso de descoberta das *continuidades* e *descontinuidades* que assolavam o meu objeto de estudo, fui-me apercebendo que também eu estava a desbravar as minhas próprias *(des)continuidades*, enquanto futura arquiteta e eterna estudante de arquitetura.
O papel ético da profissão assim como o papel académico aquando a formação de arquitetos, foram questões que estiveram sempre presentes no meu pensamento ao longo dos últimos meses.

A arquitetura que eu conhecia antes desta dissertação era um binómio problema-solução.
Habituei-me ao longo dos anos a encaixar um programa de áreas e funções num terreno do centro da cidade do Porto, sem se quer questionar na minha cabeça, o que é que os habitantes à volta poderiam equacionar diferente dos meus desejos espaciais. O meu contexto arquitetónico académico foi sempre individual (sem um único desenho esquissado a duas mãos por mais do que breves minutos de conversas amigas), e nunca social ou político. A profissão que aprendi a fazer solitária, foi agora preenchida por uma vontade de cooperar com aqueles que sem fronteiras, me fazem acreditar ainda mais que a arquitetura é uma verdadeira ferramenta de mudança.
Hoje sei que, a maioria dos programas académicos de arquitetura não estão preparados para lidar com as necessidades daqueles que não têm uma casa digna. O problema urbano dos países em desenvolvimento, é visto como longínquo e leviano. A história da arquitetura pouco se importa em interpelar as formas de projetar não ocidentais, e quando eventualmente se fala na arquitectura desses países em desenvolvimento que maioritariamente foram colónias, fala-se sobre a influência e miscigenação arquitetónicas onde o traço colonizador mantém o papel principal.

É urgente trabalhar na arquitetura dos países em desenvolvimento, é urgente garantir uma casa digna para todos e é urgente criar cidades saudáveis. Para tal, é necessário erradicar as discrepâncias entre o Norte e o Sul e construir modos governativos sólidos e integrativos, porque a maior parte das pessoas condenadas à gravidade do Sul Global, fala num idioma diferente dos sistemas políticos que as representam. Não têm voz. São consideradas *informais* por não pertencerem ao sistema que ironicamente e continuamente, os expele sem pedir permissão.
Também constatei que felizmente existe muita gente, embora não suficiente, a ensinar estas pessoas a expressarem-se. A ensinar a pensar, a construir e a sonhar para que consigam assegurar algo tão básico como os seus próprios direitos.
Nada me deixou mais realizada neste trabalho do que ter visto e trocado ideias com arquitetos de mãos abertas para os outros. Pessoas que me alimentam o sonho de que a arquitetura pode realmente mudar o mundo.

---

[258] PORTAS, Nuno. (1973) A arquitectura para hoje 1964, seguido de, evolução da arquitectura moderna em Portugal. Lisboa. Livros Horizonte, p42

Anexos

Lista dos Projetos da ASF

Nesta lista encontram-se todos os projetos desenvolvidos mundialmente pelas organizações da ASF Catalunha e Dinamarca até à data presente, categorizados segundo áreas de atuação.

Todos os projetos realizados pela ASF Catalunha

Autoconstrucció d'habitatges "ruca peñi" al barri toma esduerzo de la ciutat de neuquén, argentina (2006) habitação

Construcció d'una casa per a pagesos a quimili, argentina (1996) educação comércio

Construcció d'un centre de capacitació tècnica en piscicultura a beni, san ignacio de mojos, bolivia (2003) educação

Construcció d'un centre de capacitació d'agroaqüícola sostenible a mausa, san ignacio de mojos, bolivia (1999) educação

Construcció de la biblioteca a la universitat de medicina de tuzla, bósnia (1996) educação

Millora de les capacitats institucionals en la gestió del desenvolupament i consolidació d'autoritats locals i xarxes d'autoritats locals, brasil (2013) administração

Millora de la xarxa educativa de la comunitat rural de ziga, a bissiga, burkina faso (2013) educação

Centre de formació professional i tècnica en agricultura i ramaderia per a joves desescolaritzats a tanseigha, burkina faso (2012) educação

Promoció de les dones productores de karité a la zona rural tanghin-dassouri, burkina faso (2010) comércio

Millora de la xarxa educativa a la zona de karangasso-vigue, burkina faso (2007) educação

Projecte d'infraestructures de suport per a l'organització local unió dogorí. Regió de bobo-dioulasso, burkina faso (2007) água

Centre d'acollida i formació per a paysans sans frontieres, a bingo, burkina faso (2006) educação

Construcció i posada en marxa d'un centre de fisioteràpia a daloa, costa de marfim (2011) saúde

Escola primària a tiémélékro, costa de marfim (2011) educação

Granja-escola per a persones amb discapacitat visual a pitiessi. Bouaké, costa de marfim (2004) educação

Mercat municipal de bangolo, costa de marfim (2001) comércio

Centre d'assistència primària a sakassou, costa de marfim (2000) saúde

Alberg d'acollida per a ex-presos a bouaké, costa de marfim (1997) habitação educação

Intervenció integral sobre l'accessibilitat per a persones amb discapacitat i altres sectors vulnerables en el centre històric de la habana, cuba (2015) urbanismo

Erradicació de "cuarterías" al municipi de las tunas (fase 2) , cuba (2009) habitação

Millora de la qualitat de vida de la població mitjançant la recuperació progressiva del fons habitacional del municipi centro habana, cuba (2009) habitação

Erradicació de cuarterías en el municipi de las tunas (1a fase) , cuba (2006) habitação

Rehabilitació d'habitatges a trinidad, cuba (2001) habitação

Rehabilitació d'habitatges populars o ciudadelas en els barris de zamora, marianao, la habana, cuba (1998) habitação

Rehabilitació de cuarterías a holguín, cuba (1998) habitação

Rehabilitació d'una escola a trinidad, cuba (1998) educação

Taller escola a la habana, cuba (1997) educação

Creació d'aules i tallers ocupacionals a l'escola bartolomé garelli de bastión popular, guayaquil, equador (1999) educação

Projecte casa-granja a sector de limón, cantón santa isabel, cuenca. (fase ii) , equador (1998) habitação

Construcció d'habitatges per a les víctimes del volcà pinatubo a wenceslao Village, filipinas (1997) habitação

Hospital rural a binde, northen region, ghana (1997) saúde

Construcció d'una colònia de 38 cases per a el col·lectiu d'intocables a anantapur, india (1998) habitação

Programa de construcció i equipament d'infraestructures bàsiques per a agrupacions rurals a la regió de bandiagara, mali (2008) higiene

Millora de la xarxa sanitària i productiva a la regió de bandiagara, mali (2008) saúde

Desenvolupament de la xarxa sanitària de base a los altos, chiapas, mexico (1997) saúde

Casa d'acollida solidària per a organitzacions i grups populars a mèxic df, mexico (1997) habitação

Mobilitat sostenible i integració en l'espai públic a l'àrea metropolitana del gran maputo, mozambique (2018) sem informações

Scale-up del sistema de recollida de dades del mecanisme multisectorial d'atenció integral a víctimes de violència al 3 cai de moçambic, mozambique (2018) sem informações

Disseny participatiu urbà amb especial atenció a l'accessibilitat universal i seguretat per a col·lectius vulnerables, mozambique (2018) urbanismo

Desenvolupament de metodologies participatives per a l'empoderament ciutadà basat en la millora de la xarxa municipal de mercats a inhambane, mozambique (2017) urbanismo
Mecanismes d'atenció multisectorial, prevenció i empoderament de les dones en situació de violències masclistes a la província d'inhambane, mozambique (2017) sem informações

Mobilitat sostenible i integració en l'espai públic a la ciutat de maputo, mozambique (2017) urbanismo

Reconstrucció de 50 aules d'escoles dels districtes de maxixe i massinga, mozambique (2017) educação

Habitat 2 : reordenament urbà participatiu i accés al títol de duat a maputo, mozambique (2017) duat

Suport a les entitats públiques i a la societat civil en el procés participatiu d'elaboració d'estratègies i eines contra les violències de gènere a la província d'inhambane, moçambic, mozambique (2017) igualdade de género

Defensa del dret a l'habitatge digne a través de l'accés al títol de duat en els barris informals de maputo, mozambique (2016) duat

Reforç de les capacitats de les entitats públiques i de la societat civil vinculades a la lluita contra la violència de gènere a la província d'inhambane, mozambique (2015) igualdade de género

Formació per defensar el dret a l'habitatge a maputo (col·laboració amb enginyers sense fronteres), mozambique (2014) duat

Desenvolupament i implementació de metodologies de cadastres inclusius a les ciutats de manhiça, inhambane i maxixé, mozambique (2013) duat
Millora de les capacitats institucionals en la gestió del desenvolupament i consolidació d'autoritats locals i xarxes d'autoritats locals, mozambique (2013) urbanismo

Rehabilitació del centre de salut de panda. Província de inhambane, mozambique (2007) saúde

Elaboració del pla director de l'hospital provincial de inhambane i de l'hospital rural de vilankulos, mozambique (2006) saúde

Construcció de l'escola catalunya al barri de goldhunga, katmandú, nepal (1995) educação

Primer mòdul d'habitatge digne a chichigalpa, nicarágua (1999) habitação

Pla de desenvolupament i ordenament urbà i territorial de la ciutat de ocotal, nicaragua (1998) urbanismo

Millora de les condicions d'habitabilitat de la població exclosa a pachacutec, lima, peru (2008) habitação

Casa de la dona huancabambina (ii etapa), peru (2007) igualdade de género

Prototips d'habitatge a tejada lta 33, surco, lima, peru (1998) habitação

Cap a la inclusió social i accés a l´habitatge digne, assessoraments tècnics, espanha (2017) habitação

Cap a la inclusió social i accés a l´habitatge digne, pintura solidària, espanha (2017) habitação

Sensibilització i drets ciutadans, taller en participació ciutadana, espanha (2017) workshop

Sensibilització i drets ciutadans, assessorament tècnic per al projecte repensem el 22@, espanha (2017) workshop

Todos os projetos realizados pela ASF Dinamarca

Pilar Slum Upgrading, Uganda (2018-)	habitação
Land Rights in Maputo, Mozambique (2018-)	duat
Build Outside, Denmark (2017-)	habitação
Dairy Farm in Khovsgol, Mongolia (2015-)	comércio
Casas Melhoradas, Mozambique (2013-)	habitação
Magburaka Education and Computer Centre (mecc), Sierra Leone (2012-)	educação
Traditional Architecture in Post-War Areas, Syria (2013-15)	workshop
Nepal Handicap Centre, Nepal (not realized) (2013-15)	saúde
Aksum Children's Library, Ethiopia (not realized) (2012-15)	educação
Palestine Group/Lifta, Palestine (2012-14)	turismo
Developing Architecture, Denmark (bog) (2013-14)	publicação
Cambodia Kindergartens, Cambodia (2012-14)	educação
Disability Resource Centre, Ghana (not realized) (2011-14)	saúde
Bio Learning Centre, Sierra Leone (2009-14)	educação
Kibera Bio centre, kenya (2010-13)	higiene
Masanga Dwellings, Sierra Leone (2009-14)	habitação
Chameleon School, India (2009-11)	educação
Sustainable Construction, Ghana (not realized) (2009-10)	sem informações
Spatial Statistics, Denmark (exhibition) (2009)	exposição
Christiania "City of Visions", Denmark (2008)	exposição

Fichas de Identidade

Todos os projetos realizados pelos ASF em Moçambique foram sujeitos à mesma ficha de identidade para que seja mais fácil analisá-los paralelamente à luz dos mesmos critérios e para que seja mais fácil consultá-los à medida da leitura da dissertação.

Projetos da ASF Catalunha em Moçambique

Mobilidade Sustentável e Integração do Espaço Público na Área Metropolitana de Grande Maputo sem informações

Data: 2018

Melhoria do Sistema de Recolha de Dados do Mecanismo Multisetorial de Atenção Integral às Vitimas de Violência Doméstica sem informações

Data: 2018

Mecanisnmos de Atenção Multisetorial para o Empoderamento das Mulheres Vítimas de Violência Doméstica em Inhambane sem informações

Data: 2017

Projeto Urbano Participativo, com Atenção Especial à Acessibilidade Universal e Segurança para Coletivos Vulneráveis urbanismo

http://catalunya.asfes.org/projecte/disseny-participatiu-de-lespai-urba-inclusiu/

Data: 2018 - presente

Orçamento: 200.000€

Financiador: Câmara de Barcelona

Colaboradores:
- Direcção Provincial do Género, Criança e Acção Social (DPGCAS)
- Associação dos Paralegais de Inhambane
- Fórum das Associações Moçambicanas dos Deficientes (FAMOD)
- Handicap International
- Conselho Municipal de Inhambane

Beneficiários: Habitantes e usuários vulneráveis do espaço público de Inhambane

Contexto: Segundo estatísticas de 2015, 9,9% da população de Moçambique sofre com alguma deficiência (77% de portadores de deficiência física, 16% de portadores de deficiência mental e 7% de portadores de deficiência física e mental). O relatório de 2010 da Handicap, revela que esta parte da população moçambicana sofre de discriminação familiar, escolar e laboral, apresentando no geral uma taxa de escolaridade mais baixa e uma taxa de desemprego mais elevada.
Em 1999 foi aprovada a primeira legislação direcionada aos portadores de deficiência, mas nunca foi totalmente implementada.

Objetivos Gerais:
- Promover o direito à cidade e à coesão social participativa nos processos de planeamento urbano e criação de espaços públicos, tornando assim a cidade e a sociedade mais inclusivas e sensíveis aos portadores de deficiência física, às mulheres e à comunidade LGBT.
- Ampliar as capacidades institucionais e cívicas para promover a democracia local

Objetivos Específicos:
- Sensibilizar e direcionar as políticas urbanas para uma maior coesão equitativa, tomando especial atenção aos grupos mais vulneráveis da sociedade: os deficientes motores, as mulheres, as crianças e os grupos LGBT
- Fortalecer e formar as capacidades técnicas das instituições públicas e fomentar o diálogo entre as demais instituições e comunidade através de reuniões participativas.

Metodologia:

1ª fase: Identificação das lacunas e dificuldades sentidas, em cooperação com as instituições colaboradoras.

2º fase: Consciencialização da população para que esta entenda e valorize as dificuldades vivenciadas pelos portadores de deficiência e reconheça a importância da inclusão social e acessibilidade universal, assim como trabalhar a perspetiva de género associada à segurança nos espaços públicos, repensando-os com base na experiência quotidiana, promovendo os direitos das mulheres.

3ª fase: Promover o diálogo e o consenso entre as entidades governamentais e a restante população através de momentos de debate.

4ª fase: Definição e implementação de estratégias num bairro piloto através de da participação da comunidade.

5ª fase: Obtenção de um guia de boas práticas, extraído das experiências realizadas, que será incluído nos protocolos futuros de desenho de espaços públicos, apoiando assim, o fortalecimento das instituições e o acompanhamento no desenho de políticas públicas municipais.









Imagem 33, 34, 35 e 36 – Processos Participativos no Projeto de Desenvolvimento de Metodologias Participativas para o Empoderamento dos Cidadãos com Base na Melhoria da Rede de Mercados

Desenvolvimento de Metodologias Participativas para o Empoderamento dos Cidadãos com Base na Melhoria da Rede de Mercados urbanismo

http://catalunya.asfes.org/projecte/nou-projecte-desenvolupament-de-metodologies-participatives-per-a-lapropiacio-i-empoderament-ciutada-basada-en-la-millora-de-la-xarxa-de-mercats/

Data: 2017

Orçamento: sem informação

Financiador:
- Câmara de Barcelona
- Diputación de Barcelona

Colaboradores:
- Conselho Municipal de Inhambane
- Universidade Eduardo Mondlane
- Universidade Pedagógica de Maxixe

Beneficiários: População de Inhambane

Contexto: O Ciclone Dineo (13 a 17 de Fevereiro de 2017) deixou danos severos em Inhambane e destruiu entre outras infraestruturas, os mercados municipais.

Objetivos Gerais:
- Melhoria da rede de mercados municipais.
- Empoderamento dos cidadãos de Inhambane.

Objetivos Específicos:
- Fortalecer a representação da sociedade civil na tomada de decisões institucionais no que diz respeito à manutenção e melhoria das infraestruturas municipais.
- Reconstruir os mercados com base num plano municipal.

Metodologia:
1ª fase: Analisar e diagnosticar os mercados da cidade em parceria com o município**.**
2ª fase: Criação de comissões de gestão individuais dos mercados.
3ª fase: Campanhas de sensibilização e capacitação para a sociedade civil e instituições públicas.
4ª fase: Realização de um regulamento para supervisionar a organização desses espaços públicos.
5ª fase: Aprovação Municipal do regulamento geral e consequente implementação num mercado.

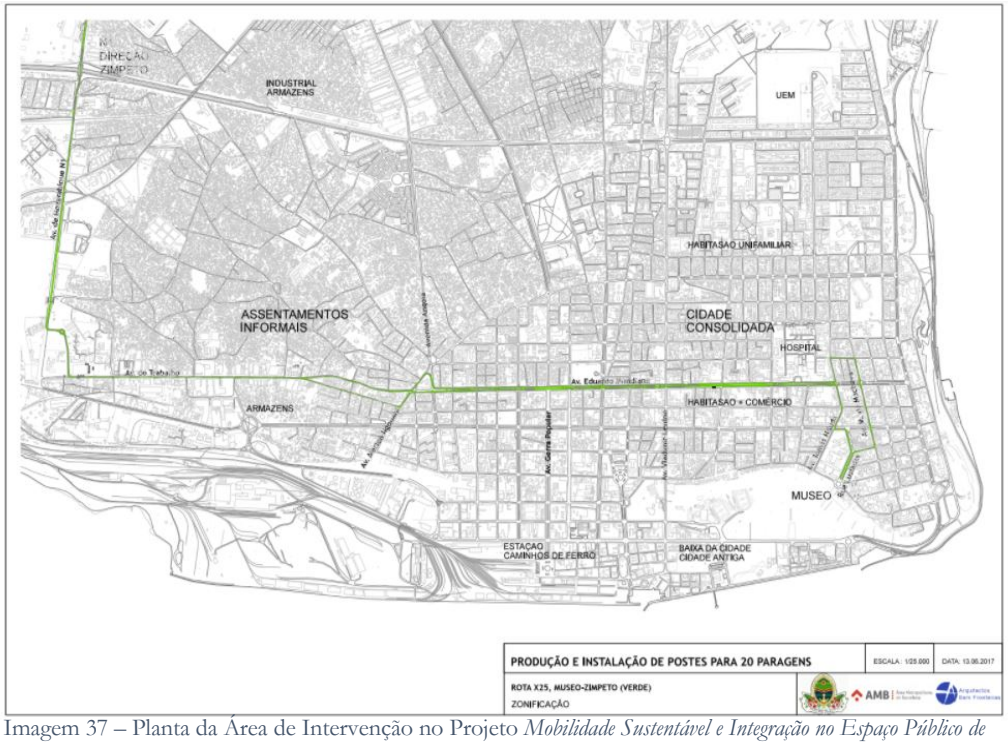


Imagem 37 – Planta da Área de Intervenção no Projeto *Mobilidade Sustentável e Integração no Espaço Público de Maputo*

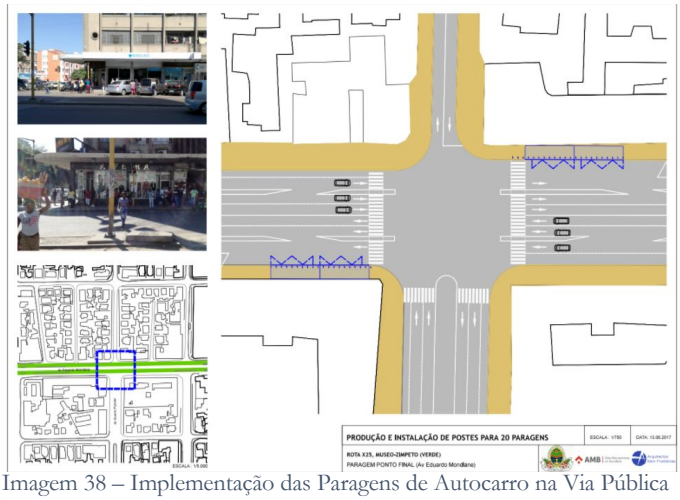


Imagem 38 – Implementação das Paragens de Autocarro na Via Pública



Imagem 39 – Implementação



Imagem 40 – Planificação dos Postes para as Paragens de Autocarro



Imagem 41- Implementação

Mobilidade Sustentável e Integração no Espaço Público de Maputo urbanismo

http://catalunya.asfes.org/projecte/mobilitat-sostenible-i-integracio-en-lespai-public-a-la-ciutat-de-maputo/

Data: 2017

Orçamento: sem informações

Financiador: sem informações

Colaboradores:
- Conselho Municipal de Maputo

Beneficiários:

Contexto: Maputo, é uma cidade que tem vindo a crescer muito a nível demográfico. No entanto, a densidade da cidade é baixa, quando analisamos o número de cidadãos por quilómetro quadrado. Isto leva a que o transporte seja um tópico essencial, dado o aumento exponencial nos deslocamentos diários na metrópole para os quais o sistema de mobilidade não estava pronto. A empresa de transporte público da cidade (EMTPM) atende apenas 20% da demanda, enquanto os 80% restantes são feitos por operadores de transporte alternativos, popularmente conhecidos como "Chapas".

Objetivos Gerais:
- Defender o acesso à cidade igualitária
- Aumento da mobilidade na cidade de Maputo

Objetivos Específicos: -

- Implementação de 20 paragens de autocarros
- Melhoramento do espaço público da cidade através da estruturação da via pública

Metodologia:
1ª fase: Oficinas de conscientização a vários técnicos municipais sobre a importância de uma boa rede de mobilidade e um bom espaço para pedestres.
2º fase: Definir os sítios de intervenção em parceria com o município.
3ª fase: Marcar as paragens dos autocarros com informações sobre a rede de mobilidade pública.
4ª fase: Identificar as paragens de autocarros com a subida e descida de passageiros e zonas proibidas de estacionamento.

Habitat 2: Direito à Cidade nos Bairros Informais de Maputo duat
http://catalunya.asfes.org/projecte/habitat-2-dret-a-la-ciutat-en-els-barris-informals-de-maputo/

Data: 2017- presente

Orçamento: 123.083€

Financiador:
- Câmara de Barcelona
- Câmara de Pamplona
- SELAVIP

Colaboradores:
- Conselho Municipal de Maputo
- Ordem dos Advogados de Moçambique
- Instituto de Acesso à Justiça

Beneficiários: Habitantes dos bairros informais de Maputo

Contexto: Em Moçambique, cerca de 75% da população vive em assentamentos informais, em que a maioria vive em terrenos sobre os quais não tem posses legais. Estes bairros, crescem numa desordem que gera ruas demasiado estreitas, onde a segurança não é garantida e o seu constante crescimento não permite também o desenho de espaços públicos.

Objetivos Gerais:
- Defender o direito à habitação digna nos bairros informas de Maputo.

Objetivos Específicos:
- Facilitar o acesso ao título de DUAT.
- Melhoria dos espaços públicos destes bairros, começando pelo bairro de Chamanculo C.

Metodologia:
1ª fase: Criação de acordos com o município que capacitem os moradores informais e os protejam da especulação.
2º fase: Desenho de espaços públicos que integrem a participação e atentem à igualdade de género e aos portadores de deficiência.
3ª fase: Expansão das capacidades de gestão das instituições públicas e comunidades locais



Imagem 42 – Estado das Escolas após o Ciclone Dineo



Imagem 43 – Estado das Escolas após o Ciclone Dineo

Reconstrução de 50 Salas de Aula em Maxixe e Massinga educação

http://catalunya.asfes.org/projecte/reconstruccio-de-50-aules-ubicades-en-escoles-dels-districtes-de-maxixe-y-massinga/

Data: 2017

Orçamento: sem informações

Financiador: Angariação de Fundos

Colaboradores:
-UN-Habitat

Beneficiários: Alunos da província de Inhambane

Contexto: O Ciclone Dineo (13 a 17 de Fevereiro de 2017) que afetou severamente a província de Inhambane, destruiu casas, estradas e diversos edifícios como escolas e hospitais. Um total de cerca de 1687 salas de aula foram afetadas, influenciado assim cerca de 16.0000 alunos e 5.500 professores e ferindo no total mais de 650.000 pessoas. O acesso à educação também é um grande problema na cidade. De acordo com dados de 2005, 54% das mulheres e 48% dos homens são analfabetos e apenas 55% das crianças se beneficiam do sistema educacional moçambicano.

Objetivos Gerais:
- Reconstrução das salas de aulas destruídas durante o ciclone tropical

Objetivos Específicos:
- Conclusão do projeto antes da próxima época de chuvas
- Reforço das construções, de acordo com a frequência dos desastres naturais

Metodologia:
1ª fase: Início de uma campanha de angariação de fundos
2º fase: Elaboração do projeto técnico em parceria com a UN-Habitat
3ª fase: Abertura de um concurso para empresas
4ª fase: Agilização de um rápido processo de reconstrução



Imagem 44 – Cartaz Publicitário do Projeto *Apoio às Entidades Públicas e à Sociedade Civil Contra a Desigualdade de Género em Inhambane*

Apoio às Entidades Públicas e à Sociedade Civil Contra a Desigualdade de Género em Inhambane igualdade de género

http://catalunya.asfes.org/projecte/suport-a-lelaboracio-destrategies-contra-les-violencies-de-genere/

Data: 2016-2017

Orçamento: 109.152,87 €

Financiador: Agência Catalã de Cooperação para o Desenvolvimento

Colaboradores:
- Plataforma unitària contra les violències de gènere
- Fórum Mulher
- Mahlahle
- Direcção Provincial de Saúde de Inhambane
- Direcção Provincial do Género, Criança e Acção Social (DPGCAS)
- Universitat Politècnica de Catalunya
- Universidade Pedagógica Delegação Maxixe

Beneficiários: Mulheres e grupos vulneráveis à violência de género na Província de Inhambane

Contexto: As políticas de Igualdade de género que Moçambique definiu são muito genéricas e difíceis de aplicar ao nível das comunidades. A violência de género é muito comum, e uma das suas formas mais alarmantes são os casamentos precoces.

Objetivos Gerais:
- Ajudar a garantir que as mulheres desfrutem dos seus direitos em plenitude, muitas vezes violados pela violência de gênero.

Objetivos Específicos:
- Apoio prestado às entidades públicas e sociedade civil no processo participativo de desenvolvimento de estratégias e ferramentas a favor da igualdade de género.
- Alcançar estratégias claras e bem definidas que permitam passar do plano mais teórico para um mais prático.

Metodologia:
1ª fase: Sensibilização da comunidade cívil e entidades públicas sobre a violência de género.
2º fase: Recolha de dados e monitoramento de casos de violência.
3ª fase: Elaboração de um plano estratégico que cubra as áreas de: saúde, educação, justiça, liderança e comunidade local, práticas, tradições e costumes.
4ª fase: Tradução do idioma oficial da legislação e das políticas em vigor para os idiomas locais.

Defesa do Direito à Habitação Digno nos Bairros Informais de Maputo Através do DUAT duat

http://catalunya.asfes.org/projecte/defensa-del-dret-a-lhabitatge-digne-en-els-barris-informals-de-maputo/

Data: 2016 - Presente

Orçamento: 88.438,20€

Financiador: Câmara de Barcelona

Colaboradores: sem informações

Beneficiários: habitantes dos bairros informais de Maputo

Contexto: sem informações

Objetivos Gerais:
- Defender o direito à habitação digna nos bairros informais de Maputo.

Objetivos Específicos:
- Ajudar na obtenção dos títulos de DUAT

Metodologia: sem informações

Reforço das Capacidades das Entidades Públicas e Sociedade Civil contra Violência De Género em Inhambane igualdade de género

http://catalunya.asfes.org/projecte/reforc-a-la-lluita-contra-la-violencia-de-genere-a-inhambane/

Data: 2015-2016

Orçamento: 85.000€

Financiador: Agência Catalã de Cooperação para o Desenvolvimento

Colaboradores:
- Plataforma Unitària Contra les violències de Gènere.
- Direcção Provincial de Saúde de Inhambane
- Direcção Provincial do Género, Criança e Acção Social (DPGCAS)
- Universitat Politècnica de Catalunya

Beneficiários: Mulheres e grupos vulneráveis à violência de género na Província de Inhambane

Contexto:
A missão principal é reforçar as capacidades das entidades públicas e da sociedade nesta luta. Deste modo, durante seminários, informaram-nos sobre a legislação, políticas e mecanismos de coordenação existentes para que a responsabilidade destes membros seja mais incidente e participativa no contexto político deste país.

Objetivos Gerais:
- Ajudar as mulheres a usufruir dos direitos violados pela violência de género: direito à proteção, direito à saúde física e mental, direito à identidade, direito ao afeto, direito à paz e relacionamentos pessoais, desenvolvimento pessoal, participação social e política, não discriminação e igualdade de oportunidades.

Objetivos Específicos:
- Informar a sociedade civil e as instituições públicas da legislação, políticas e mecanismos estaduais de coordenação.

Metodologia:
1ª fase: Realização de seminários provinciais com especialistas nacionais e internacionais com a participação da comunidade.
2º fase: Desenvolvimento de ferramentas que melhorem o atendimento jurídico e de saúde das vítimas.
3ª fase: Criação de um aplicativo multissetorial para levantar e monitorar casos.

Formação para Defender o Direito à Habitação em Maputo duat

http://catalunya.asfes.org/projecte/formacio-per-defensar-el-dret-a-lhabitatge-a-maputo-col·laboracio-amb-enginyers-esf/

Data: 2014-2015

Orçamento: 88438,20€

Financiador:
- Câmara de Barcelona
- Câmara de Gavá
- Câmara de l'Hospitalet,
- Câmara de Sant Cugat

Colaboradores:
- Enginyers Sense Fronteres
- Plataforma para o Desenvolvimento de Maxaquene A

Beneficiários: habitantes e associações comunitárias no distrito de Maxaquene

Contexto: Dado o aumento da especulação urbana de Maputo, a informalidade dos bairros da Capital ameaça os moradores que, por não possuírem documentos que comprovem os seus direitos à propriedade, correm o risco de serem expulsos das suas próprias casas.

Objetivos Gerais:
- Capacitar os habitantes e as associações comunitárias de Maxaquene para o direito à cidade.

Objetivos Específicos:
- Fornecer suporte e ferramentas aos habitantes para negociar com investidores sobre a compra de suas casas e para gerir as etapas administrativas do registo das suas propriedades.
- Empoderar a Plataforma para o Desenvolvimento de Maxaquene A para que possam melhor aconselhar a população sobre os seus direitos e deveres relacionados ao bairro.

Metodologia: sem informações

Desenvolvimento e Implementação ee Metodologias Prediais nas Cidades de Manhiça, Inhambane e Maxixé duat

http://catalunya.asfes.org/projecte/cadastres-inclusius-a-manhica-inhambane-i-maxixe/

Data: 2013-2015

Orçamento: 132.091€

Financiador: Câmara de Barcelona

Colaboradores:
- Conselho Municipal de Inhambane
- Conselho Municipal de Maxixe
- Conselho Municipal de Manhiça

Beneficiários: Municípios e munícipes de Inhambane, Maxixe e Manhiça

Contexto: sem informações

Objetivos Gerais:
- Melhorar o acesso ao DUAT.

Objetivos Específicos:
- Melhorar o acesso a serviços básicos e segurança da posse da terra da população urbana dos 3 municípios moçambicanos através do uso do cadastro inclusivo municipal como ferramenta para uma abordagem urbana mais social e justa.

Metodologia:
1ª fase: Recolha de dados de 9 bairros dos municípios beneficiários e criação de uma base de dados geral.
2º fase: Disponibilização desses dados ao município através de ferramentas GIS.

Melhoria das Capacidades Istituitucionais na Gestão do Desenvolvimento e Consolidação das Autoridades Locais urbanismo

http://catalunya.asfes.org/projecte/millora-de-les-capacitats-institucionals-dautoritats-locals-a-brasil-i-mocambic/

Data: 2013-2015

Orçamento: 830.205,00 €

Financiador:
- União Europeia
- Câmara de Barcelona

Colaboradores:
- United Cities and Local Governments
- UNESCO
- UN-Habitat
- Cities Alliance
- Governo norueguês

Beneficiários: 10 municípios moçambicanos, todas as suas sociedades civis e associações comunitárias.

Contexto: sem informações

Objetivos Gerais:
- Capacitação das autoridades locais do Brasil e Moçambique através de ferramentas de desenvolvimento e boas práticas em relação ao desenvolvimento, adaptação local e gestão de conhecimento.

Objetivos Específicos:
- Ações de formação e boas práticas sobre planeamento básico, direito à propriedade, orçamento participativo e plano de negócios.

Metodologia: sem informações

Rehabilitação do Centro de Saúde de Panda em Inhambane saúde

http://catalunya.asfes.org/projecte/rehabilitacio-del-centre-de-salut-de-panda/

Data: 2007-2008

Orçamento: 54.500€

Financiador:
- Agência Catalã de Cooperação para o Desenvolvimento

Colaboradores:
- Direção Provincial de Saúde de Inhambane

Beneficiários: os 35.000 habitantes que vivem na região do centro de saúde.

Contexto: sem informações

Objetivos Gerais:
- Melhoria da qualidade ambiental e do sistema de resíduos hospitalares através de um novo protocolo.

Objetivos Específicos:
- Criação de um novo protocolo de gestão de resíduos hospitalares.
- Introdução do novo protocolo aos funcionários do centro de saúde.

Metodologia: sem informações

Elaboração do Plano Diretor do Hospital Provincial de Inhabane e do Hospital Rural de Vilankulos saúde
http://catalunya.asfes.org/projecte/elaboracio-del-pla-director-de-dos-hospitals-mocambiquenys/

Data: 2006-2007

Orçamento: 92.000€

Financiador:
- Agência Catalã de Cooperação para o Desenvolvimento

Colaboradores:
- Direção Provincial de Saúde de Inhambane

Beneficiários: Os 800.000 habitantes que vivem na região do hospital provincial de Inhambane e os 150.000 habitantes da região do hospital de Vilankulos

Contexto: sem informações

Objetivos Gerais:
- Contribuir para a melhoria da saúde da população da província de Inhambane, com foco na população mais carenciada a nível do acesso à saúde.

Objetivos Específicos:
- Desenvolver o plano diretor dos dois hospitais.
- Identificação da necessidade de construção de um centro de saúde em Vilankulos.

Metodologia: sem informações

Projetos da ASF Dinamarca em Moçambique

Direito à Propriedade em Maputo duat

https://arkitekterudengraenser.dk/land-rights-in-maputo/?lang=en

Data: 2018-2019

Orçamento: 53.532,27 €

Financiador:
- Civilsamfund i Udvikling

Colaboradores:
- Estamos

Beneficiários: 22.000 habitantes do bairro informal de Maputo, Maxaquene D.

Contexto: Dado o aumento da especulação urbana de Maputo, a informalidade dos bairros da Capital ameaça os moradores que, por não possuírem documentos que comprovem os seus direitos à propriedade, correm o risco de serem expulsos das suas próprias casas.

Objetivos Gerais:
- Melhorar as condições de habitação nos bairros informais de Maputo.

Objetivos Específicos:
- Ajudar os habitantes no processo de aquisição do DUAT.
- Sensibilizar a comunidade para os seus direitos e deveres para com as propriedades onde habitam.

Metodologia:
1ª fase: Informar a população da importância da legalização formal das propriedades e as suas consequências.
2º fase: Numa área menor (de 500 residentes), providenciar ajuda com a burocracia relativa aos casos individuais da aquisição do DUAT.
3ª fase: Repetir a experiência em projetos subsequentes.









Imagem 45, 46, 47 e 48 – Fases 1, 2, 3 e 4 do Projeto *Casas Melhoradas*

Casas Melhoradas habitação

https://arkitekterudengraenser.dk/casas-melhoradas/?lang=en

Data: 2014-presente

Orçamento: 95.667,80€

Financiador:
- angariação de fundos
- Tækker Group
- Statens Kunstfond
- Danmarks Nationalbanks
- Jubilæumsfond,
- Martha og Paul Kerrn-Jespersen Fonden,
- Dreyers Fond

Colaboradores:
- Estamos
- Departamento de Assentamentos Urbanos - KADK

Beneficiários: Habitantes dos bairros informais de Maputo

Contexto: A tipologia habitacional típica da cidade de Maputo corresponde a edifícios de apenas um piso, o que leva a que a densificação da cidade seja extramente fraca. Uma vez que a procura junto dos centros urbanos é grande, a construção de mais pisos é uma das formas de alojar mais pessoas sem a necessidade de mais terrenos ou infraestruturas.

Objetivos Gerais:
- Melhorar a qualidade da habitação de baixo custo, torná-la mais acessível e desenvolver tipologias residenciais que melhorem o aproveitamento do espaço.

Objetivos Específicos:
- Desenvolver os bairros informais na vertical, aumentando pisos para que área seja liberta para outros propósitos como espaço público, tornando assim a cidade mais densa.
- Projetar com métodos tradicionais que permitam os próprios beneficiários construir as suas casas com materiais correntes.
- Demonstrar técnicas construtivas sustentáveis, tais como a utilização de blocos de terra comprimida.

Metodologia:
1ª fase: Reconstrução de uma casa com base na reinterpretação da casa tradicional moçambicana (de madeira e zinco) a uma cota superior à do chão.
2º fase: Melhoramento do método utilizado na 1ª fase e construção de uma casa com 2 pisos, explorando como o 1º piso pode ser integrado no espaço sociocultural do bairro.

3ª fase: Reforço da estrutura de uma casa já existente, de maneira a que o 1º andar seja possível de construir.
4ª fase: Construção de duas casas geminadas de 2 pisos, a partir de tijolos de terra comprima, e preparadas para a adição de um 3º piso se necessário.

Entrevistas

As entrevistas presentes foram realizadas em dois formatos distintos. As duas primeiras entrevistas seguem o mesmo modelo, dedicado aos ASF, e as restantes duas seguem um modelo dedicado ao panorama geral moçambicano. Todas, iniciam com uma breve biografia dos entrevistados.

Johan Mottelson: Arquiteto, urbanista e investigador e membro dos AUG Denmark. Formado pela Royal Danish Academy of Fine Arts School of Architecture, e atualmente a fazer o seu doutoramento sobre a forma urbana dos assentamentos informais na África Oriental. Foi aluno de intercâmbio na universidade Eduardo Monlane em Maputo, onde iniciou o seu projeto *Casas Melhoradas*. Teve presença no pavilhão dinamarquês na Bienal de Veneza em 2016 com o mesmo projeto.

Como é que os Arquitetos Sem Fronteiras Dinamarca (AUG) começaram a trabalhar em Moçambique?

Essa é uma pergunta um pouco pessoal, porque só eu e outra pessoa que estamos responsáveis pelos projetos dos ASF Dinamarca em Moçambique. O meu colega é um professor mais velho, que começou a trabalhar em Moçambique nos anos 80, durante a guerra civil. Ele trabalhava enquanto urbanista numa época onde só existiam 3arquitetos no país inteiro após a independência. Ele fez vários anos de investigação e trabalho de campo. Eu acabei em Moçambique enquanto estudante de intercâmbio na Faculdade de Arquitectura e Urbanismo de Maputo, há quase 10 anos atrás. Eu achei que era interessante discutir o desenvolvimento informal em África Subsariana, e em como se deve trabalhar neste campo enquanto arquiteto ou urbanista. Posto isto, comecei a desenvolver o projeto *Casas Melhoradas*, e depois quando voltei à Dinamarca, falei com os ASF e comecei a colaborar com o meu colega Jan obtivemos algum financiamento e começámos a construir as primeiras casas.

No projeto Casas Melhoradas e Land Rights em Maputo, qual foi a relação entre vocês AUG e o governo? E com a comunidade?

Eu acho que existem muitas coisas que têm que ser ditas neste tópico. É um problema complexo. Os assentamentos informais, estão em alguma medida numa condição extra legal. É um pouco controverso em termos de autoridades, porque estes assentamentos não são legais. Construir e desenvolver arquitetura pode ser por vezes um pouco complexo. Eles constroem casas todos os dias sem as permissões formais. E até os governos locais têm dificuldades em gerir as permissões formais porque não existe uma base legal sólida para isso. Quando nós realizamos os nossos projetos arquitetónicos, temos várias interações com as autoridades locais mas agora também começámos a trabalhar a uma escala urbana – a fazer o planeamento urbano de Maxaquene e trabalhamos com o direito à propriedade, providenciamos o direito à propriedade formalizado, para que as pessoas possam ter um acesso mais facilitado a um lote. Ao fazermos isto, temos que colaborar com o governo municipal a fim de mantermos a nossa atividade e também dialogar com eles sobre o planeamento urbano e os seus requerimentos. No geral, a nossa relação é boa, eles suportam o nosso trabalho.

Sobre a relação com a comunidade, no geral eu diria que as pessoas são muito positivas sobre o nosso trabalho. Cada vez que eu estou em Maputo eu vivo no bairro de Maxaquene, que é um dos principais bairros e por isso estou de certo modo envolvido na comunidade. A minha visão sobre isto é que eles apreciam muito a nossa presença lá.

Como idealizaria o processo perfeito de atuar?

Bem, numa situação ideal eu penso que se trabalhássemos com orçamentos maiores, poderíamos fazer mais coisas interessantes porque estamos condicionados a um nível muito local. Por isso, um dos nossos maiores objetivos com o que estamos a fazer agora é conseguirmos passar para uma escala maior para que consigamos gerar mais impacto e

fazer coisas entusiasmantes e abranger as condições da cidade para fazer uma melhor arquitetura.
No geral, eu acho que gostaríamos de ir para uma situação em que trabalhamos numa escala urbana e cada vez mais global. Na verdade, eu acho que nós estamos a ir nessa direção, por isso estou otimista.

Acha que o projeto Casas Melhoradas poderia ser reproduzido no resto do país ou até mesmo em países diferentes?

Eu acho que se tivesse que trabalhar noutro contexto não faria o mesmo exato projeto. Eu comecei a desenvolver as Casas Melhoradas enquanto ainda era estudante, e agora consigo ter uma visão mais realista sobre as coisas, tenho mais experiência. Seria interessante trabalhar noutros países, mas neste momento estou tão ocupado que não me veria a trabalhar com o mesmo grau de envolvimento do meu lado agora, mas quem sabe.... Acredito que uma das características chave do que nós fazemos em Maputo é que trabalhamos a um nível extremamente local. Apesar de liderarmos o projeto, trabalhamos com artesãos locais e sempre em grande contacto com a comunidade. Acho que demora tempo a construir este tipo de relações com a comunidade, eu trabalho com as mesmas pessoas há 6 anos. Requer muito tempo e conhecimento para desenvolver uma relação profissional assim, especialmente em assentamentos informais na África subsariana onde tradicionalmente as relações de trabalho são construídas sobre confiança mútua.

Como conseguem financiar os vossos projetos?

Nós fazemos vários pedidos de financiamento para as nossas propostas.

Para além dos edifícios ou projetos em si que desenvolveram, acha que a comunidade de usuários ganhou algo para além disso?

Enquanto arquiteto, logicamente estou condicionado ao mundo físico. Nós trabalhámos imenso com habitação nos últimos 6 anos passados e em todos os projetos adicionar algo com uma dimensão pública. Adicionámos sítios onde as pessoas se podem sentar e relaxar à sombra em contacto com a rua. Ao providenciar espaço público digno e decente damos um pequeno passo para uma comunidade mais integrada e participativa. É nos difícil resolver todos os problemas do mundo enquanto arquitetos, apenas podemos influenciar com as nossas ferramentas e disposição. Por isso, nós tentamos fazer coisas pequenas como acrescentar espaço público qualificado aos projetos.
Acabei de regressar de Maputo na semana passada, e terminámos de fazer a renovação de uma praça pública que irá estar online provavelmente em 2 semanas.

Qual é a ligação dos AUG com os projetos já concluídos?

Bem, os edifícios têm uma vida inteira pela frente depois de estarem concluídos. As pessoas depois apropriam-se das casas e isso é uma coisa boa na minha opinião. Eu gosto de ver como os habitantes adicionam pequenas antenas para as televisões e coisas assim. Mas nós fazemos aluguer de casas, então garantimos que as casas estão em boas condições para tal. Com esse dinheiro que recolhemos, asseguramos financiamento para projetos futuros.

Em Moçambique existem projetos dos Arquitetos Sem Fronteiras das organizações da Dinamarca e da Catalunha. Qual é a relação entre estas duas instituições?

A ASF Espanha é financiada com dinheiro de Barcelona e estão em Moçambique há mais tempo, estão atualmente a desenvolver um grande projeto num bairro chamado Chamanculo onde trabalham questões como urbanismo, direito à propriedade, a expansão das ruas. E eu estou a trabalhar com eles na habitação dessa área também. Tenho muito contacto com os ASF Catalunha, mas por sua vez eles recentemente restruturaram a sua organização e na verdade eles têm muitos projetos próprios, tal como os ASF Moçambique.

Que conselho daria a uma ONG que trabalha no contexto arquitetónico em Moçambique? E aos administrativos urbanos locais?

Normalmente quando as ONGs chegam até mim é porque têm algum problema que gostariam de resolver e eu ou desenvolvo algum trabalho ou lhes dou a minha opinião. Com outras ONGs, usualmente preocupam-me os problemas específicos e no caso dos ASF Moçambique, eu trabalhei no projeto de habitação do Chamanculo C. No caso dos WSUP (Water and Sanitation for the Urban Poor) eu ajudei a desenhar o sistema de saneamento... Também forneço consultadorias arquitetónicas.

Quanto aos administrativos urbanos, não sei se tenho qualificações suficientes para lhes dar conselhos. Eu prefiro ouvir o que eles dizem do que dizer o que eu penso.

Mas neste momento, estamos a passar por uma situação onde as autoridades públicas escasseiam de recursos para administrar a situação urbana, ou seja, temos uma expansão urbana e intensificação que não são estruturadas, não só por esta falta de recursos ao nível administrativo mas também ao nível local (comunidade). As pessoas não conseguem contratar um arquiteto, urbanista ou engenheiro para desenvolver um projeto de habitação que eles possam submeter à aprovação do município. As pessoas não têm a posse formal dos terrenos porque a administração não tem os recursos necessários que promovam o planeamento essencial e os processos legais para o desenvolvimento urbano. Assim existem dois lados do paradigma: a falta de recursos administrativos e a falta de recursos da comunidade. E enquanto estes problemas não forem resolvidos, o crescimento urbano informal vai continuar e eu defendo que alguns modelos de balanço deveriam ser aceites ao nível administrativo legal, enquanto parte da solução e não enquanto parte do problema. Acho necessária uma reformulação dos processos legais relativos ao urbanismo para que se produza urbanismo mais inclusivo e sustentável, onde situações equilibradas são de certo modo aceites, mas supervisionadas para que se criem cidades saudáveis.

Acha que os arquitetos recém-formados estão prontos para este género de trabalho quando saem da Universidade?

Eu acho que isto se enquadra numa área especializada onde a educação arquitetónica no geral não é boa e é por isso que tão poucos arquitetos ocidentais e africanos estão envolvidos nestes tópicos. Acho que na América Latina a situação é um pouco melhor, mas em geral a problemática do urbanismo informal do sul global deveria ter soluções arquitetónicas qualificadas. Isto também é uma questão política sobre restruturar a educação da arquitetura.

Maria Grande: Responsável técnica da demarcação ASF Catalunha desde 2017. Pertence à ASF desde 2000 e foi responsável pelos projetos realizados em Burkina Faso entre 2014 e 2017. É arquiteta pela Universidade Politécnica de Madrid e tem especializações em restauro e reabilitação de edifícios antigos; cooperação para o desenvolvimento dos assentamentos humanos precários e arquitectura efémera, montagem expositiva e museológica entre outras formações específicas sobre cidades africanas.

Como é que os Arquitectura Sem Fronteiras Catalunha começaram a trabalhar em Moçambique?

A origem está na viagem a Moçambique de um colega arquiteto que trabalhava como guia e através dos contactos que tinha, encarregou-se por começar a fazer Arquitetura Sem Fronteiras ao desenhar o plano geral de um hospital. Assim começou a gerar mais contactos e a partir daí começaram a surgir mais coisas. Foi assim que começámos.

Qual acredita ser o vosso maior projeto?

Todos são grandes, mas acredito que existem 2 que se destacam: um é em Maputo, que é a restruturação de bairros precários e outro está Inhambane que é o apoio à direção provincial de saúde e de género para a criação de centros de atenção integrada a mulheres que sofrem de violência.

Qual foi a relação entre vocês ASF Catalunha e o governo? E com a comunidade?

O governo é muito pequeno. Trabalhamos com todas as instituições do país. Trabalhamos sobretudo com a direção provincial de saúde, a direção provincial de género, a direção provincial de educação, a câmara de Inhambane e depois a câmara de Maputo e a agência metropolitana de Maputo também. A relação com todos é bastante boa porque o trabalho que fazemos em Moçambique apoia as políticas em vigor: as leis e os objetivos governamentais sobre alguns temas, e ajudamo-los com isso. Não estamos a criar nada novo, então as instituições recebem-nos bem porque financiamos os seus propósitos.

A relação com a comunidade é muito boa também porque vinculamos as pessoas aos projetos e elas são os beneficiários diretos dos projetos que fazemos. Todos os projetos têm processos participativos e tomadas de decisão entre comités onde estão presentes os beneficiários diretos e as outras instituições. Isso é muito bom, é muito complicado, mas no fim compensa sempre.

Como idealizaria o processo perfeito de atuar?

O problema que temos em Moçambique é que a política está vinculada a instituições, está sempre dependente de quem é o chefe em cada departamento. E já lidámos com chefes que não estavam de acordo com o que fazíamos. O ideal seria ter os que têm o poder do nosso lado porque se não, complicam-nos muito a vida. O ideal também seria que a burocracia em Moçambique fosse menor, por exemplo e também termos mais apoio no geral e que existissem menos conflitos. Mas isto é um ideal utópico... E precisaríamos também de mais fundos para criar novas equipas, porque as nossas equipas acabam por trabalhar mais do que deveriam e cansam-se imenso. Falta-nos sempre dinheiro não só para a execução, ou seja, uma execução mais competente, mas também para a formação os cidadãos, para que os habitantes locais sejam empoderados.

Como conseguem financiar os vossos projetos?

O governo local dá-nos apoio mas não nos financia. Fornecem-nos espaços de reunião, dispensam técnicos que nos ajudem nos projetos mas não nos dão dinheiro.

O dinheiro vem sempre de instituições espanholas.

Qual dos vossos 13 projetos funcionou melhor e pior? Porquê?

Em relação à atualidade, os que correram melhor, são todos os que se encontram em Maputo, onde um trabalho ao nível do urbanismo ainda assim está mais desenvolvido e funcionam todos mesmo muito bem. O que funcionou pior foi um projeto realizado em Mecúfi, que fica em Pemba, no norte do país e funcionou mal porque o projeto começou no início da crise económica que vivemos em Espanha e apesar de não poder contar em detalhe, a identificação do problema não foi correta e houve alguns percalços no caminho e tivemos que parar o projeto antes de estar concluído.

Para além dos edifícios ou projetos em si que desenvolveram, acha que a comunidade de usuários ganhou algo para além disso?

Os edifícios não são o mais importante. O mais importante são todas as formações, sensibilizações e capacitações. É isso que faz com que as pessoas se sintam fortes para poder apoiar as propostas e fazer seus os projetos. Essa é a parte mais importante, os projetos e não as construções. Fazemos tudo isto porque não queremos converter os edifícios em espaços vazios e sem uso.

Ao longo dos anos detetámos que ao vincularmos a população aos projetos em si, através de processos participativos, formações e sensibilizações, e não só pedir a sua participação, a população sente que o projeto lhes pertence também e isso é muito importante. E é por isso que nos apoiamos em associações locais, em urbanizações sociais e povoações locais, sendo que nunca trabalhamos sozinhos, trabalhamos com muita gente local que nos apoia e assim garantimos que os projetos sigam em frente sozinhos.

Qual é a ligação dos ASF Catalunha com os projetos já concluídos?

Como temos continuidade do caso de Moçambique, são feitos seguimentos. Os projetos muitas vezes não são projetos fechados, mas sim fases do mesmo projeto por assim dizer. Por exemplo, nos bairros precários estamos a trabalhar lá há 4 anos e em cada ano vamos vendo o que se está a passar em relação ao que já fizemos nos anos anteriores. Isto faz com que o anterior seja o trampolim para o próximo. É usar os erros que vimos nos feitos passados e melhorar nas fases seguintes. Estamos vinculados constantemente aos projetos concluídos porque o que vamos desenvolvendo é sempre uma continuação do anterior, com o qual existe sempre uma revisão para podermos continuar. Evitamos ao máximo que os edifícios caiam em desuso. E antes de iniciarmos qualquer construção, já sabemos os mecanismos para por exemplo numa escola, ter a certeza de que irão existir professores. Isto é uma vantagem que existe por termos uma equipa local em Moçambique que nos mantém sempre informados. Noutros países por exemplo, não podemos lá voltar porque estão em conflitos internos ou coisas do género. No entanto, por norma, nunca perdemos o contacto.

Em Moçambique existem projetos dos Arquitetos Sem Fronteiras das organizações da Dinamarca e da Catalunha. Qual é a relação entre estas duas instituições? E os ASF Moçambique?

Não temos nenhum contacto com a demarcação dinamarquesa. A única coisa em comum é que pertencemos ambos à plataforma de ASF Internacional. Falo enquanto demarcação da Catalunha. Os ASF Dinamarca nunca nos contactaram para participar em algum projeto.

Quanto aos ASF Moçambique, eles são uma sub-demarcação da nossa. É o gabinete dos ASF Catalunha Moçambique, temos um representante do país lá e escritório também. São como se fossem filhos da demarcação espanhola.

Que conselho daria a uma ONG que trabalha no contexto arquitetónico em Moçambique? E aos administrativos urbanos locais?

É importante perceber o que é que as pessoas necessitam. É o primeiro passo, perceber como são as pessoas para poder intervir. Quanto aos governantes é importante que percebam que o ser humano necessita de viver em lugares bons e agradáveis, as pessoas devem sentir-se bem e seguras nas suas cidades. Isto é o básico para um bom funcionamento de uma sociedade, algo em que a administração pública se deveria focar e colocar mais intenções de melhoria.

Acha que os arquitetos recém-formados estão prontos para este género de trabalho quando saem da Universidade?

Não. Para este tipo de arquitetura é preciso ter uma sensibilidade específica que a Universidade não ensina a trabalhar noutras culturas. É preciso ter a mente aberta para nos podermos transformar quando estamos noutro sítio e conseguir observar as comunidades e perceber o que realmente precisam e não o que nós enquanto arquitetos individualmente queremos fazer. É importante conhecer os contextos internacionais que existem de cooperação, o que significa cooperação e desenvolvimento que é um termo quase obsoleto... O discurso está a mudar e agora diz-se cooperação para um mundo mais justo e por isso é preciso ter conhecimentos a este nível: como se fazem os projetos, como se justificam, como se move o dinheiro de um lado para o outro, cultura de outros países, estar-se preparado para lidar com contextos difíceis e trabalhar todo o tema de processos participativos. Enquanto arquitetos não conseguimos obter estes conhecimentos através da universidade.

Jéssica Lage: "Arquiteta e planeadora física, formada na Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane em Maputo. Possui pós-graduação em Espaço Habitacional e Formas de Habitar pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, onde é actualmente doutoranda. Participou em projetos de investigação e extensão universitária, seminários, conferências internacionais e publicações, principalmente sobre a habitabilidade básica nos bairros autoproduzidos de Maputo."[259] Infraestruturas em Angola e Moçambique 14 nov 2019

Como descreve sinteticamente a situação urbana do país? A situação altera-se da capital para as restantes cidades/povoações?

A situação urbana do país em Moçambique em geral, dando um pouco de contexto, acho que a guerra civil e a crise económica que surgiu depois da independência, degradaram muito qualquer tipo de infraestruturas que existiam tanto no centro urbano como nas periferias. E essas periferias já tinham muitas carências e foram deixadas para segundo plano e foram-se desenvolvendo e consolidando e agravaram a situação urbana que já existia na altura. Depois disso, houve um êxodo rural muito grande, principalmente para todas as cidades principais do país, e consequentemente as suas margens urbanas foram crescendo com problemas principalmente habitacionais e infraestruturais. Isto é um enquadramento geral da situação urbana de todas as cidades principais, não das zonas rurais. Por volta do ano de 1992 começa a existir uma densificação na construção nessas grandes cidades e atualmente quase 40% do país possui áreas urbanas propriamente ditas (ou seja legalmente) tudo o resto é considerado rural porque temos uma grande parte de áreas agrícolas, áreas afetas à estrutura ecológica e outras institucionais que não se enquadram nas áreas urbanas. Destes 40%, cerca de 70% são áreas autoproduzidas/informais e esta é uma situação muito difícil de conter porque temos um mercado formal de habitação que é inacessível a essa população. Temos uma grande procura habitacional por causa da aceleração urbana. E mesmo a gestão urbana, não só planificação, mas também recursos financeiros e recursos técnicos, não estão diretamente direcionados às necessidades da população que é mais carenciada. Existe muita corrupção, existem interesses políticos no mercado de terras que fazem com que isto não se desenvolva exatamente como deveria. Outra questão crítica é, existir muita centralização dos próprios serviços básicos, e que são poucos os centros urbanos pelo país todo que possuem a cobertura além do próprio centro ou da própria cidade, então os serviços e as infraestruturas estão todos centralizados e todas as margens urbanas crescem descontroladamente e sem esses serviços básicos. Acho que na capital (Maputo) a questão é similar porque os problemas são transversais a todas as cidades e a todo o país em si. Mas o grande problema de Maputo é que a dimensão da dualidade é mais acentuada, com maiores disparidades entre o centro urbano e estas margens e agrava-se principalmente na cintura deste centro urbano de Maputo porque as pessoas de quase toda a parte do país vão para a capital, na ideia de melhorar as suas condições mas infelizmente, como o centro urbano já está ou saturado ou sem sítios para essas pessoas que não têm condições financeiras para pagar, vão todos parar aos assentamentos informais das periferias. O problema mais uma vez, agrava-se porque não existem condições nenhumas de habitabilidade. A situação é em todo o país parecida, mas na capital é mais notável.

---

[259] Biografia retirada do panfleto do colóquio *Infraestruturas em Angola e Moçambique – legados, desafios futuros*

- A nível nacional acha que a arquitectura desenvolvida por ONGs em Moçambique é frequente?

As ONGs entraram em Moçambique em força durante a guerra civil, mas mais viradas para a ajuda humanitária. Depois do término da guerra em 92, entram ONGs mais no contexto urbano para ajudar a reconstruir o país principalmente a nível das infraestruturas e dos equipamentos públicos (por exemplo escolas e hospitais). Houve também um período onde se deu a liberalização da economia, o que fez com que as ONGS chegassem para tentar desenvolver socialmente e economicamente o país. Fiz uma pesquisa breve em relação aos números, e eram cerca de 200 ONGs internacionais e cerca de 20 ONGs moçambicanas que desenvolveram trabalho. Existiu uma, da qual tenho um pouco mais de conhecimento que se chama AMDU – Associação Moçambicana para o Desenvolvimento Urbano e que foi um grande exemplo para várias áreas de atuação, principalmente em construção de escolas e hospitais, não só nos centros das cidades mas principalmente nas zonas rurais. Sobre o campo de atuação atual, existem cerca de 430 ONGs internacionais a atuar, mas o problema é que quase todas elas estão viradas para a área da saúde, da agricultura, da alimentação e do género. São poucas as que estão ligadas diretamente só à arquitetura ou à construção do meio urbano. A minha opinião pessoal é que, este último tipo de ONGs não são tão expressivas como se gostaria, obviamente. No contexto nacional, acho que acabam por ser sazonais e de acordo com situações pontuais. Dou o exemplo do ciclone Idai (Março, 2019) que devastou grande parte da Beira e arredores. Aí sim, vê-se que na necessidade de intervenções urgentes, as ONGs vêm só durante o período de pós calamidade, não para ficar no país a desenvolver situações do dia a dia. Claro que existem outras mais permanentes, mas também mais recentes, como é o caso dos ASF cá. Do que sei, os ASF atuam desde 2015 em Maputo, mas antes disso já trabalhavam em Inhambane.

Na área da arquitetura, não conheço mais nenhuma, pelo menos com impacto atual relevante. A atuação desde tipo de ONGs cá por norma é muito insipiente.

- Será necessária mais intervenção do estado moçambicano em políticas urbanas? E de ONGs?

Claro. Sempre e cada vez mais! O ordenamento tem que ser uma prioridade cá. O tecido urbano em Moçambique sofreu muitas intervenções com várias políticas urbanas e habitacionais, várias tentativas de ordenamento e reordenamento que também tiveram vários investimentos tanto públicos como privados, incluindo ONGs. Mas o problema da rápida urbanização e consequente densificação afetaram a implementação dos planos que estavam em vigor, ou pelo menos em processo de serem aprovados. O Estado não possui recursos, nem financeiros nem técnicos e por isso existe uma grande dificuldade na implementação destas políticas urbanas. A gestão urbana é da responsabilidade do Estado e dos seus municípios. O problema é que depois existem instituições governamentais, entidades gestoras públicas, entidades gestoras privadas, planos de financiamento externo com agendas para o desenvolvimento urbano. Isto gera não só lacunas graves em algumas das áreas prioritárias que depois são deixadas para segundo plano por não terem interesse político mas também gera uma sobreposição de responsabilidades em que não há comunicação nem corelação de informação, cada um trabalha para si sem partilhar a informação e é um caso sério. Toda a gente está a trabalhar para a mesma coisa mas ninguém tem conhecimento porque as várias agendas vão-se sobrepondo, o que traz bastantes problemas à questão da gestão urbana em si. É necessária não só intervenção do estado nas tais políticas, mas o que é mais necessário é uma sinergia destes esforços e investimentos de todos estes sectores urbanos e todas as suas agendas. É preciso comunicar, é preciso ser transparente nas intenções e entre todas estas entidades coordenadoras para que o processo possa ser eficiente. Também é

necessário garantir que exista pelo menos uma política única de desenvolvimento urbano social e económico entre outros que possa garantir estes bens fundamentais e os direitos necessários à população que é mais carenciada e menos informada. Quanto às ONGs, acho que podem ter um papel naquilo que eu apoio que é esta conjuntura do Estado. De promover e impulsionar o debate, principalmente sobre o ordenamento de território e das tais políticas. Isto deve ser colocado nas agendas das ONGs, que é acompanhar o governo neste processo: nas reuniões, nas comissões de políticas urbanas e mesmo no acompanhamento e implementação dessas políticas. As ONGs aqui podem ter um papel importante.

- No geral, acha que a arquitectura desenvolvida por ONGs poderá influenciar a maneira de agir das autoridades locais responsáveis pelo urbanismo?

Acabei por responder um pouco a esta questão na anterior, mas eu acho que sim. Acho que há um conhecimento na atuação das próprias ONGs que é baseado em experiências exteriores, um conhecimento que vão adquirindo ao longo do tempo e que pode servir de base na ação local. Porque nós somos um pingo no oceano e as ONGs tanto nacionais ou internacionais podem ter outro tipo de experiências que podem ser ser aplicadas em Moçambique. Acho que existem vários exemplos disto. Os próprios ASF desenvolveram há pouco tempo uma metodologia, diferente daquela que era utilizada pelo município de Maputo mas que é geral, para a obtenção dos DUATs, que é uma questão muito séria cá, estes títulos permitem que as pessoas tenham mais direitos de luta ou de reivindicação de não serem expropriados ou reassentados. Como esta é uma questão muito sensível os ASF e quase todas as outras instituições não governamentais tentam trabalhar um pouco por aqui. Esta metodologia foi desenvolvida principalmente pelo conhecimento adquirido no local, depois de muita mobilização comunitária de forma a facilitar o processo de uma população que não tem os mesmos benefícios que a população do centro urbano. Os talhões não são iguais aos do centro urbano, a acessibilidade pode não ser igual também. De modo a facilitar que estas pessoas possam ter os DUATs sem terem que ter todos os mesmos requisitos das pessoas que vivem na cidade formal. Esta metodologia então realizada entre uma parceria dos ASF e da Kaya Clínica está a ser agora aprovada pelo concelho municipal, com o objetivo fundamental de diminuir os passos burocráticos e todos estes problemas. Isto é uma boa influência que as ONGs demonstram nas próprias autoridades locais responsáveis.

- Enquanto especialista moçambicana no tema da habitação básica, tem alguma proximidade com projectos realizados pelos Arquitectos Sem Fronteiras?
- Se sim, qual a sua opinião? Após a conclusão dos projectos, como se encontram no presente?

Sendo honesta, conheço os ASF mas nunca tive proximidade com eles. Vou acompanhando o seu trabalho. Só recentemente, durante este ano, tive duas reuniões com eles e trabalhei num projeto onde eles também estavam envolvidos sobre mobilidade urbana. Se me tivesses feito esta pergunta no ano passado eu já não te haveria de responder da mesma forma. Estou mais familiarizada com o seu trabalho em Maputo, principalmente no projeto de mobilidade e num projeto chamado Habitat, em Chamanculo C, que é um dos bairros que eu analiso na minha tese. Honestamente acho ótimo o que eles estão a fazer porque a nível de reordenamento dos quarteirões, estão a fazer instalações sanitárias e infraestruturais, valas de drenagem entre outros em parceria com outras ONGs relacionas com o abastecimento de águas e saneamento. O Chamanculo C é um desafio muito grande, porque é um bairro densificado, desordenado e as carências eram (antes de eles lá atuarem) muito grandes o que tornava o bairro num

dos piores bairros de Moçambique. Agora não só estão a criar acessibilidade no bairro como estão a tentar organizá-lo de forma a que seja um assentamento informal estruturado pelo menos, onde todos estejam elegíveis a pedir o DUAT e é aqui que o tal manual metodológico de intervenção surgiu. O trabalho de mobilização comunitária que eles fizeram foi muito grande: várias sessões de rádio comunitária para informar todos os moradores do que é que eles iam fazer e também para lhes dar a conhecer os seus direitos e deveres. Só com base na grande confiança que ganharam no local é que puderam aplicar propostas de reordenamento do bairro em si. Este é o grande ponto forte, porque normalmente a ideia é fazer tábua rasa (de forma top-down). Eles fizeram o contrário: instalaram-se lá, tendo em conta que já tinham tido algum contacto de projetos anteriores, e criaram uma relação forte com a comunidade local e conseguiram ganhar a sua confiança e fazer com que o projeto se realizasse. As pessoas conseguiram negociar os seus talhões, que dessem espaço para criar ruas e acessibilidade, conseguiram também criar DUATs coletivos em que cada um respeitava um requisito e agrupando esses talhões já se tornavam elegíveis a pedir o DUAT. Tudo isto é extremamente importante,

Como este é o projeto que eu conheço melhor, acabo por não ter muito conhecimento sobre o estado presente dos projetos concluídos pelo resto do país. Na verdade este mesmo projeto não é uma questão de construção, é sim uma questão de atuação e intervenção sobre um bairro que está desordenado. Mas posso afirmar que acho que a responsabilidade deveria recair sobre o Estado se este for parceiro dessas ONGs em específico. Após o término do projeto, a manutenção deveria ser responsabilidade do Estado e as ONGs podem ajudar pontualmente, mas o processo tem que continuar. Outra questão fundamental abordar é se a população se apropria dessas intervenções e das técnicas utilizadas. Muita gente para cá tentar construir coisas a baixo custo, com outro tipo de materiais: materiais recicláveis e outras técnicas construtivas e depois o que se vê, é que as pessoas não replicam porque não se apropriam do projeto. Muitas vezes para reconstruir esses edifícios não é fácil porque os materiais usados não são os mais comuns, baratos ou acessíveis. O que mais existe aqui é material convencional. Fala-se muito agora em construir em terra, mas para isso é preciso que a terra seja de um sítio específico, que seja misturada em determinadas proporções... Aqui vê-se cimento por todo o lado. É barato e existem blocos já feitos em qualquer parte. Nos mercados a céu aberto existe todo o tipo de materiais já prontos a construir: janelas já feitas, barrotes... Todos os materiais são acessíveis para quem queira construir de forma convencional, daí ser mais fácil para as pessoas adquirirem esses materiais. Noutro tipo de intervenção sem ser a construção, eu acho que a participação comunitária para entendimento dessas novas soluções é muito importante. Para que se apropriem dessas soluções e que as mantenham como suas, o fator cultural é muito importante. Mesmo que se trate da construção de uma casa de banho, tem que ser uma casa de banho que esteja no exterior, que possa ser utilizada por todos, não dentro de um edifício fechado. É preciso perceber muito bem como é que as pessoas utilizam o espaço para poder construí-lo. Se vem para cá um projeto de fora que não tenha em conta essa forma de habitar ou essa forma de viver o espaço cá, a maior parte das coisas são depois deixadas sem manutenção, sem utilização.

Muitas delas até são desmanteladas para que se aproveitem os materiais de construção. Existem muitas ONGs que vêm para aqui para construir uma coisa, como por exemplo escolas, num sítio específico de interesse próprio, sem qualquer tipo de envolvimento com o ministério da educação. Então eles constroem e depois as escolas ficam quase completamente paradas porque primeiro não há pessoas a habitar naquele lugar, ou existem outras escolas mais próximas das comunidades, não há professores alocados nem carteiras ou outros materiais. Por isso a escola fica completamente abandonada ou

vira salão de festas. É precisa esta relação entre a comunidade, ONGs e administração pública.

- Que conselho daria às ONGs que trabalham neste conceito em Moçambique? E aos responsáveis urbanos?

Com base no conhecimento que tenho recolhido nos últimos anos, a primeira é a melhorar a articulação de tanto as ONGs como os responsáveis urbanos para que possam fazer corretamente uma ponte entre as administrações públicas e as comunidades. Depois em relação aos responsáveis urbanos, devem criar esta sinergia entre todos os setores urbanos que mencionei antes. A falta de comunicação é uma das coisas que mais peca e mais prejudica a situação urbana do país. Não só devem cumprir com as suas obrigações em seguir os planos demarcados mas também devem criar formas de financiamento, microcrédito e sobretudo no caso da habitação nas margens, que é a minha área de estudo, é preciso criar assistência à autoprodução do próprio espaço nos assentamentos e assistência à autoconstrução, poruqe as pessoas sabem construir, conseguem construir, só precisam é de orientações para melhorar os problemas habitacionais em termos de qualidade ambiental e técnica.
Tantos as ONGs como estes responsáveis devem formar estas pessoas e capacitá-las, não só à população, mas também o poder local que é muito forte cá a nível da gestão legislativa urbana. Devem-se capacitar os trabalhadores informais e não taxá-los como trabalhadores ilegais.

Kátia Sousa: "Moçambicana e portuguesa, é arquiteta graduada pela FAUP em 2018, tendo realizado um semestre de estudos em Barcelona (ETSAB). Interessa-se pelo tema da habitação em contextos de informalidade/ilegalidade e apresentou a dissertação "*Maputo. Densificação Autoproduzida. O sonho do primeiro andar sobre a casa existente*" em torno desta temática. Actualmente, encontra-se a realizar o estágio de ingresso à ordem dos Arquitectos, no Porto."[260]

- Como descreve sinteticamente a situação urbana de Moçambique? A situação altera-se da capital para as restantes cidades/povoações?

Sobre a situação urbana, dado ser uma expressão vaga, vou focar-me na questão da densidade urbana, porque no fundo a densidade urbana acaba por moldar muito a vida das cidades.

Maputo, obviamente, é muito mais concentrado do que as outras províncias e acaba por ter uma concentração muito grande de pessoas, serviços e equipamentos, fazendo com que haja uma confluência muito grande de tudo enquanto que o resto do país é muito menos povoado.

Existem muitos autores que escrevem brilhantemente sobre este tema, como por exemplo a Isabel Raposo, a Vanessa Melo e a Sílvia Jorge.

- A nível nacional acha que a arquitectura desenvolvida por ONGs em Moçambique é frequente?

Sim e não. Porque a ideia que eu tenho é que o trabalho das ONGs em Moçambique, ou em geral nos países pobres atua mais sobre a educação, a saúde, a agricultura e não propriamente sobre arquitetura. Só que as coisas acabam por estar interligadas. A pobreza acaba por ser transversal e todas estas áreas lhes são submissas.

A ONG com que tenho mais contacto é a ADPP, que é uma ONG nacional apesar dos apoios dinamarqueses, e eles trabalham sobretudo com a educação e a agricultura e realizam capacitações de professores e técnicos.

A saúde também é uma área que tem muito apoio não governamental, dado o cenário do HIV e da Malária a nível nacional. A saúde acaba por ser "mais urgente", apesar da habitação ser também um bem essencial, tal como o é a saúde. Por isso a arquitetura, acaba por ficar sempre em segundo plano e muitas das vezes isso deve-se à autoconstrução. Fazer uma casa é como saber escrever, quase toda a gente em Moçambique sabe fazer as suas casas, ao contrário de Portugal que quando não se tem casa, mora-se na rua.

- Será necessária mais intervenção do estado moçambicano em políticas urbanas? E de ONGs?

Sim, sem dúvida. Acima de tudo é necessário coerência e coordenação. A legislação em Moçambique está primeiramente, completamente desatualizada e em segundo lugar, é estrondosamente incoerente. Por exemplo, na Lei de Terras – que incluí tanto as terras urbanas como as não urbanas, e no Regulamento de Solo Urbano – que apenas se cinge às zonas urbanas, em contextos de informalidade onde os limites entre o formal e o informal são muito turvos; quando combinados podemos verificar uma das muitas incongruências. Uma das premissas da Lei de Terras é que se o lote for ocupado por mais de 10 anos passa a ser propriedade do seu habitante. No Regulamento de Solo

---

[260] Biografia retirada do panfleto do colóquio *Infraestruturas em Angola e Moçambique – legados, desafios futuros*

Urbano, diz que é sempre necessária a posse do DUAT, e que este em nenhum momento é adquirido por tempo de permanência num terreno.
A própria lei é ambígua e no fim não há nenhuma lei concreta que ancore estes terrenos.
O DUAT também é um problema que merece atenção em Moçambique. A legalidade sobre o lote, não permite que esse lote seja na verdade dos seus habitantes, pertencendo para sempre ao estado, e tem, portanto, um caráter provisório. Um dos requisitos para a aquisição do DUAT é um levantamento cadastral dos limites do terreno em questão, o que é algo muito difícil em assentamentos informais.
A coordenação também tem muito espaço de melhoria. Num bairro, a organização administrativa (do menor para o maior) começa pelo chefe do bairro, que é uma pessoa que administra localmente e preocupa-se em perceber quais são os problemas locais; a cima existe o secretário de bairro que é o elo de ligação entre o bairro e os vereadores municipais. Quando se reparte a administração em tantas frações obriga-se a que a coordenação tenha que ser muito mais forte para estarem todos em sintonia. Às vezes existem várias entidades a trabalhar sobre a mesma coisa, mas como não se comunicam entre elas e não existem órgãos concordantes, acaba por se duplicar trabalho sem necessidade.
Quanto às ONGs, é necessária mais intervenção, mas de forma controlada.

- No geral, acha que a arquitectura desenvolvida por ONGs poderá influenciar a maneira de agir das autoridades locais responsáveis pelo urbanismo?

Claro que sim, e acho ótimo. Muitas vezes, os limites da pobreza circunscrevem as pessoas e estas não se exteriorizam dos seus problemas e da sua situação. As ONGs estrangeiras conseguem sempre dar um novo olhar sobre o problema e isso é importante.

- Enquanto conhecedora do trabalho realizado por ONGs em Moçambique, como classifica a ação dos Arquitectos Sem Fronteiras em comparação com outras ONGs? Após a conclusão destes projectos, como se encontram no presente?

Não tenho muito à vontade sobre este tema. Não sei como estão agora os projetos, mas suponho que estejam bem dado o seu curto tempo de vida. Entre os projetos dos ASF, conheço *As Casas Melhoradas* que é um projeto espetacular, no sentido das soluções construtivas que adotaram e o encaixe entre estas e a cultura da construção moçambicana. E é disto que se precisa: mais soluções empíricas e soluções no terreno em conjunto com a comunidade.
Infelizmente quando estive em Moçambique não consegui visitar *as Casas Melhoradas*, mas falei com muita gente que lá esteve.

- Que conselho daria às ONGs que trabalham neste conceito em Moçambique? E aos responsáveis urbanos?

Quando li esta pergunta, lembrei-me de uma entrevista que fiz no âmbito da minha dissertação ao professor Luís Lage sobre a *Kaya Clínica*. Ele disse-me que este projeto estava a correr tão bem porque chegou a um momento em que ele já não precisava de estar lá para a roda andar, e isso entusiasmava-o muito. Lembro-me de uma frase que ele disse: "A partir do momento em que o trabalho e a construção deixam de ser tuas e passam a ser um instrumento comunitário, é aí que as coisas começam a ganhar força e a funcionar sozinhas." Este é um ensinamento que tem de ser aplicado a todas as outras coisas. As intervenções apesar de cruciais, onde não existe saneamento e a eletricidade é

passageira, são necessárias a um nível infraestrutural de grande escala, que certamente levarão também tempo a implementar e a um grande investimento. No entanto existem intervenções que se podem fazer "à margem" da lei, não no sentido ilegal, mas no sentido de projetos mais imediatos e mais empíricos sem tantas burocracias associadas. A *Kaya Clínica* é um bom exemplo deste tipo de práticas. A comunidade por sua vez, deve também ser sempre envolvida. Aliás, não somos nós que vamos lá dizer-lhes o que eles precisam, eles sabem perfeitamente o que é que precisam. Este conselho serve tanto aos responsáveis urbanos como às ONGs.

Bibliografia

ARAVENA, Aravena. (2002) El Lugar de la Arquitectura. Santiago do Chile. Ediciones ARQ

ARCHITECTURE FOR HUMANITY (2006) Design like you give a damn: Architectural Responses to Humanitarian Crisis. Nova Iorque. Metropolis Magazine

ARCHITECTURE FOR HUMANITY (2012) Design like you give a damn: Building Change from the Ground Up. Nova Iorque. Abrams

AZEVEDO, Ana João Teixeira da Mota. (2018) Participar na Utopia: notas de viagem ao interior do ser. Porto. Dissertação de Mestrado apresentada à Faup

BANDEIRINHA, José António. (2007) Os sentidos do debate internacional in O Processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril de 1974. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra

BAUMAN, Zygmunt. (2001) Community: Seeking in an Insecure World. Cambridge. Polity Press

CORBUSIER, Le (1969) Maneira de Pensar o Urbanismo. Maia. Publicações Europa-América

CORREA, Charles. (1989) The new lands cape: Urbanization in the Third World. Butterworth Architecture.

DAVIS, Mike. (2006) Planeta Favela. São Paulo. Boitempo Editorial

CAZ, Rosario Del; **GIGOSOS**, Pablo; **SARAIVA**, Manuel. (2002) La ciudad y los derechos humanos : uma modesta proposición sobre derechos humanos y prática urbanística. Madrid. Talasa

ESCOBAR, Arturo. (1995) Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World. Princeton. Princeton University Press

ESKEMOSE, Jørgen. **MOTTELSON**, Johan. (2016) Casas Melhoradas: Affordable Housing in Maputo, Mozambique. Institute of Architecture, Urbanism & Landscape. The Royal Danish Academy of Fine Arts Schools of Architecture, Design and Conservation. Copenhagen, Denmark

FATHY, Hassan. (2009) Arquitectura para os Pobres - Uma experiência no egipto rural. Lisboa: Argumentum, Dinalivro

FERNANDES, Ana Luísa da Silva. (2015) Entre remediar e solucionar: a estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza : São Tomé e Príncipe como laboratório. Porto. Tese de Doutoramento apresentada à Faup

FILGUEIRAS, Octávio Lixa. (1985) Da função social do arquitecto, Para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada, 2ª Edição. (E.S.B.A.P.- Arquitectura)

FRAMPTON, Kenneth. (1988) Álvaro Siza: profissão poética. Barcelona. Gustavo Gili.

FREITAG, Michel. (2004) Arquitectura e sociedade. Lisboa. Dom Quixote

HALL, Peter. (1998) Cities of Tomorrow: an intellectual history of urban planning and design since 1880. Oxford. Wiley Blackwell

HARRIES, Karsten. (1997) The Ethical Function of Architecture. Massachusetts. The MIT Press

LAGE, Luís; **LAGE**, Jéssica. (2017). Actuar Sobre os Processos Habitacionais Através da Assistência Comunitária pela Academia. Projecto Kaya Clínica Maputo. Maputo

LEFEBVRE, Henri. (1968) O Direito à cidade. Lisboa. Estúdio e Livraria Letra Livre

LEFEBVRE, Henri. (1991) The Production of Space. Cambridge, Massachusetts. Blackwell

VAN LENGEN, Johan. (2010) Manual do Arquiteto Descalço. Lisboa. Dinalivro

MONTANER, Josep Maria; **MUXÍ**, Zaida. (2011) Arquitectura e Política. São Paulo Gustavo Gili

MURILLO, Fernando. Self buid: Global South. University of Buenos Aires

MURISON, Hamish. (1979) Housing in third world countries: perspectives on policy and practice. Melbourne. The MacMillan Press

SILVA, Ana Sofia Pereira da (2015) La Intimidad de la Casa. Espanha. Diseño

PORTAS, Nuno. (1973) A arquitectura para hoje 1964, seguido de, evolução da arquitectura moderna em Portugal. Lisboa. Livros Horizonte

PORTAS, Nuno. (1969) A cidade como arquitectura, apontamentos de método e crítica, prefácio de Fernando Távora. Lisboa. Livros Horizonte

PORTAS, Nuno. (2004) A Habitação Social, Proposta para a metodologia da sua arquitectura. Porto. Faup publicações

PORTAS, Nuno; **DOMINGUES**, Álvaro; **CABRAL**, João de Oliveira. (2003) Políticas Urbanas: Tendências, Estratégias e Oportunidades.

ROY, Ananya. (2016) Encountering Poverty: Thinking and Acting in an Unequal World. Oakland. University of California Press

ROY, Ananya. (2010) Poverty Capital: Microfinance and the Making of Development. Nova Iorque. Routledge

RUDOFSKY, Bernard. (1995) Architecture without architects: a short introduction to non-pedigreed architecture. Albuquerque. University of New Mexico

SERAGELDIN, Ismail. (1997) The Architecture of Empowerment. Londres, Academy Editions

SIZA, Álvaro. (2001) As cidades de Álvaro Siza. Porto. Figueirinhas

SOUSA, Kátia Lemos de Sousa (2018) Maputo. Densificação Autoproduzida: O sonho do primeiro andar sobre a casa existente. Porto. Dissertação de Mestrado apresentada à Faup

STEELE, James. (1997) An Architecture for people, The complete works of Hassan Fathy. London, New York. Whitney Library of Design, Watson-Guptill Publications

TILL, Jeremy. (2005) Architecture and Participation. Londres, Nova Iorque. Taylor & Francis

TILL, Jeremy. (2011) Spatial Agency: Other Ways of doing Architecture. Londres, Nova Iorque. Routledge

TILL, Jeremy. (2013) Architecture Depends. Massachusetts. MIT Press

TURNER, John. (1977). Housing by People. Towards autonomy in building environments. Nova Iorque: Pantheon Books.

TURNER, John (1968) Uncontrolled Urban Settlement: Problems and Policies in Urbanization: development policies and planning, International social development review nº1, Organização das Nações Unidas

TURNER, John. (1988) Buiding Community. Londres, Building Community Books

TURNER, John. (1974) The Fits and Misfits of People's Housing in Freedom to Build, RIBA Journal, nº2

TURNER, John. (1972) Freedom to Build. Nova Iorque. Collier Macmillan

VERLAG, Jovis. (2013) Handmade urbanism: from community initiatives to participatory models. Berlim. Jovis Verlag

Relatórios, periódicos, legislação

ARCHITECTURE SANS FRONTIÈRES DENMARK. (2013) Developing Architecture Learning From Sierra Leone. Dinamarca. Forlaget PB43.

CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO (2018) Manual de Procedimentos do Programa de Regularização Massiva de DUATs

DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (2010) The Politics of Poverty: Elites, Citizens ans States, Finding from ten years of DFID-funded research on Governance and Fragile States 2001-2010

FORJAZ, José et all (2006) Moçambique, Melhoramento dos Assentamentos Informais, Análise da Situação & Proposta de Estratégias de Intervenção. Maputo

MCCALLUM, Douglas; **BENJAMIN**, Stan (1984) Low-Income Urban Housing in the Third World: Broadening the Economic Perspective

MUSEUM OF MODERN ART. (1932) Modern Architecture : international exhibition, New York, Feb. 10 to March 23.

RAPOSO, Isabel; **JORGE** Sílvia. (2017) Invocar o Direito à Cidade para uma releitura crítica da transformação das margens de Maputo no último meio-século in Espaços vividos e espaços construídos: estudos sobre a cidade - Revista nº6, Volume nº1: Intervir no Local. Espaço da lusotopia. Lisboa. Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design/CIAUD

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. (2007) Lei de Ordenamento do Território. Lei nº 19/2007. Maputo: Boletim da República nº29, I Série, 18 de Julho de 2007

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. (1997) Lei de Terras. Decreto-Lei nº19/1997. Maputo. Boletim da República nº40, I Série, 7 Outubro de 1997.

R**EPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**. (2008) Regulamento da Lei de Ordenamento do Território. Decreto nº23/2008. Maputo: Boletim da República nº26, I Série, 1 Julho de 2008

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. (2006) Regulamento da Lei de Terras. Decreto nº66/1998. Maputo: Boletim da República nº48, I Série, 26 de Dezembro de 2006

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. (2006) Regulamento do Solo Urbano. Decreto nº60/2006. Maputo: Boletim da República nº51, I Série, 26 de Dezembro de 2006

TUÑÓN, Emilio (2016) Aires Mateus: en el corazón del tiempo. El Croquis n186. Madrid. Croquis Editorial

TURNER, John. (1976) Approaches to government-sponsored housing. Ekistics, Vol. 41, No. 242, January 1976

UN HABITAT (2019) Country Activities Report 2019, Supporting the New Urban Agenda

UN HABITAT (2017) Human Rights in Cities Handbook Series, The Human Rights-Based Approach to Housing and Slum Upgrading

UN HABITAT (2016) World Cities Report 2016, Urbanization and Development – Emerging Futures

UN HABITAT (2018) Working For a Better Urban Future, Annual Progress Report 2018

UN HABITAT (2018) The State of African Cities 2018, the geography of African Investment

UNITED NATIONS (2016) HABITAT III Regional Report Africa

UNITED NATIONS (2019) Special edition: progress towards the Sustainable Development Goals 2019 session

VIANA, David (2010) Cidade Africana - urbanismo [in]formal. uma abordagem integrada e sistémica. 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos. Lisboa

VIANA, David; **LAGE,** Jéssica (2014) A forma urbana em Moçambique: projeto, intervenção e investigação in Revista de Morfologia Urbana, nº2

Websites

https://www.asfint.org/
http://catalunya.asfes.org/
https://arkitekterudengraenser.dk
http://www.portaldogoverno.gov.mz
http://casasmelhoradas.com
https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos
https://urbanage.lsecities.net/search?keyword=mozambique
https://www.crimsonweb.org/
http://www.spatialagency.net
https://unctadstat.unctad.org/
http://unohrlls.org
http://homespace.dk
http://www.anna-heringer.com
https://unhabitat.org
https://www.un.org/en/
https://www.ods.pt/objectivos/11-cidades-e-comunidades-sustentaveis/
https://www.unicef.org/mozambique/
https://www.un.org/sustainabledevelopment/cities/

Índice de Imagens

Imagem 1 | Assentamento Informal em Gecekondu, Ancara, Turquia in https://web.500px.com/photo/4739222/Gecekondu-Ankara-Turkey-by-Aquaman-/

Imagem 2 | Assentamento Informal em Manila, Filipinas in https://borgenproject.org/10-facts-about-poverty-in-manila/

Imagem 3 | Assentamento Informal em Kibera, Nairobi, Quénia in https://peterslarson.com/2012/01/19/kenya-post-3-trip-to-kibera-slum/

Imagem 4 | Assentamento Informal em Caracas, Venezuela in https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Cerros_de_caracas_2.jpg

Imagem 5 | Escola METI, Bangladesh. Desenhada por Anna Heringer in https://www.arch2o.com/handmade-school-anna-heringer-eike-roswag/

Imagem 6 | Escola de Gando, Burkina Faso. Desenhada por Francis Kéré in https://divisare.com/projects/313805-kere-architecture-gando-school-extension

Imagem 7 | Logótipo do SDG referente às cidades da ONU-Habitat in https://www.ods.pt/objectivos/11-cidades-e-comunidades-sustentaveis/?portfolioCats=24

Imagem 8 | População urbana mundial a viver em Assentamentos Informais 2018 in https://www.un.org/sustainabledevelopment/cities/

Imagem 9 | Percentagem da população urbana a viver em Assentamentos Informais entre 1990 e 2014 in **UN HABITAT** (2016) World Cities Report 2016, Urbanization and Development – Emerging Futures, p57

Imagem 10 | As ocupações portuguesas na África Subsaariana in **FERNANDES**, Ana Luísa da Silva. (2015) Entre remediar e solucionar: a estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza : São Tomé e Príncipe como laboratório, p140

Imagem 11 | Os Direitos Humanos conectados ao direito da habitabilidade básica in **UN HABITAT** (2017) Human Rights in Cities Handbook Series, The Human Rights-Based Approach to Housing and Slum Upgrading, p13

Imagem 12 | Opções de Políticas Habitacionais face à precaridade na Habitação Urbana in **FERNANDES**, Ana Luísa da Silva. (2015) Entre remediar e solucionar: a estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza : São Tomé e Príncipe como laboratório, p192

Imagem 13 | Intervenção da UN-HABITAT no continente africano in **UN HABITAT** (2019) Country Activities Report 2019, Supporting the New Urban Agenda, p52

Imagem 14 | Exemplos de Materialização da Participação em Políticas Habitacionais in **FERNANDES**, Ana Luísa da Silva. (2015) Entre remediar e solucionar: a estruturação e a participação como meios de gestão da escassez e ruptura do ciclo de pobreza : São Tomé e Príncipe como laboratório, p226

Imagem 15 | Participação da comunidade moçambicana no processo de atribuição do DUAT in **CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO** (2018) Manual de Procedimentos do Programa de Regularização Massiva de DUATs, p75

Imagem 16 | Exemplo de autoconstrução no projeto *Casas Melhoradas* in http://casasmelhoradas.com

Imagem 17 | Exemplo de autoconstrução no projeto *Casas Melhoradas* in http://casasmelhoradas.com

Imagem 18 | Imagem aérea de um bairro informal de Maputo in http://casasmelhoradas.com

Imagem 19 | Publicidade ao curso desenvolvido pelos ASF Catalunha in http://catalunya.asfes.org/format/

Imagem 20 | Publicidade ao curso desenvolvido pelos ASF Catalunha in http://catalunya.asfes.org/format/

Imagem 21 | Espacialidade no projeto Casas Melhoradas in http://casasmelhoradas.com

Imagem 22 | Espacialidade no projeto Casas Melhoradas in http://casasmelhoradas.com

Imagem 23 | Vista aérea sobre o enquadramento de um complexo habitacional desenvolvida no projeto Casas Melhoradas in http://casasmelhoradas.com

Imagem 24 | Esquema sobre os Benefícios da Densificação Urbana in http://casasmelhoradas.com

Imagem 25 | Casa construída em altura no programa *Casas Melhoradas* in http://casasmelhoradas.com

Imagem 26 | Projeto de *Desenvolvimento de Metodologias Participativas para o Empoderamento dos Cidadãos com Base na Melhoria da Rede de Mercados* in https://www.youtube.com/watch?v=v4_VCOFtVws&t=118s

Imagem 27 | Projeto de Mobilidade Sustentável e Integração no Espaço Público de Maputo in http://catalunya.asfes.org/projecte/mobilitat-sostenible-i-integracio-en-lespai-public-a-la-ciutat-de-maputo/

Imagem 28 | Esquema de Passos para Aquisição do DUAT in **CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO** (2018) Manual de Procedimentos do Programa de Regularização Massiva de DUATs, p85

Imagem 29 | Esquema de Regularização de um Bairro Informal através da aquisição do DUAT in **CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO** (2018) Manual de Procedimentos do Programa de Regularização Massiva de DUATs, p88

Imagem 30 | Comparação do Processo de Aquisição Tradicional do DUAT vs Aquisição Massiva in **CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO** (2018) Manual de Procedimentos do Programa de Regularização Massiva de DUATs, p17

Imagem 31 | Resultado Prático da Regularização Massiva através do DUAT in **CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO** (2018) Manual de Procedimentos do Programa de Regularização Massiva de DUATs, p89

Imagem 32 | *Comparação do Processo Formal e Informal na Aquisição de Espaço* in **SOUSA**, Kátia Lemos de Sousa (2018) Maputo. Densificação Autoproduzida: O sonho do primeiro andar sobre a casa existente, p109

Imagem 33, 34, 35 e 36 | Processos Participativos no Projeto de *Desenvolvimento de Metodologias Participativas para o Empoderamento dos Cidadãos com Base na Melhoria da Rede de Mercados* in https://www.youtube.com/watch?v=tHaLRRntlQM&t=267s

Imagem 37 | Planta da Área de Intervenção no Projeto *Mobilidade Sustentável e Integração no Espaço Público de Maputo* in http://catalunya.asfes.org/projecte/mobilitat-sostenible-i-integracio-en-lespai-public-a-la-ciutat-de-maputo/

Imagem 38 | Implementação das Paragens de Autocarro na Via Pública in http://catalunya.asfes.org/projecte/mobilitat-sostenible-i-integracio-en-lespai-public-a-la-ciutat-de-maputo/

Imagem 39 | Implementação in http://catalunya.asfes.org/projecte/mobilitat-sostenible-i-integracio-en-lespai-public-a-la-ciutat-de-maputo/

Imagem 40 | Planificação dos Postes para as Paragens de Autocarro in http://catalunya.asfes.org/projecte/mobilitat-sostenible-i-integracio-en-lespai-public-a-la-ciutat-de-maputo/

Imagem 41 | Implementação in http://catalunya.asfes.org/projecte/mobilitat-sostenible-i-integracio-en-lespai-public-a-la-ciutat-de-maputo/

Imagem 42 | Estado das Escolas após o Ciclone Dineo in http://catalunya.asfes.org/projecte/reconstruccio-de-50-aules-ubicades-en-escoles-dels-districtes-de-maxixe-y-massinga/

Imagem 43 | Estado das Escolas após o Ciclone Dineo in http://catalunya.asfes.org/projecte/reconstruccio-de-50-aules-ubicades-en-escoles-dels-districtes-de-maxixe-y-massinga/

Imagem 44 | *Cartaz Publicitário do Projeto* Apoio às Entidades Públicas e à Sociedade Civil Contra a Desigualdade de Género em Inhambane in http://catalunya.asfes.org/projecte/suport-a-lelaboracio-destrategies-contra-les-violencies-de-genere/

Imagem 45 | Fase 1 do Projeto *Casas Melhoradas* in http://casasmelhoradas.com

Imagem 46 | Fase 2 do Projeto *Casas Melhoradas* in http://casasmelhoradas.com

Imagem 47 | Fase 3 do Projeto *Casas Melhoradas* in http://casasmelhoradas.com

Imagem 48 | Fase 4 do Projeto *Casas Melhoradas* in http://casasmelhoradas.com